



Universidade Federal de Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa



Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social
Mestrado em Psicologia Social

LUIZA LINS ARAÚJO COSTA

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS E JULGAMENTOS DE ESTUDANTES DE DIREITO

São Cristóvão – Sergipe
2016

LUIZA LINS ARAÚJO COSTA

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS E JULGAMENTOS DE ESTUDANTES DE DIREITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima

São Cristóvão – Sergipe
2016

COMISSÃO JULGADORA

Dissertação da discente Luiza Lins Araújo Costa, intitulada **O adolescente em conflito com a lei: representações sociais e julgamentos de estudantes de direito**, defendida e aprovada em 27 de maio de 2016, pela banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima

(Orientador)

Prof. Dr. Elder Cerqueira-Santos

(Membro Interno – Universidade Federal de Sergipe)

Profa. Dra. Karyna Batista Sposato

(Membro Externo ao Programa – Universidade Federal de Sergipe)

DEDICATÓRIA

Durante um período de estágio no Tribunal de Justiça de Sergipe, em 2013, acompanhei entrevistas do Núcleo Técnico com alguns adolescentes que respondiam a processos na 17ª vara cível de Aracaju. Certa vez, ao fim de uma entrevista, a psicóloga perguntou ao adolescente o que ele gostaria de fazer após o cumprimento da medida socioeducativa, “*o que você quer ser da vida?*”. Prontamente, o adolescente disse que trabalharia em uma oficina, ajudando o tio como mecânico. Ela perguntou se ele não gostaria de estudar, fazer uma faculdade. E ele, então, respondeu:

- “*Tia, eu sou preto e pobre. A senhora acha que eu vou ser o que? Médico?*”

Com isso, justifico a dedicatória e também este trabalho. Dedico a presente dissertação ao adolescente que me mostrou, em uma só frase, como o preconceito e a discriminação estão presentes e impactam a vida de milhares de adolescentes brasileiros. E também a todos aqueles que compartilharam suas histórias e provocaram em mim a vontade de pesquisar e entender um pouco do contexto e dos fatores relacionados a essa complexa questão social.

Os “Adolescentes em Conflito com a Lei” em 1937 já despertavam o interesse do escritor baiano Jorge Amado e ao narrar as histórias desses adolescentes, os “Capitães de Areia” na capital baiana, ele já sentenciava a maior “culpada”:

(...) na beleza do dia Pirulito mira o céu com os olhos crescidos de medo e pede perdão a Deus tão bom (mas não tão justo também...) pelos seus pecados e os dos Capitães da Areia. Mesmo porque eles não tinham culpa. A culpa era da vida...” (pp. 106-107).

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para este trabalho e para meu desenvolvimento acadêmico. Sem o apoio de tantas pessoas especiais nada disso seria possível. Como na letra de uma canção de Lenine, hoje sei que: *“O que eu sou, eu sou em par. Não cheguei sozinha”*.

Agradeço a Deus, anjos e energias positivas que me trouxeram até aqui.

E, especialmente, agradeço aos meus pais, Luiz Cezar e Suêde Mayne, pelo amor incondicional e por demonstrarem, cada um a seu modo, o quanto acreditam em mim. Muito obrigada pelo apoio!

A toda minha família, avós, tios, primos e irmãos que, mesmo de longe, acompanham cada conquista. Em especial à Maria Luiza e Letícia pelo cotidiano de apoio e a minha irmã Larissa pela amizade, descontração e, claro, pelas melhores mensagens!

Com muito carinho, agradeço também ao meu orientador Marcus Eugênio Oliveira Lima, pela disponibilidade, confiança e por ser o maior exemplo de humildade e competência que eu poderia ter.

À Professora Dalila Xavier de França pelas colaborações dadas a este trabalho e pela importante oportunidade de estágio docência.

Aos professores desta banca: o Prof. Dr. Elder Cerqueira-Santos que gentilmente aceitou nosso convite para ler e contribuir com esta dissertação, e a Profa. Dr. Karyna Batista Sposato, pelas importantes contribuições desde início da pesquisa e por trazer um olhar do Direito para essa discussão.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu programa de mestrado (PPGPS/UFS) pela incrível experiência de mobilidade acadêmica no PPG/PSICO da UFRGS, especialmente aos professores André, Elder e Daniel que viabilizaram a nossa viagem e o mestrado sanduíche. Agradeço também à FAPITEC/CAPES pelo auxílio financeiro.

O período em Porto Alegre trouxe experiências pessoais e acadêmicas inesquecíveis representadas por algumas pessoas que eu também gostaria de agradecer:

- À professora Silvia Koller pela forma atenciosa e receptiva com que nos recebeu.
- À professora Ana Cristina Garcia Dias pela disponibilidade e parceria.
- Aos amigos do CEP-Rua: Clarissa, Diogo, Anderson, Vinicius e Milady. Vocês foram maravilhosos!
- À minha família gaúcha, especialmente: Patrícia, Mariana e Igor, tão queridos que deixaram uma saudade enorme e a vontade de voltar mais vezes...
- Aos amigos especiais que a vida nos apresentou: Lucas Kluge e Chavito.
- Aos meus irmãos de mobilidade: Ari, Bruno e Milla, por compartilharem alguns dos melhores e também dos mais difíceis dias da minha vida!

Agradeço ainda aos meus super amigos, responsáveis por deixar a rotina sempre um tanto mais leve: aos lindos do “*bate-papo uol*”, às companheiras de residência: Kai, Thaci e Nay, ao meu casal preferido Philippe e Camilla, Thallytinha, Selma e, especialmente, à minha amiga-irmã Lívia, pelas incansáveis leituras e todo o carinho com este trabalho.

Por fim, agradeço também ao meu amor Rafael, pela sua postura incentivadora, tranquila e por ser tão PRESENTE na minha vida!

Muito obrigada a todos!

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar o impacto da cor da pele e do estrato social do adolescente em conflito com a lei sobre representações sociais e julgamentos de estudantes de Direito. Participaram 102 estudantes, entre o quinto e o décimo período, de uma instituição particular de ensino localizada em Aracaju-SE. As idades variaram entre 20 e 62 anos ($M = 27.9$; $DP = 8.06$) e 54 era do sexo masculino (52,9 %). O estudo foi desenvolvido com um delineamento experimental. No instrumento, apresentamos um caso de ato infracional e manipulamos entre os grupos as variáveis cor da pele e estrato social do adolescente. Após a leitura do caso, os participantes foram questionados sobre qual ou quais das medidas socioeducativas previstas pelo ECA aplicariam ao adolescente em questão. O instrumento continha também itens sobre a representação social do adolescente em conflito com a lei, atitude frente à redução da idade de responsabilidade penal, explicações para a conduta infracional e representações do futuro do adolescente em conflito com a lei. Os resultados indicam que a internação, medida mais severa, é a mais aplicada pelos participantes (44,1%). Ao contrário do que previam nossas hipóteses, não houve diferenças significativas na aplicação das medidas em função da cor da pele e estrato social do adolescente e também não houve efeito dessas variáveis nas representações sociais. Contudo, identificamos uma representação objetivada por elementos do contexto como “Problemas na educação” e “Pobreza”, além de termos pejorativos (marginal, vagabundo) e essencialistas (infrator, criminoso) indicando uma visão da prática infracional enquanto condição definitiva para esses adolescentes. Com base na literatura e à luz dos resultados discutimos relações entre representações sociais, preconceitos e julgamentos no âmbito da Justiça da Infância e Juventude no Brasil.

Palavras-chave: adolescente em conflito com a lei; representações sociais; preconceito; julgamentos.

ABSTRACT

The aim of this research was to explore the impact of skin color and social strata of adolescents in conflict with the law on social representations and judgments of law students. In this study, 102 students participated, between the fifth and the tenth period of law, within a private college located in Aracaju-SE. The ages ranged between 20 and 62 years ($M = 27.9$, $SD = 8.06$), 54 male participants (52.9%). The study was conducted with an experimental design. On the instrument, we presented a case of an infractional act and manipulated among the groups the variables skin color and social stratum of the adolescent. After reading the case, participants were asked which of the socioeducational measures provided by the Child and Adolescent Statute (ECA) would be applied to the juvenile offender. The instrument also contained items about the social representation of the adolescent in conflict with the law, attitude towards the reduction of the criminal responsibility age, explanations for the infractional conduct and representations of the future of adolescents in conflict with the law. The results indicate that imprisonment, most severe penalty, is the most applied by participants (44.1%). Contrary to what predicted our hypothesis, there were no significant statistical differences in the application of the measures based on skin color and social strata of the adolescent and there was also no effect of these variables on social representations. However, we identified a representation objectified by contextual elements as "Problems in education" and "poverty", besides of pejorative (marginal, vagabond) and essentialist (offender, criminal) terms indicating a view of criminal behavior as definitive condition for these adolescents. Based on the literature and in the light of the results we discussed relations between social representations, prejudices and judgments within the Justice for Children and Youth in Brazil.

.Keywords: adolescents in conflict with the law; social representations; prejudice; judgments.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	xii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiv
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I: O pensamento Social: julgamentos, representações e preconceitos	05
Julgamentos sociais e a forma como percebemos o mundo.....	06
A Teoria das Representações Sociais e seu objeto de estudo.....	11
Preconceito: principais definições e formas de expressão	17
Síntese: representações e preconceitos podem atuar como	26
enviesamentos de julgamentos sociais?	
CAPÍTULO II: A adolescência e a situação de conflito com a lei	28
Adolescências construídas.....	28
Fatores de risco e vulnerabilidades dos adolescentes brasileiros	31
O adolescente em conflito com a lei: definições e características.....	34
O adolescente e a lei.....	38
CAPÍTULO III: Representações do adolescente em conflito com a lei	45
O adolescente em conflito com a lei na perspectiva da TRS	45
Como adolescentes em conflito com a lei representam	47
Como adolescentes em conflito com a lei são representados	51
Sumário e Conclusões	57
CAPÍTULO VI: Aspectos Metodológicos	59
Objetivos.....	59
Hipóteses.....	60
Método.....	61
Participante.....	61
Desenho: manipulação experimental.....	61
Material.....	63
Instrumento.....	64
Procedimentos.....	65
Aspectos éticos.....	66
Procedimentos para análise de dados.....	66
CAPÍTULO V: Resultados e Discussão.....	70
Representações sociais do adolescente em conflito com a lei.....	70
Aplicação das medidas socioeducativas.....	81
Atitude frente à redução da idade de responsabilidade penal.....	92
Explicações para a conduta infracional.....	95
Futuro do adolescente em conflito com a lei.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS	128
Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	129
Anexo B: Questionário	130
Anexo C: Fotos dos adolescentes	135
Anexo D: Questionário para validação das fotos	136
Anexo E: Fotografia do instrumento	137
Anexo F: Parecer do CEP.....	138

ÍNDICE DE TABELAS

CAPÍTULO V

Tabela 1. As cinco enunciações mais frequentes a partir do termo indutor “Adolescente em conflito com a lei”	71
Tabela 2. Estrutura do Núcleo Central, Periferias e Zona de Contraste das Representações Sociais associadas ao termo indutor “Adolescente em conflito com a lei”.....	72
Tabela 3. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a valência das representações na primeira evocação.....	78
Tabela 4. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a valência das representações na segunda evocação.....	79
Tabela 5. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a valência das representações na terceira evocação.....	80
Tabela 6. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Advertência.....	84
Tabela 7. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Obrigação de Reparar o Dano.....	85
Tabela 8. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Prestação de Serviços à Comunidade.....	86
Tabela 9. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Liberdade Assistida.....	87
Tabela 10. Relação entre as variáveis grupos, cor da pele e estrato social e a aplicação da Semiliberdade.....	88
Tabela 11. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Internação.....	89
Tabela 12. Relação entre posição frente a redução da maioria penal e variáveis cor da pele e estrato social.....	94

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO V

Figura 1. Dendograma e Classes Léxicas das explicações para a conduta do adolescente em conflito com a lei.....96

Figura 2. Dendograma e Classes Léxicas da Representação do Futuro do Adolescente em Conflito com a Lei.....104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCESTE – Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CFP- Conselho Federal de Psicologia

DP – Desvio Padrão

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA – Liberdade Assistida

M – Média

NC – Núcleo Central

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade;

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SPSS – *Statistical Package for the Social Science*

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TNC – Teoria do Núcleo Central

TRS – Teoria das Representações Sociais

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

A temática do adolescente em conflito com a lei constitui um problema polêmico e complexo que revela questões pulverizadas no cotidiano social, como a exclusão, a real efetivação de políticas públicas e a criminalização da adolescência. Nesse sentido, existem múltiplas causas envolvidas e o ato infracional normalmente corresponde apenas a um dentre outros agravos que compõem o quadro de vulnerabilidade dos jovens (Costa & Assis, 2006; Nunes, Andrade, & Morais, 2013; Silva, 2009).

A preocupação em compreender e desenvolver políticas de prevenção à prática infracional juvenil está presente em países com diferentes níveis de desigualdade econômica e social, tais como Chile, Bélgica e Canadá, visto que a conduta infracional na adolescência pode acarretar consequências negativas tanto para o adolescente quanto para o seu ambiente (Gallo, 2008; Hein, 2004; Vermeiren, 2003).

No contexto brasileiro, debates sobre a relação entre adolescentes e a violência são recorrentes, especialmente devido a massiva divulgação de atos infracionais pela mídia. Contudo, dominam discursos distorcidos e sensacionalistas que desconsideram a complexidade da temática e reforçam a noção de “impunidade”, alimentando o debate em torno da redução da idade de responsabilidade penal e as repetidas críticas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Minahim & Sposato, 2011).

O ECA é a principal lei brasileira que orienta as ações nessa área e, como forma de responsabilização pelos ilícitos, prevê o cumprimento de medidas socioeducativas. Porém, tais medidas não estão centradas apenas no adolescente, pois visam também a responsabilização do Estado pela proteção e minimização das vulnerabilidades e riscos sociais a que esses sujeitos em fase especial de desenvolvimento estão submetidos.

No entanto, parece haver um conflito entre leis e práticas nesse âmbito, pois a literatura evidencia que tanto nas práticas das instituições responsáveis pela aplicação de medidas

socioeducativas quanto nas próprias decisões dos que operam a lei predominam princípios corretivos e punitivos. Indicando, assim, que o ideário da proteção integral do Estatuto ainda se encontra difuso e distante das práticas sociais (Ciarallo & Almeida, 2009; Francischini & Campos, 2005; Zamora, 2008).

Dentre os fatores que influenciam esse quadro de incongruência entre leis e práticas, e também nas propostas de mudança na lei, destacam-se as representações sociais ou os sentidos atribuídos socialmente ao adolescente em conflito com a lei. A literatura discute que representações essencialistas, estereotipadas e ancoradas nas ideias de correção e punição, que pautavam a antiga doutrina da situação irregular, impactam atitudes e comportamentos. Assim, para que a mudança proposta pelo ECA aconteça é preciso modificar a própria forma de conceber esse adolescente (Espíndula et al., 2006; Espíndula & Santos, 2004)

Representações sociais são compreendidas enquanto imagens que condensam um conjunto de significações, categorias que servem para classificar as circunstâncias, os fenômenos e os indivíduos com quem nos relacionamos, constituindo teorias que permitem estabelecer opiniões sobre eles (Jodelet, 1984). A relação entre representações sociais e comportamentos é uma premissa fundamental na Teoria das Representações Sociais (TRS), adotada neste trabalho. Essa função de guia ou orientação dos comportamentos faz com que seja importante analisar as representações sociais nos mais diferentes contextos (Sobral, 2011).

Nos julgamentos de atos infracionais, Ciarallo e Almeida (2009) discutem que a “sentença” dada ao adolescente “infrator” não se restringe apenas à observância de uma legislação na esfera da justiça, mas é instituída e institui as conversas informais, os apelos jornalísticos, dentre outros. Julgamentos sociais dependem do modo como as pessoas explicam o comportamento das outras e tais explicações são importantes na medida que determinam reações e decisões. Portanto, para as autoras, as sentenças no âmbito da justiça de jovens estão relacionadas ao conhecimento armazenado na forma de representações sociais.

Além disso, a literatura evidencia também uma relação entre o julgamento de crimes e determinadas pistas “periféricas”, como a idade, o sexo, a orientação sexual e a cor da pele, sendo que estas podem ter um peso definitivo na tomada de decisão. Alguns estudos indicam, inclusive, sentenças mais condenatórias e uma maior atribuição de anos de pena a réus de cor da pele preta e baixo estrato social (Adorno, 1996; Silva, 2009).

Diante disso, retomando o contexto específico da adolescência, questionamos: quais são as representações sociais do adolescente em conflito com a lei? Essas representações impactam julgamentos? E ainda, representações e julgamentos incorporam outras formas de expressão do pensamento social, como o preconceito? Sobre tais questionamentos assentam os objetivos e hipóteses que norteiam o presente trabalho.

O principal objetivo deste estudo é investigar o impacto da cor da pele e do estrato social do adolescente em conflito com a lei sobre julgamentos e representações sociais de estudantes de direito. Trata-se, portanto, de um estudo que visa identificar como esse grupo social é representado, bem como analisar o efeito de marcas grupais socialmente desvalorizadas no contexto brasileiro (cor da pele preta e baixo estrato social) nesses julgamentos e representações. A escolha de estudantes de direito justifica-se no entendimento de que esses serão futuros operadores de Direito, tendo em suas mãos decisões de grande impacto social. Com isso, procuramos estabelecer relações entre representações sociais, preconceitos e julgamentos no âmbito da Justiça da Infância e Juventude no Brasil.

A dissertação está organizada em cinco capítulos. No capítulo I abordamos o pensamento social, apresentando algumas relações entre os conceitos de julgamentos, representações sociais e preconceitos. Para isso, utilizamos duas importantes perspectivas teóricas da Psicologia Social: a Cognição Social e a Teoria das Representações Sociais.

No capítulo II, discutimos a adolescência e a situação de conflito com a lei. Inicialmente, referimos a construção social da adolescência. Em seguida, especificamos a discussão para o

contexto brasileiro, tratamos dos fatores de risco e vulnerabilidades dos adolescentes no Brasil, características dos adolescentes em conflito com a lei e, por fim, fazemos uma breve contextualização sobre os principais documentos e leis nesse âmbito.

O capítulo III é o último capítulo teórico e nele apresentamos uma revisão de literatura acerca das representações sociais do adolescente em conflito com a lei. Discutimos pesquisas brasileiras que, assim como o presente estudo, utilizam o aporte teórico da TRS para investigar aspectos relativos à temática do adolescente em conflito com a lei.

O capítulo IV é referente aos aspectos metodológicos da pesquisa na qual exploramos representações sociais e julgamentos do adolescente em conflito com a lei para estudantes de direito. No Capítulo V apresentamos e discutimos os resultados desta pesquisa. E, por fim, procedemos às Considerações Finais, nas quais retomamos as principais conclusões, referimos limitações e sugerimos alternativas para novos estudos.

CAPÍTULO I

O PENSAMENTO SOCIAL: JULGAMENTOS, REPRESENTAÇÕES E PRECONCEITOS

As origens, organização e aplicação do pensamento social despertam o interesse de diferentes áreas do conhecimento. Do mesmo modo, na Psicologia Social é possível observar diferentes perspectivas neste âmbito, existem estudos que focalizam o processo cognitivo envolvido na forma como vemos a nós mesmos e aos outros, em um nível de análise mais individual ou intrapsíquico, como os da Cognição Social, e também os que consideram explicações mais sociais, como os da Teoria das Representações Sociais.

O estudo do pensamento social tem como objetivo identificar as formas e as condições do conhecimento, entendido ao mesmo tempo como processo e produto. Para a Teoria das Representações Sociais as origens desse pensamento dependem essencialmente das relações entre os grupos. Por outro lado, ressalta-se também que a compreensão de aspectos do funcionamento cognitivo são fundamentais no estudo do pensamento social (Mendonça & Lima, 2014; Rouquette, 2005).

Nesse sentido, Mendonça e Lima (2014), em um trabalho que propõe a articulação entre as perspectivas da Cognição Social e da Teoria das Representações Sociais, destacam que a integração e/ou o tensionamento entre os níveis de análise dos fenômenos é uma necessidade cada dia mais premente na Psicologia Social. Diante disso, neste trabalho, objetivamos discutir o pensamento social, apresentando uma abordagem sobre julgamentos, representações e preconceitos e introduzindo algumas articulações entre esses fenômenos. Nossa intenção final com essa articulação é entender a construção de julgamentos sociais preconceituosos e as representações sociais do adolescente em conflito com a lei.

O presente capítulo é estruturado em três tópicos, o primeiro aborda a natureza dos julgamentos sociais na perspectiva da Cognição Social. Nele, discutimos que julgamentos

podem estar sujeitos a erros ou enviesamentos. Então, sugerimos que representações sociais e fenômenos como preconceito e racismo podem atuar como vieses e impactar os processos de atribuição causal, ou seja, impactar nas explicações que, enquanto cidadãos comuns, atribuímos aos acontecimentos sociais.

No segundo tópico abordamos a Teoria das Representações Sociais e seu objeto de estudo: as representações sociais. No terceiro, contemplamos os fenômenos do preconceito e racismo, especialmente suas formas de expressão no contexto brasileiro. E concluímos o capítulo formulando possível respostas ao seguinte questionamento: as representações sociais e as preconceitos podem atuar como enviesamentos de julgamentos sociais?

Julgamentos Sociais e a forma como percebemos o mundo

Na medida em que concebemos o pensamento social enquanto o modo como vemos a nós mesmos e aos outros, a forma como julgamos ou como atribuímos causalidade aos comportamentos apresenta grande importância. Nas sociedades modernas, existem duas formas de julgar. A primeira, e mais formal, é voltada exclusivamente para o interior das regras estabelecidas pela norma jurídica, julga-se conforme a letra da lei e a lógica do sistema. A segunda, refere-se aos julgamentos realizados cotidianamente, pelas pessoas comuns, considerando as intenções dos indivíduos e as condições gerais de sua existência, esses são objetos de estudo da Cognição Social e serão abordados brevemente neste tópico (Silva, 2009).

Cognição social consiste no conjunto de processos mentais referentes à percepção, compreensão e interação entre as pessoas, tais capacidades são fundamentais e permitem nosso sucesso enquanto espécie. Assim, estudos no âmbito da cognição social estão interessados na forma como as pessoas processam a informação social, em particular sua codificação, armazenamento, recuperação e aplicação nas situações sociais (Bodenhausen & Morales, 2013; Willis & Rodríguez-Bailón, 2011).

Os estudos nesta área normalmente utilizam duas amplas estratégias metodológicas: a primeira contempla o desenvolvimento de medidas indiretas com técnicas para a avaliação da performance de sujeitos em tarefas como categorização e reconhecimento; e a segunda envolve o uso de manipulações experimentais que ativam ou inibem determinados processos mentais (Bodenhausen & Morales, 2013).

Para este campo de estudo, os juízos e condutas sociais surgem da interação de dois elementos importantes: a realidade e o conhecimento prévio dos indivíduos. Assim, a percepção não está totalmente determinada pela realidade, mas pela forma como elaboramos e processamos mentalmente a informação social. Algumas perspectivas teóricas em cognição social são: a Teoria da Atribuição e a Teoria dos Esquemas Sociais (Augoustinos & Walker, 1995; Willis & Rodríguez-Bailón, 2011).

A Teoria da Atribuição destacou-se entre as principais linhas de desenvolvimento empírico na cognição social. De acordo com Ross (1977), os estudos de Heider (1958) foram responsáveis por esboçar as linhas gerais da Teoria da Atribuição contemporânea que, em seu sentido mais amplo, está preocupada com as tentativas das pessoas comuns em compreenderem as causas e implicações dos eventos que testemunham.

Nesse contexto, duas tarefas, estreitamente relacionadas, confrontam o observador social: a primeira é o julgamento causal, em que o observador procura identificar a causa, ou conjunto de causas que podem ser atribuídos a determinado efeito. E a segunda é a tarefa de realizar inferências sociais sobre os atributos relevantes, tanto em relação aos atores envolvidos quanto das propriedades da situação. As tarefas de julgamento causal e de inferências sociais foram intensivamente investigadas e constituem grande parte do domínio da Teoria da Atribuição (Ross, 1977).

Para essa perspectiva, a atribuição se desenvolve em nível perceptivo, constituindo um processo automático¹ que permite a distinção entre duas possíveis fontes de causa de uma ação, a saber: as causas pessoais (individuais), que residem nas intenções da pessoa, referindo-se ao esforço ou capacidade do agente da ação; ou as causas impessoais (situacionais), que decorrem de forças externas à pessoa, as forças do ambiente onde se desenvolve a ação. Além dessa distinção causal, os estudos no campo da Atribuição afirmam que existem condições em que cada tipo de atribuição é mais provável (Maciel, Brito, & Camino, 1998).

Cabe destacar também que a Teoria da Atribuição visa dois objetivos distintos e complementares: o primeiro é a demonstração de que existem modelos lógicos e racionais que ditam a avaliação das causas, bem como as inferências que fazemos sobre os atores e situações sociais, formando expectativas e previsões. O segundo é referente a explicação das fontes de imperfeições, vieses ou erros que distorcem nossos julgamentos em sociedade (Ross, 1977).

Quando a atribuição desvia do modelo prescrito é pensada como uma atribuição tendenciosa. Augoustinos e Walker (1995), afirmam que alguns estudos da atribuição, por exemplo, referem preconceitos como erros ou vieses de atribuição, ou seja, uma tendência a julgar de determinada maneira em certas condições. Ilustrando essa tendência, esses autores salientam que em geral, conscientemente ou não, fazemos atribuições, distorcendo e interpretando as informações de modo que tenhamos uma melhor avaliação de nós mesmos, superestimando nossas próprias capacidades.

Sobre isso, Ross (1977) destaca o erro fundamental da atribuição que seria uma tendência a subestimar o impacto de fatores situacionais e a superestimar o papel dos fatores disposicionais no controle do comportamento. Assim, a pessoa seria o elemento mais proeminente, figura, e as características da situação seriam fundo. Um exemplo disso pode ser

¹ Os processos automáticos podem ser definidos como aqueles que acontecem sem a intenção consciente do ator (Lima, 2002).

observado socialmente quando debatemos a temática da criminalidade e surgem “soluções” como: “precisamos matar todos esses vagabundos”. Nessa colocação, a causalidade é atribuída a pessoas que são “ruins”, deixando de lado todas as questões situacionais envolvidas, como as desigualdades e a exclusão social, por mais óbvias que sejam tais características do contexto.

Outra perspectiva em Cognição Social também importante na discussão sobre os julgamentos é a Teoria dos Esquemas Sociais. Um esquema é conceituado como uma estrutura mental que carrega conhecimentos do mundo, incluindo expectativas gerais sobre as pessoas, papéis sociais, eventos e sobre como se comportar em determinadas situações. A Teoria do Esquema é um modelo de processamento de informação, da percepção e cognição, que sugere o uso de tais estruturas mentais para selecionar e processar as informações recebidas do ambiente (Augoustinos & Walker, 1995).

Assim, para a cognição social, ideias se organizam através de representações mentais, esquemas que se constroem através de nós discretos, conectados por vínculos ou associações. Existem as respostas automáticas e aquelas que são proposicionais. Nas automáticas a pessoa não utiliza todos os dados para julgar, pois precisa de respostas rápidas. Já as proposicionais, mais racionais e conscientes, necessitam de mais tempo para se desenvolver (Willis & Rodríguez- Bailón, 2011).

O uso de heurísticas é um exemplo de como utilizamos o conhecimento prévio, e ativado por alguma razão, para guiar os juízos sociais. Heurísticas são atalhos mentais que permitem encontrar soluções rápidas para problemas complexos, uma espécie de tomada de decisão com base em critérios informais, que não seguem necessariamente a lógica convencional. Os tipos de heurísticas mais analisados são os de disponibilidade e os de representatividade (Ross, 1977; Willis & Rodríguez-Bailón, 2011).

Utilizar a heurística de disponibilidade significa dizer que estimamos a frequência ou a probabilidade da ocorrência de um evento pela facilidade com que conseguimos nos lembrar

de ocorrências do mesmo, sua disponibilidade na nossa memória. Contudo, a avaliação da disponibilidade também pode ser afetada por outros fatores não relacionados com a frequência e, dessa forma, erros são inevitáveis. Já a heurística de representatividade utiliza modelos mentais de referência que guiam o julgamento, ignorando critérios tradicionais como a quantidade de evidências disponíveis e a confiabilidade dessa representação (Ross, 1977).

Assim, julgar alguma coisa pela comparação intuitiva com nossa representação mental de uma categoria é usar a heurística da representatividade. Complementando tal definição, podemos ilustrar esse tipo de heurística com um estudo realizado por Payne (2001), no qual foram realizados experimentos utilizando um paradigma *priming* para investigar a influência de pistas raciais na identificação perceptual de armas. Nesse estudo, participantes eram estimulados com a apresentação de fotografias de pessoas negras ou brancas e, posteriormente, colocados em tarefas de identificação de armas. Os participantes identificaram armas mais rápido quando foram estimuladas pelos rostos dos negros em comparação com os brancos. Tal associação entre pessoas negras e a violência evidencia como o uso de heurísticas ou atalhos mentais que podem conduzir a erros no julgamento.

Diante disso, ainda que sejam subprodutos de atalhos mentais e realizados inconscientemente, salientamos que enviesamentos ou falhas no processo de atribuição devem ser investigados e evidenciados a fim de minimizá-los, visto que tais vieses podem gerar consequências danosas, como no exemplo supracitado.

A Cognição Social tem grande importância nesse contexto, especialmente os estudos da Teoria da Atribuição. Contudo, existem críticas a esta perspectiva, pois o processo de atribuição tem sido conceitualizado como um fenômeno intraindividual, dando a teoria um caráter predominantemente individualista. As críticas recaem para o fato de haver pouca pesquisa na cognição social sobre o contexto de interação cultural e social em que as atribuições são feitas (Hewstone & Augoustinos, 1998).

A Teoria da Atribuição é predominante na perspectiva teórica norte-americana e procura entender os processos pelos quais as pessoas atribuem causas para seu próprio comportamento e para o comportamento dos outros. Ademais, existe outra perspectiva que, similarmente, enfatiza a função explicativa dos sistemas de conhecimento e significado: a Teoria das Representações Sociais. Contudo essas abordagens apresentam uma importante diferença que vai de encontro às críticas à Teoria da Atribuição, enquanto essa abordagem focaliza o processo cognitivo envolvido na produção de explicações causais, a TRS enfatiza a natureza social e coletiva das explicações (Hewstone & Augoustinos, 1998).

A Teoria das Representações Sociais e o seu objeto de estudo

Além da Cognição Social, brevemente apresentada acima, outras perspectivas interessadas no pensamento social surgiram e se desenvolveram a partir de 1970. Na Psicologia Social Europeia, a Teoria da Identidade Social de Henri Tajfel, as contribuições teóricas de Serge Moscovici e as pesquisas da escola de Genebra estão entre seus desenvolvimentos mais representativos. Neste estudo, abordaremos apenas a TRS (Álvaro & Garrido, 2006).

A Teoria das Representações Sociais foi criada na França por Serge Moscovici, com a obra *La psychanalyse, son image et son public*, em 1961. Essa obra teve grande importância, pois Moscovici examinava o processo de transformação de uma teoria, no caso a Teoria Psicanalítica, em um saber do senso comum. Com isso, objetivava compreender a construção do conhecimento cotidiano, seus modos de funcionamento e uso na vida diária para entender os processos que estão na base das mudanças de pensamento e das práticas sociais (Almeida & Santos, 2011; Palmonari & Cerrato, 2011).

Considerada uma forma sociológica de Psicologia Social, a teoria lançou no campo uma problemática específica: como o conhecimento científico é consumido, transformado e utilizado pelo “homem comum” (leigo), o que pode ser pensado como uma problemática geral: como o homem constrói a realidade (Cabecinhas, 2004).

Desse modo, a TRS está situada na interface do psicológico e do social, desenvolvendo-se em permanente tensão entre estes polos e, por tal motivo, tem vocação para interessar todas as ciências humanas (Jodelet, 1984). Atualmente ela constitui um importante campo de investigação em diferentes áreas de conhecimento, como a Sociologia, a Linguística e as Ciências Políticas (Almeida, 2009; Arruda, 2002). Neste capítulo daremos ênfase ao objeto de estudo da Teoria: as representações sociais.

As Representações Sociais

Para Jodelet (1984) a primeira caracterização da representação social sobre a qual há acordo na comunidade científica é a de que esta seria uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. As representações se distinguem do conhecimento científico, mas apresentam a mesma legitimidade, visto que trazem esclarecimentos importantes acerca dos processos cognitivos e das interações sociais.

Representações sociais intervêm em processos variados, como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupar e as ações de resistência e de mudança social. As definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo (representações) constroem, para esse grupo, uma visão consensual da realidade, sendo elaboradas com a intervenção de dois processos relacionados: *ancoragem e objetivação* (Cabecinhas, 2004).

Moscovici (2007) define ancoragem como o processo que vincula algo estranho e perturbador ao nosso sistema particular de categorias e o compara com o paradigma de uma categoria que consideramos apropriada, ou seja, ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa, é transformar em familiar o não familiar. Já a objetivação é a forma como os elementos constituintes da representação se tornam expressões de uma realidade vista como natural. Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, reproduzir o conceito em uma imagem.

Desse modo, ancoragem seria a maneira pela qual o conhecimento se enraíza no social e volta a ele, ao converter-se em categoria e integrar-se à grade de leitura de mundo do sujeito que recorre ao que é familiar para fazer uma espécie de conversão da novidade, “ancorar” o desconhecido (Arruda, 2002). E a objetivação seria a propriedade de tornar concreto o abstrato, de materializar a palavra, uma operação estruturante e criadora de imagens (Sobral, 2011).

Para Jodelet (2001), representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto, que pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requer um objeto. A representação é a representante mental do objeto, que ela reconstitui simbolicamente, e as características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é. Assim, para que uma representação exista é necessário um sujeito e um objeto.

Em síntese, é importante destacar que o estudo das representações sociais é o estudo do pensamento “ingênuo”, do “senso comum”, e a identificação desta “visão de mundo” que os indivíduos têm e utilizam para agir e para tomar posição, é indispensável para compreender a dinâmica das interações e clarificar os determinantes de práticas sociais, pois na medida em que a realidade social é construída, a noção de representação constitui uma peça capital para sua análise (Abric, 1998; Rouquette, 2005).

O funcionamento das representações sociais

De acordo com Abric (1998) a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu meio físico e social, determinando seus comportamentos e práticas. Seria, portanto, uma espécie de “guia”, pois ela orienta as ações e as relações sociais. Nesse sentido, a representação é um sistema de Pré-decodificação que determina um conjunto de antecipações e expectativas.

Essa função de “pré-codificação” aproxima o conceito da noção de esquemas utilizada pela Cognição Social. Como vimos esquemas permitem que determinados significados sejam

atribuídos à experiência de maneira automática e intuitiva, pois as pessoas não se envolvem na atividade exaustiva de julgar, mas utilizam heurísticas como atalhos para fazer inferências. Do mesmo modo, de acordo com a TRS, as pessoas teriam imagens mentais “guias” para a percepção e interpretação da vida cotidiana (Hewstone & Augoustinos, 1998).

As representações assumem, portanto, quatro funções na dinâmica das relações e nas práticas: (1) Função de Saber, pois permitem a compreensão e explicação da realidade; (2) Função Identitária, visto que definem identidades e, com isso, permitem a proteção das especificidades dos grupos; (3) Função de Orientação, pois o sistema de pré-codificação é um guia para comportamentos e práticas desenvolvidas socialmente (4) e Função Justificadora, pois as representações permitem, à posteriori, a justificativa das tomadas de posição e comportamentos (Abric, 1998).

Dadas as funções e características supracitadas, concluímos que a representação pode ser anterior as situações sociais, fazendo com que conclusões e decisões sejam tomadas antecipadamente, antes mesmo que as situações de avaliação ou as condutas se iniciem. Nesse contexto, um questionamento importante para a compreensão desses “guias” é: como as representações sociais se organizam? Qual a sua estrutura?

A abordagem estrutural das representações sociais

Na Psicologia Social brasileira, observa-se uma maior influência de três pesquisadores, discípulos de Moscovici, *Jean Claude Abric*, *Willem Doise* e *Denise Jodelet*. Suas respectivas abordagens representam diferentes formas de focar e investigar as representações, tendo cada um deles trazido uma contribuição particular para o desenvolvimento da teoria. A abordagem estrutural liderada por *Abric* enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações, *Doise* procura articulá-las com uma perspectiva mais societal e a abordagem liderada por *Jodelet* é mais fiel à teoria original (Almeida, 2009; Marques, 2006).

Rouquette (2005), considera que a perspectiva estrutural marca um salto qualitativo na via da cientificidade da TRS, pois rompe com as simples descrições interpretativas. A abordagem concebe a representação como uma reunião de elementos para os quais se pode estabelecer prioridades formais, quanto a sua estrutura e organização.

Nesse contexto, surge a Teoria do Núcleo Central (TNC), proposta em 1976 por J.C. Abric, na *Université de Provence*. A teoria constitui uma abordagem complementar em relação à TRS de Moscovici e começou a ter maior influência no campo a partir do início dos anos 1990, quando surgiram condições para um maior reconhecimento dos esforços de elaboração teórica e metodológica (Sá, 1996; Sobral, 2011).

Para Abric (1998), uma representação é constituída de um conjunto de informações, crenças, opiniões e atitudes a propósito de um dado objeto social. Se organizado, este conjunto de elementos se estrutura e constitui um conjunto cognitivo de tipo específico. De acordo com Sá (1996), o próprio Moscovici teria destacado, na explicação das representações sociais, a constituição de um *núcleo figurativo*, ou seja, uma reorganização imagética de elementos cognitivos privilegiados. Para ele, esses elementos gozariam de considerável autonomia na moldagem do conhecimento sobre o objeto e tudo o que com ele possa ser relacionado.

Desse modo, para a TNC, as representações sociais se organizam em dois sistemas, um central e outro periférico, com características e funções distintas. O Núcleo Central (NC) ou núcleo estruturante é constituído de um ou mais elementos, que dão significado à representação e em torno deste núcleo, organizam-se os elementos periféricos, em relação direta com o NC e hierarquizados de acordo com sua aproximação (Abric, 1998; Marques, 2006).

Os elementos pertencentes ao NC seriam mais facilmente detectáveis por meio de técnicas de associação livre de palavras. O maior índice de preferência e a maior prioridade na ordem das evocações, durante os testes de associações livres, seriam seus indicadores. A combinação desses dois aspectos revela o conjunto de itens que configuram o coração da

representação. Assim, o grupo que inaugurou a perspectiva da TNC apresentou, além da contribuição teórica, uma resposta às críticas relativas à metodologia, ao propor estratégias específicas para o estudo do NC (Arruda, 2002).

Quanto aos estudos comparativos, a TNC sustenta que duas representações, ou dois estados sucessivos de uma mesma representação, devem ser considerados distintos apenas se seus respectivos núcleos centrais tiverem composições nitidamente diferentes. Caso as diferenças se apresentem apenas no nível dos seus sistemas periféricos, trata-se de uma mesma representação que se manifesta diferentemente em função de condições circunstanciais, de ordem grupal ou interindividual (Sá, 1996). Assim, a simples identificação do conteúdo de uma representação não é suficiente para seu reconhecimento e especificação, é fundamental conhecer também a forma como o conteúdo se organiza.

Em síntese, os elementos centrais seriam aqueles que apresentam maior resistência e durabilidade, sendo então mais resistentes a mudanças. Já os elementos periféricos, são aqueles que fazem a interface com as circunstâncias em que a representação se elabora e os estilos individuais de conhecer, podendo apresentar maior grau de variação e menor resistência. Desse modo, os elementos periféricos seriam mais vivos, acessíveis e concretos, sendo que os elementos mais próximos ao NC indicam a concretização do significado da representação e os distantes esclarecem e justificam a significação (Marques, 2006).

A abordagem estrutural visa a compreensão da organização interna de uma representação a fim de compreender também a evolução das mentalidades, as regras de transformação social, dentre outros aspectos. Neste âmbito, o emprego de programas informáticos proporcionou o desenvolvimento de técnicas de análise de dados que beneficiaram as pesquisas e hoje se defende uma perspectiva intermediária entre a abordagem quantitativa e a qualitativa nas pesquisas da área (Camargo, 2005).

Por fim, concluímos com uma ressalva acerca das representações apresentada por Rouquette (2005): “devemos considerar que as representações sociais não cobrem a totalidade das manifestações do pensamento social” (p.192). Para este autor, a consideração banal de que “tudo é representação” debilita o próprio valor conceitual, pois existe uma diversidade de formas expressivas do pensamentos social, como representações, atitudes e opiniões, além disso, há também uma hierarquia sistemática em tais expressões.

Expressões do pensamento social são espécies de “caixas” que cabem uma dentro da outra: uma formação ideológica gera um conjunto de representações, uma representação gera um conjunto de atitudes e uma atitude gera um conjunto de opiniões. Portanto, a representação social seria uma espécie de formação ideológica englobante e geratriz, marcada por especificidades pessoais ou circunstancias (Rouquette, 2005. Desse modo, discutiremos a seguir outra expressão do pensamento social, uma atitude que pode gerar consequências nocivas em sociedade: o preconceito.

Preconceito: principais definições e formas de expressão

Na Psicologia Social, a definição mais utilizada para o preconceito foi explicitada por Allport (1954/1979): “Uma atitude de prevenção ou de hostilidade dirigida a uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente porque ela pertence àquele grupo, e se presume que possua suas qualidades desagradáveis”. Torres, Martignoni e Oliveira (2011), ao citar Jones (1972), em outro trabalho clássico sobre preconceito e racismo, complementam essa definição destacando que tal atitude é constituída por dois componentes: um cognitivo, a generalização categorial, e um disposicional, a hostilidade, que influencia comportamentos discriminatórios.

Existem vários tipos de preconceito, contra mulheres, transexuais, negros, etc. São tantos tipos de preconceito quanto pertencimentos a grupos minoritários na estrutura de poder. E, embora haja especificidades, alguns elementos são comuns a todas as formas: 1- ênfase e hierarquização da diferença entre os grupos; 2- os sentimentos de antipatia contra alguém

simplesmente porque pertence a outro grupo; 3- uniformização ou homogeneização dos membros do grupo, alvos de preconceito; 4- uma resistência social e cognitiva à desconfirmação de crenças e expectativas negativas em relação a esse grupo, mesmo quando as evidências favoráveis são fortes (Lima, 2011).

Portanto, existe no preconceito uma dimensão da comparação e também da hostilidade que influencia os comportamentos discriminatórios. Nesse capítulo, abordaremos com mais ênfase o preconceito racial e o racismo, salientando que a discriminação é a principal fonte de diferença entre esses fenômenos.

Preconceito racial e racismo

O Preconceito racial é definido como uma antipatia baseada numa generalização, em função de características físicas ou fenotípicas, que pode ser sentida ou expressa e dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo porque ele faz parte daquele grupo (Allport, 1954/1979). O racismo, por sua vez, não se restringe a uma avaliação ou atitude negativa. Segundo Lima (2002) racismo é um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social, que é definido como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginária), a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que definiria padrões de comportamento.

Nos últimos anos, as organizações da sociedade civil que lutam pelos direitos de grupos minoritários têm obtido avanços no que diz respeito a legislação que coíbe manifestações de comportamentos discriminatórios (Pereira, Torres, & Almeida, 2003). Com isso, os atos explícitos de discriminação racial são legalmente condenados e proibidos nas sociedades modernas. E, em decorrência dessas novas práticas institucionais, alguns supõem que o preconceito racial e o racismo estariam acabando.

Contudo, de acordo com Camino, Silva, Machado e Pereira (2001) o que está ocorrendo são mudanças nas formas de expressão e no conteúdo do preconceito devido a adaptações às

normas anti-preconceito e aos princípios de igualdade, pois atitudes preconceituosas que não desafiam abertamente as normas persistem. Nesse sentido, segundo Lima e Vala (2004a), o racismo, nas atuais sociedades democráticas e preocupadas com o “politicamente correto”, passa por uma transformação qualitativa nas suas formas de expressão, tornando-se progressivamente mais disfarçadas ou veladas.

Diante dessas novas formas de expressão, evidencia-se que mesmo que os atos explícitos sejam proibidos por lei, a discriminação em função da cor da pele continua a se desenvolver. E, para entender o fenômeno é necessário considerar as condições históricas, culturais e econômicas de cada contexto (Camino et al., 2001). Nesse sentido, alguns estudos têm sido desenvolvidos a fim de compreender como se processam no Brasil as normas antirracistas e como se justificam as discriminações (Camino et al., 2001; Lima, 2002; Lima & Vala, 2004a; Pereira et al., 2003; Turra & Venturi, 1995).

Preconceito racial e racismo no Brasil

Em texto intitulado “O racismo e a democracia racial no Brasil”, Lima e Vala (2004b) explicam que a formação social e etnográfica do povo brasileiro fez emergir, muito antes do que na Europa e nos EUA, a norma antirracista e com ela formas mais veladas e sutis de racismo. Após a abolição da escravidão em 1888, o Brasil nunca apresentou um regime tão segregacionista e violento como o *Apartheid* da África do Sul e, por alguns fatores, foi percebido como um país de relações raciais peculiares onde todos são tratados como iguais e convivem harmoniosamente, numa suposta democracia racial.

Gilberto Freyre é o responsável pelo termo e pela ideologia da “democracia racial”. Na obra *Casa Grande e Senzala* (1933) o autor afirma que o fato de terem vindo para o Brasil poucas mulheres europeias e uma atitude “pouco preconceituosa” do português (visto que no período da escravidão as relações entre senhor e escravo eram concebidas de forma distinta das demais nações escravocratas, pois havia uma relação afetiva entre eles) criaram condições

propícias para um processo de mestiçagem. Para o autor, o mestiçamento agiu na forma de enriquecimento cultural, gerando uma democracia racial (Camino et al., 2001).

Entretanto, já na República existiam evidências de que os negros ocupavam uma situação marginal na sociedade e Gilberto Freyre justificou que esta situação não era consequência do fato de serem negros, mas sim por serem pobres. Assim, com base na tese da democracia racial, afirma-se que no Brasil pode existir alguma forma de preconceito, mas este seria de classe social e não de cor; uma vez que "negros" e "brancos" pobres seriam igualmente discriminados na sociedade (Camino et al., 2001; Lima & Vala, 2004b).

Atualmente sabemos que a democracia racial é um mito criado e alimentado para cumprir determinadas funções sociais e políticas no Brasil, além criar uma imagem externa do país como um paraíso social e racial. Esse mito camufla tensões raciais que poderiam ser abertamente conflitivas e, para justificar as diferenças, defende que a discriminação resultaria mais da estratificação social do que das diferenças de cor. Todavia, no Brasil existe uma pirâmide de cor que é paralela à pirâmide social, o contato entre negros e brancos e a miscigenação sempre esteve atrelado a estratificação socioeconômica e, por tal motivo, é possível afirmar que o estrato social e a cor estão sobrepostas na sociedade brasileira. Entretanto, elas não coincidem e existem evidências empíricas que demonstram a existência de preconceito e discriminação racial no Brasil (Lima & Vala, 2004b).

Algumas evidências no contexto brasileiro

Em 1995 o Instituto de Pesquisas Datafolha realizou um levantamento em todo território nacional, com amostra representativa da população, sobre preconceito de cor no Brasil. O trabalho foi publicado sob o título “Racismo Cordial” e, dentre os principais dados, destaca-se que 89% das pessoas entrevistadas afirmaram que existe racismo no Brasil, mas somente 10% da amostra admitiu ser racista. Com base em tal pesquisa, Rodrigues (1995, p.11) pontua que o brasileiro demonstra estar inclinado a ter atitudes preconceituosas, mas procura

minimizá-las, o que sugere uma cordialidade para não ofender ainda mais aquele que é discriminado. Em síntese: "os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra negros".

Turra e Venturi (1995) aplicaram, nessa pesquisa do Datafolha, uma escala com 12 itens que continham afirmações a respeito da população negra. Os entrevistados deveriam apontar os seus níveis de concordância com os itens apresentados, tais como: "as únicas coisas que negro sabe fazer bem são música e esporte" e "negro bom é negro de alma branca", 83% da amostra pesquisada concordava em algum nível com os itens desta escala de racismo cordial. Os autores concluem, então, que em virtude das pressões da legislação antirracista e dos princípios de igualdade propagados pela democracia, o racismo no Brasil se apresenta de forma mais sutil ou "cordial", caracterizado por uma polidez que mascara atitudes e comportamentos discriminatórios, expressos em níveis interpessoais.

Em consonância com os dados do Datafolha, em um estudo realizado na Paraíba, por Camino et al. (2001) praticamente todos os participantes (98%) afirmaram que no Brasil existia preconceito, mas a grande maioria não se considerava preconceituosa (84%), sendo que 82% dos participantes ao mesmo tempo em que acreditam na existência do preconceito racial no Brasil não se reconhecem como preconceituosos. Os dados obtidos nesse estudo evidenciam que, no Brasil, as pessoas têm uma clara consciência de discriminação racial, mas não se sentem individualmente responsáveis por essa situação.

Sobre o título de "racismo cordial", Camino et al. (2001) pontuam que o racismo à brasileira não tem nada de cordial, pelo contrário, por ser mascarado é ainda mais eficiente em sua função de discriminar as pessoas de cor negra. Além disso, tais formas específicas que o racismo assume no país são também mais difíceis de erradicar, visto que é mais difícil agir sobre uma questão que "não é de ninguém". Somado a isso, no Brasil o discurso ideológico que organiza a representação das relações raciais apresenta uma dissociação cognitiva cuja

característica central é o fato das pessoas negarem que são preconceituosas. Pois, ainda que admitam a presença do preconceito, atribuem a responsabilidade a uma abstração: a sociedade brasileira (Pereira et al., 2003).

Ademais, o discurso político nacional sobre as relações raciais demorou muito tempo para assumir a discriminação como um problema social brasileiro. Exemplo disso foi a atrasada e polêmica implantação de ações afirmativas para negros, como as cotas nas Universidades Públicas. A implantação de ações afirmativas passa pela assunção de que existe discriminação contra as minorias raciais na sociedade, pois elas constituem políticas voltadas à concretização do princípio constitucional de igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação (Gomes, 2002). No entanto, ainda que em países como Estados Unidos ou Índia estas ações já existissem desde a década de 1950, no Brasil, apenas em 26 de abril de 2012, mediante a Lei Federal 12.711, após anos de debate, a questão foi julgada constitucional pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, assumindo que as políticas públicas de ações afirmativas não maculam o princípio constitucional da isonomia (Bayma, 2012).

Além disso, dada a nossa história de não reconhecimento do preconceito e o tabu representado pela temática na nossa cultura miscigenada, durante muito tempo não houve um interesse sistemático da Psicologia Social brasileira em estudar o fenômeno do preconceito e da discriminação racial. Lima (2011) afirma que praticamente não se encontram trabalhos na psicologia brasileira sobre o tema até o início da década de 1990, diferentemente da Psicologia Social norte-americana que desde os anos 20 do século passado pesquisa a temática.

Torres et al.(2011) ilustram a constatação de que o interesse pela temática é recente por meio de uma busca realizada no SciELO (www.scielo.br), feita em março de 2010. A busca descrita pelos autores mostrou apenas 57 trabalhos publicados em que a palavra-chave *preconceito* aparecia. Quando se estreitou a busca para *preconceito racial* surgiram apenas cinco trabalhos publicados. Refizemos essa busca no mesmo *site* em abril de 2016 e

encontramos 416 trabalhos que utilizam a palavra-chave *preconceito* e 65 que utilizam *preconceito racial*. Observa-se que em seis anos a quantidade de trabalhos aumentou consideravelmente, 629,82% e 1200% respectivamente, evidenciando o atual e crescente interesse no estudo da temática.

Em geral, as pesquisas sobre preconceito racial evidenciam a existência de preconceitos contra negros, bem como as peculiaridades de sua expressão no contexto normativo brasileiro. Assim, quando associadas a observação de fatos do cotidiano não deixam dúvidas quanto ao fato da população negra do Brasil continuar a ser objeto de discriminação (Camino et al., 2001).

Nesse contexto, Pereira et al. (2003) analisaram como um discurso justificador contribui para a expressão do preconceito racial no Brasil. Na pesquisa, 120 participantes foram apresentadas a um cenário experimental onde a gerente de uma loja contrata uma moça branca, discriminando uma negra. Na situação de controle é narrada apenas a discriminação, sem justificativas. Por outro lado, na situação experimental, além da decisão da gerente por contratar a moça branca, foi acrescentado um parágrafo que justifica a escolha através de um discurso cuja característica central é o fato da gerente não se perceber como uma pessoa preconceituosa, mas considerar que a sociedade brasileira, cliente em potencial de sua loja, é muito preconceituosa e, por tal motivo, deveria contratar a branca.

Os resultados do estudo supracitado mostram que os participantes que tiveram acesso ao discurso justificador consideraram que a atuação da gerente foi mais profissional e menos injusta do que os participantes do grupo de controle. Os membros do grupo experimental tendem a contratar a moça branca, enquanto os membros do grupo de controle não apresentam preferência pela cor da pele na contratação. Assim, observa-se que a contraditória situação brasileira, em que existe preconceito, mas ninguém é responsável por ele, apresenta consequências, pois, como concluem Pereira et al. (2003), o nosso preconceito está ancorado no discurso justificador da discriminação. Os participantes afirmam não ter preferência pela

cor da pele, mas acham que a sociedade brasileira prefere ser atendida por pessoas de cor branca e, com base em tal discurso, “aceitam” a discriminação de pessoas negras.

Do mesmo modo, Lima e Vala (2004a) demonstraram que cada contexto de relações “racializadas” possui uma forma específica de racismo, que apresenta manifestações próprias. Os autores desenvolveram um estudo no qual indivíduos brancos deveriam avaliar um grupo de pessoas negras e um grupo de pessoas brancas (representados por fotografias), que obtinham sucesso social ou que eram mal sucedidos socialmente. Os resultados indicaram que negros que obtêm sucesso social são percebidos como mais brancos do que os negros que fracassam. Além disso, o branqueamento dos negros bem sucedidos permite que os participantes brancos realizem uma maior atribuição de traços positivos na descrição deste grupo e que lhes atribua mais traços de cultura. Concluindo, assim, que o branqueamento, dentre outros aspectos, desempenha um papel fundamental na expressão do racismo no Brasil.

As evidências de desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira são inúmeras e podem ser identificadas não só em pesquisas como as supracitadas, mas na própria observação cotidiana, pois acontecem nos mais diversos âmbitos da sociedade. Na saúde, por exemplo, um estudo realizado por Leal, Gama e Cunha (2005), com amostra representativa do município do Rio de Janeiro, identificou menor adequação do pré-natal em mulheres de cor parda e preta e também que estas mulheres peregrinam mais em busca de um local para o parto. Além disso, proporções maiores delas não recebem anestesia em comparação a brancas.

Em outro estudo realizado no sul do Brasil, por Bairros et al. (2011), os resultados indicam que mulheres negras apresentaram menor índice de realização do exame de detecção precoce do câncer de mama e o número de mulheres negras que nunca se submeteram a um exame de Papanicolau foi o dobro das mulheres brancas.

No âmbito da educação, podemos ilustrar com o trabalho de França (no prelo) que analisa o papel do professor no processo de discriminação de crianças negras. A pesquisadora

desenvolveu um estudo no qual 109 alunos de uma escola de formação de professores foram solicitados a avaliar uma redação e responder a um questionário com perguntas sobre seus critérios de avaliação. No instrumento, além da redação do aluno constava a fotografia da criança que escreveu a redação. Assim, a variável cor da pele foi manipulada com a apresentação de duas fotografias: crianças branca e negra, a fim de analisar a discriminação em relação à cor da pele. Como resultado, verificou-se um efeito principal da cor da pele da criança avaliada $F(1,104) = 3.72, p = .05$, indicando que a criança branca recebeu notas mais altas do que a criança negra ($M = 7.8$; $M = 7.3$, respectivamente).

Além disso, os critérios adotados pelos participantes para avaliação da criança branca foram: criatividade, expressão, construção textual, idade, série e tema escolhido. Por outro lado, para avaliar as crianças negras, eles utilizaram critérios como uso da gramática, caligrafia e, sobretudo, o esforço. Ou seja, são utilizados critérios superficiais na avaliação da criança negra, enquanto para a criança branca, os critérios são referentes a capacidade de pensar e agir inteligentemente. Com base nesses dados, o estudo conclui que as impressões que os professores têm das pessoas negras é de que elas não precisam alimentar expectativas, pois seu lugar social está previamente definido.

Os dados apresentados refletem o quadro de discriminação e exclusão no Brasil e esclarecem que tal situação não diz respeito apenas ao estrato social, mas também a cor da pele das pessoas. A manutenção dos preconceitos interessa política, cultural e economicamente a muitos grupos que assim legitimam suas posições ou justificam assimetrias e, por tal motivo, o combate ao preconceito apresenta tantas dificuldades. Contudo, é possível controlar aquilo que verdadeiramente prejudica os membros de grupos minoritários: a discriminação. Estratégias nesse sentido são imprescindíveis para evitar que pessoas tenham seu acesso restringido aos recursos materiais ou simbólicos apenas por possuir uma marca grupal socialmente desvalorizada (Lima, 2011).

Em síntese: representações e preconceitos podem atuar como enviesamentos de julgamentos sociais?

Neste capítulo discutimos julgamentos, representações e preconceitos. Contudo, não pretendíamos explorar ou esgotar aqui todas as articulações possíveis entre os conceitos, tampouco entre as perspectivas teóricas abordadas. Objetivávamos o estabelecimento de uma relação entre os fenômenos a fim de ensaiar respostas a um questionamento fundamental nas investigações desta pesquisa: representações sociais e preconceitos podem atuar como enviesamentos de julgamentos sociais?

De acordo com a literatura, as representações operam como guias orientando ações e relações sociais. Assim, são capazes de intervir nas mais diversas situações mediante a construção de imagens positivas ou negativas de diferentes grupos sociais. Portanto, representações podem estar ligadas à construção de atitudes como o preconceito que, por sua vez, influencia as condutas discriminatórias.

Vimos também que associações automáticas são necessárias para a vida em sociedade, mas causam erros de atribuição e, em geral, não temos consciência da interferência desses erros, como no caso da associação frequente entre negros e violência. Além disso, a literatura esclarece que, embora cor e estrato social estejam sobrepostos, na sociedade brasileira não existe apenas preconceito contra pobres e sim contra negros e pobres.

Como na presente pesquisa investigamos o contexto jurídico, para pensar ao questionamento acima, tomamos como exemplo o sistema jurídico-penal. Ainda esse sistema seja responsável nas sociedades modernas pela tomada de decisões de grande impacto social, uma vez que julga a culpa ou a inocência das pessoas, não está isento de erros de atribuição. Uma pesquisa realizada por Silva e Lima (no prelo), analisou 122 processos de julgamentos realizados pelo 1º Tribunal do Júri de Aracaju, concluídos entre 2003 e 2007, e, ao investigar

os efeitos da cor da pele e do estrato social nas decisões, encontrou-se uma maior atribuição de anos de pena a réus negros e pobres.

Do mesmo modo, uma pesquisa realizada por Adorno (1996) explorou as relações entre justiça, igualdade jurídica e juízo, mediante exame das sentenças de processos penais e também encontrou resultados nesse sentido. Foram analisados todos os crimes violentos de competência dos tribunais singulares ocorridos no município de São Paulo, julgados em primeira instância em 1990. Os resultados indicaram uma tendência ao “enegrecimento” ou branqueamento de acordo com o andamento do processo. Quando a responsabilidade pelo crime se afasta do acusado a tendência é ocorrer um processo de clareamento. Por outro lado, quando as provas aproximam o acusado do crime, ocorre o seu escurecimento.

Diante disso, pretendemos investigar a relação entre representações sociais, preconceitos e julgamentos no contexto específico do adolescente em conflito com a lei. A hipótese principal deste trabalho sustenta que, assim como no contexto penal supracitado, os julgamentos serão mais severos quando forem avaliados adolescentes de cor preta e baixo estrato social. Do mesmo modo, prevemos representações mais negativas nessas condições. No capítulo seguinte apresentamos a temática do adolescente em conflito com a lei.

CAPÍTULO II

A ADOLESCÊNCIA E A SITUAÇÃO DE CONFLITO COM A LEI

Este capítulo tem como objetivo apresentar a temática do adolescente em conflito com a lei, objeto de estudo do presente trabalho. Para isso, abordaremos brevemente a construção histórica e social da adolescência, em seguida, especificando a discussão, trataremos dos fatores de risco que incidem sobre os adolescentes brasileiros e as características dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. Por fim, referimos os principais documentos e leis nesse âmbito.

Adolescências construídas

Ser adolescente, para a maior parte dos estudiosos do desenvolvimento humano, é viver um período de transição. A adolescência seria uma fase caracterizada por mudanças que afetam os aspectos físicos, sexuais, cognitivos e emocionais, trazendo algumas dificuldades ao impor uma nova representação de si, um novo conjunto de crenças e uma nova forma de relacionar-se consigo e com o mundo (Padovani, 2013). Nesta mesma perspectiva de transição e um pouco mais generalista, a adolescência é caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) enquanto um período de crescimento e desenvolvimento humano que ocorre depois da infância e antes da idade adulta, entre as idades de 10 e 19 anos.

Enquanto ponte entre a infância e a idade adulta, a adolescência é comumente associada à puberdade, palavra derivada do latim *pubertas-atis*, referindo-se ao conjunto de transformações fisiológicas ligadas à maturação sexual, que traduzem a passagem progressiva da infância à adolescência. Contudo, os limites fisiológicos são insuficientes para compreender esse período, pois a adolescência não é apenas uma fase natural de transição, pelo contrário, é um fenômeno de forte caracterização cultural (Frota, 2007).

Segundo Phillipe Ariès (1981), na sociedade medieval a infância e a adolescência eram categorias que não existiam, pois até o século XIX não havia uma “consciência da

particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto” (p.99). Assim, antes da consciência referida pelo autor como “sentimento de infância”, as crianças eram tratados como adultos em miniatura ou pequenos adultos, participavam dos mais diversos espaços sociais, além de serem alvos de todos os tipos de atrocidades.

Não parecia existir qualquer diferenciação entre as crianças e os mais velhos, e, do mesmo modo, a passagem entre a infância e a idade adulta se efetuava sem transição. A condição básica que favoreceu a “inauguração” da adolescência ocidental do século XX foi a possibilidade de prescindir da ajuda financeira dos jovens, que dedicariam mais tempo à formação profissional. Assim, a exigência de maiores aperfeiçoamentos, impostos pela realidade contemporânea e tecnicista, gerou um elástico do período de preparação dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho (Frota, 2007).

Dessa forma, tanto a infância quanto a adolescência são categorias que não existiam nas sociedades pré-industriais. A noção de adolescência foi construída historicamente e possui, portanto, múltiplas emergências que variam a depender do contexto econômico, cultural e social. Para compreender este período é importante considerar a realidade social e histórica na qual cada adolescente está inserido (Coelho & Rosa, 2013).

Ozella (2002) afirma que as definições da adolescência estão intimamente ligadas à transformação da compreensão do desenvolvimento humano e também à transformação da forma como cada geração adulta define a si própria. Para o autor, instalou-se uma concepção naturalista e universal sobre o adolescente, fortemente ligada a estereótipos e estigmas. Desde os estudos de Stanley Hall ela passou a ser identificada como etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade. Além disso, a partir dos trabalhos de Eric Erikson (1976) essa fase passou a ser identificada pela psicologia por uma confusão de papéis e dificuldades de estabelecer uma identidade própria.

Contudo, estudos antropológicos questionam a universalidade dos conflitos adolescentes e a negligência de muitos trabalhos acerca da inserção histórica do jovem e suas condições objetivas de vida (Ozella, 2002). Ruth Benedict (1934), em “Padrões de cultura”, debate a concepção de inevitabilidade da adolescência enquanto um estado fisiológico caracterizado por explosões domésticas e rebeliões, fatos comuns na América, mas que nem sempre podem ser identificados em outras culturas.

Assim, para compreender o sentido da adolescência em diferentes culturas é necessário identificar como se dá o início da fase de adulto e quais os seus métodos de admissão no novo modo de maturidade, ou seja, qual o significado de maturidade em cada cultura. Em algumas sociedades na América do Norte, por exemplo, maturidade significava capacidade de fazer guerra. Já em outras na Austrália, a maturidade consistia na participação em um culto cuja característica fundamental era a exclusão de mulheres (Benedict, 1934).

Desse modo, observa-se que a demarcação da adolescência é cultural e, por isso, não é possível estabelecer normas de funcionamento e regras gerais de expressão, pois não existe a adolescência e sim “adolescências”. Porém, à despeito das questões aqui colocadas, as leis geralmente consideram apenas a idade como critério, caracterizando essa fase pela definição de uma faixa etária para sua extensão. No Brasil, por exemplo, o ECA no 2º artigo, das disposições preliminares, define: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

O documento intitulado “Cenário da Infância e Adolescência no Brasil” (2015), publicado pela Fundação Abrinq, destaca que crianças e adolescentes constituem um grupo expressivo e necessitam de atenção especial do Estado. Os dados apresentados são do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010) e indicam que há aproximadamente 60 milhões de crianças e adolescentes no Brasil (eram 59.657.340 pessoas entre 0 e 18 anos, em um total populacional de 190.755.799), apenas no Nordeste, havia

18.296.472 adolescentes. É importante considerar que, nesse grupo populacional expressivo, existem fatores do contexto socioambiental brasileiro que impactam o desenvolvimento e devem ser considerados na análise da temática: os fatores de risco e vulnerabilidades, abordados a seguir.

Fatores de risco e vulnerabilidades dos adolescentes brasileiros

Os fatores de riscos podem operar de diferentes maneiras e em diferentes momentos do desenvolvimento humano. São definidos como condições ou “eventos negativos que, quando presentes no contexto ecológico da pessoa, aumentam a probabilidade de que esta apresente problemas físicos, psicológicos, comportamentais e sociais” (Koller, Moraes, & Cerqueira-Santos, 2009, p.27). Já vulnerabilidades correspondem às suscetibilidades individuais que potencializam o efeito dos fatores de risco. Assim, uma pessoa vulnerável não consegue buscar alternativas para enfrentar o momento de crise ou o faz de forma ineficaz (De Antoni, Hoppe, Medeiros, & Koller, 1999).

Nesse sentido, a literatura discute que existem determinadas variáveis ambientais ou fatores de risco que podem levar um adolescente à situação de conflito com a lei, pois interferem de forma negativa em um desenvolvimento seguro e saudável, e atuam como obstáculos individualmente difíceis de superar (Feijó & Assis, 2004; Gallo & Willians, 2005).

Na realidade brasileira, esses fatores estão especialmente relacionados a diversas formas de exclusão a que os adolescentes estão expostos, tais como a econômica, a cultural, a territorial e a racial. A exclusão econômica, por exemplo, é capaz de gerar outros tipos de exclusão, como a segregação cultural que priva o indivíduo da escolaridade, instrumento para maiores chances de emprego com melhor remuneração, assim como de ter acesso a informações que o habilitem a exercer sua cidadania de forma plena (Feijó & Assis, 2004).

O relatório elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], intitulado “*Situação da Adolescência Brasileira 2011*”, aborda tais formas de exclusão e

evidencia os adolescentes enquanto um grupo que sofre mais fortemente o impacto de vulnerabilidades como a pobreza, a violência, a exploração sexual, a baixa escolaridade, abuso de drogas, etc. Ou seja, o simples fato de ser adolescente faz com que determinadas situações incidam mais fortemente sobre eles, quando os comparamos a outros grupos da população.

O relatório destaca que no Brasil, 3.7 milhões de meninos e meninas com idades entre 12 e 17 anos (17,6% dos adolescentes do País) viviam em famílias extremamente pobres, sobrevivendo com até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo por mês. Com relação a escolaridade, no Brasil, em 2009, do total de adolescentes de 15 a 17 anos, 85,2% estavam matriculados na escola. Porém, apenas pouco mais da metade deles (50,9%) estava no nível adequado para a sua idade: o ensino médio. Além disso, 1.4 milhão de adolescentes já havia abandonado os estudos e estavam fora da escola em 2009. Cabe destacar ainda a existência de características que agravam essa desigualdade, como a cor da pele.

Os dados do UNICEF (2011) indicam que enquanto a média nacional de adolescentes vivendo em situação de extrema pobreza era de 17,6% em 2009, entre os adolescentes negros, o índice verificado foi de 22%. Neste aspecto, os adolescentes negros que vivem nas regiões Norte e Nordeste são ainda mais vulneráveis. No Norte, a extrema pobreza atingia 13% dos adolescentes brancos e 26% dos adolescentes negros e no Nordeste enquanto 26% dos adolescentes brancos eram extremamente pobres, entre os negros esse índice era de 31,5%. Tal padrão de desigualdades se repete nos demais aspectos analisados pelo relatório.

Como a violência é um fator fundamental nas discussões deste trabalho, salientamos que adolescentes brasileiros também estão especialmente vulneráveis à violência em sua forma mais aguda: o homicídio. Estudos apresentados pelo UNICEF (2012) indicam que o homicídio é a principal causa de morte entre os 12 e 18 anos no Brasil, representando 45,2% das mortes de adolescentes comparados a 5,1% das mortes da população em geral. Além disso, algumas variáveis têm mais influência sobre tais estatísticas: adolescentes do sexo masculino

apresentavam um risco 11,5 vezes superior ao das adolescentes do sexo feminino, e os adolescentes negros, um risco 2,78 vezes superior ao dos brancos.

Assim, ao contrário da maioria dos países, o homicídio no Brasil supera os acidentes de trânsito como a principal causa de mortalidade na adolescência e ele não afeta da mesma forma os milhões de adolescentes no País. Nessa direção, os dados do último mapa da violência no Brasil, Mortes por Armas de Fogo (2015), publicado pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz em cooperação com a UNESCO, indicam a maior vulnerabilidade de jovens e negros.

As armas de fogo são o instrumento utilizado em mais de 70% dos homicídios acontecidos no País, representando altos índices de mortalidade em toda a população. Todavia, ao analisar a faixa jovem os índices são ainda mais impactantes, por exemplo, se a taxa de Alagoas para o conjunto de sua população é de 55 mortes por 100 mil habitantes, entre os jovens a taxa sobe para 123,6. Do mesmo modo, quanto à seletividade racial dos homicídios, a pesquisa constata que enquanto as taxas de homicídios por armas de fogo de brancos caem 23% (de 14,5 em 2003 para 11,8 em 2012), a taxa de homicídios de negros aumenta 14,1% (de 24,9 para 28,5). A vitimização negra do país em 2003 era de 72,5%, e em 2012 esse percentual duplica: 142%. Assim, o mapa da violência conclui que morrem 2,5 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo no Brasil (Waiselfisz, 2015).

Em suma, a violência impacta a vida de milhares de adolescentes brasileiros, especialmente quando eles são negros. Tal condição de vulnerabilidade afeta o desenvolvimento dos adolescentes que são vítimas e também daqueles que se envolvem em situações de violência na condição de autores. Ainda que seja impreciso afirmar que exclusão social e as vulnerabilidades causem o cometimento de ato infracional, uma das possíveis abordagens a este problema complexo é relacioná-lo aos contextos de inserção do adolescente (Castro, 2002; Feijó & Assis, 2004). Para pensarmos sobre isso, questionamos: o que é um adolescente em conflito com a lei e quem são eles no Brasil?

O adolescente em conflito com a lei: definições e características

Toda conduta praticada por criança ou adolescente definida como crime ou contravenção pelo Código Penal brasileiro é caracterizada como um ato infracional. Nesse contexto, a Justiça da Infância e Juventude é responsável por apurar, impor e executar as devidas respostas estatais aos ilícitos cometidos por adolescentes (Sposato, Ditticio, Figueiredo, & Queiróz, 2007).

Os motivos que levam um adolescente a cometer um ato infracional são complexos e de várias ordens. Assim, quando um jovem comete um ato infracional grave houve inúmeras falhas: as políticas sociais básicas, o Estado, a escola, a sociedade, todos estão implicados de algum modo com a problemática. Nesse sentido, é necessário analisar as diferentes trajetórias de envolvimento e não envolvimento de adolescentes com o ato infracional, para identificar a combinação de fatores que os predispõem ao risco (Castro, 2002; Costa & Assis, 2006).

Revisões na literatura (Gallo & Williams, 2005; Nunes et al., 2013; Zamora, 2008) apontam fatores de risco variados para a prática infracional. Eles podem se dividir em fatores de natureza biológica ou de natureza ambiental, sendo que os de natureza ambiental recebem mais ênfase na literatura. Dentre eles, o nível socioeconômico reduzido, exclusão social, associação com pessoas agressivas, problemas escolares, situações de negligência e abandono, criminalidade e violência na família, na escola e na comunidade, e abuso de substâncias psicoativas. Também têm sido apontadas algumas características biológicas e psicológicas, tais como ter danos neurológicos sutis, impulsividade, hiperatividade, precário controle diante de frustrações, dentre outros.

O cometimento de um ato infracional não é explicado pela presença isolada de um fator adverso, mas sim através da complexa cadeia de eventos da trajetória do jovem. Compreende-se, portanto, que o adolescente em conflito com a lei está exposto a fatores de risco pessoais, familiares, sociais, escolares e biológicos (Costa & Assis, 2006; Gallo & Williams, 2005).

Sobre as diferenças dos adolescentes em conflito com a lei no âmbito individual, em uma pesquisa realizada por Assis (1999), no Rio de Janeiro, foram entrevistados adolescentes autores de atos infracionais e seus irmãos ou primos que não cometeram infrações. Nessa pesquisa, ficou evidenciada uma acentuada diferença entre os irmãos nas percepções sobre seu contexto familiar, além de condições que se modificavam dentro de uma mesma família na criação de cada filho, como as condições socioeconômicas. Situações de violência doméstica, por exemplo, eram salientadas pelos “não infratores” e minimizadas nos relatos dos “infratores”, indicando que os últimos possuíam imagens mais idealizadas das suas famílias e dificuldades em se verem como vítimas de violência.

Em outros âmbitos eles também apresentaram diferenças importantes. Por exemplo, os “não infratores” pareciam avaliar melhor as consequências dos seus atos e referiram uma falta de controle familiar sobre o “infrator”. Uma explicação para isso foi o fato de serem, na maioria das famílias (60%) os caçulas, ao passo que os irmãos/primos eram primogênitos ou filhos intermediários (82%). Além disso, outra razão apresentada pelos “não infratores” para explicar a entrada na vida infracional é que os “infratores” seriam os preferidos da família (Assis, 1999).

Os resultados da pesquisa supracitada são importantes, mas não podem ser generalizados ou vistos como um perfil que contempla todos os adolescentes em conflito com a lei no Brasil, por se tratar de uma pesquisa qualitativa que cobriu apenas um contexto da realidade brasileira. No entanto, uma conclusão passível de generalização é a de que os motivos que levam um adolescente a cometer um ato infracional são complexos e de várias ordens, sendo que até em uma mesma família podem haver diferenças importantes que predis põem o adolescente à prática infracional. Estudos dessa natureza aumentam a compreensão sobre as possíveis origens e dimensões da situação de conflito com a lei na adolescência.

Quem são os adolescentes em conflito com a lei no Brasil?

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou em 2012 uma pesquisa cujo objetivo foi traçar um panorama da situação dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil e o perfil social desses adolescentes. Foram visitados, entre 2010 e 2011, os 320 estabelecimentos de privação de liberdade, a fim de analisar as condições de internação a que os 17.502 adolescentes estavam sujeitos. Nestas visitas, foram entrevistados 1.898 adolescentes e analisados dados de 14.613 processos judiciais de execução de medidas socioeducativas de restrição de liberdade, em tramitação nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal.

Os dados demonstram que a maior parte dos adolescentes se concentrava na faixa entre 15 e 17 anos (67%). Os atos infracionais correspondentes a crimes contra o patrimônio (roubo, furto, entre outros) foram os mais praticados pelos respondentes. O tráfico de drogas se destaca nas regiões Sudeste e Sul, é o segundo ato infracional mais praticado, tendo obtido representação de 32% e 24%, respectivamente. E o homicídio também foi expressivo em todas as regiões do país, com exceção da Sudeste, onde corresponde a 7% do total. Nas regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, o percentual varia de 20% a 28%.

Quanto à reincidência, entre os adolescentes entrevistados em cumprimento de medida de internação, 43,3% já havia sido internado ao menos uma outra vez. Com relação a escolaridade, o percentual dos adolescentes não alfabetizados atingiu o índice de 8%, mas houve disparidade entre as regiões, pois no Nordeste 20% dos adolescentes entrevistados declararam-se analfabetos, enquanto no Sul e no Centro-Oeste, apenas 1% referiu essa condição. Aproximadamente 75% fazia uso de drogas ilícitas, percentual especialmente expressivo na Região Centro-Oeste (80,3%). Dentre as substâncias utilizadas, a maconha foi a mais citada, seguida da cocaína, com exceção da Região Nordeste, em que o *crack* foi a segunda substância mais utilizada. Em síntese, o perfil dos adolescentes apresentado nesta pesquisa reiteram alguns fatores de risco apontados pela literatura (relação com substâncias

psicoativas, problemas na escolaridade, etc.), evidenciando o impacto das vulnerabilidades na conduta infracional por adolescentes.

Especificamente sobre Aracaju, local de realização desta pesquisa, Rocha (2016) realizou um estudo documental de processos judiciais na 17ª Vara Cível dessa Comarca, descrevendo características dos atos infracionais cometidos por adolescentes. A autora identificou, dentre os 5.149 processos judiciais, distribuídos ao longo dos 11 anos de estudo (2005 a 2015), que em relação à classificação das infrações, a maior ocorrência corresponde aos atos contra o patrimônio, especificamente roubo e, em seguida, o furto (em consonância com os dados nacionais). Infrações de tráfico de drogas e porte de arma ficaram em terceiro e quarto lugar como mais frequentes, e as infrações contra a vida foram pouco significativas se comparadas ao montante total (4,7%). Contudo, o estudo concluiu também um crescimento na quantidade de processos e um agravamento das infrações.

Pesquisas como esse caráter não são muito frequentes. Segundo o “Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil” (2015), divulgado pela Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude, a coleta de informações sobre adolescentes em conflito com a lei, especialmente aqueles que se encontram privados de liberdade, ainda é superficial e existem informações importantes que não são avaliadas, como por exemplo, informações sobre a cor da pele dos adolescentes.

Com relação aos adultos, o Mapa do encarceramento pontua que existe uma parcela da população carcerária para a qual não há informações sobre cor da pele. Contudo, dentre aqueles que tinham essa informação disponível, destaca-se que em 2005 entre os adultos presos no Brasil, havia 92.052 negros e 62.569 brancos, ou seja, 58,4% eram negros. Em 2012 essa diferença é reforçada, pois havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, 60,8% da população prisional era negra. Constata-se assim que quanto mais cresce a população prisional no País, mais cresce o número de negros encarcerados.

Nesse sentido, para Sposato et al. (2007) é possível aplicar todas as considerações sobre a seletividade da Justiça Penal também à Justiça da Infância e Juventude, já que as diferenças entre o funcionamento de ambas as justiças são meramente formais. Do mesmo modo em que os negros estão sobre-representados entre a população carcerária, os adolescentes negros também estão nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei no Brasil. Para os autores, a população negra é protagonista em todo o ciclo da violência e da Justiça Penal, bem como da Justiça da Infância e Juventude, na posição de agressor ou de vítima. Tal protagonismo pode ser explicado pela situação de vulnerabilidade social em que vive a maior parte dessa parcela da população. No entanto, igualmente inegável é o fato de que existem diferenças objetivas nos julgamentos de negros e brancos no Brasil (Sposato et al., 2007).

A desigualdade em função da cor da pele tem raízes históricas e estudos citados no capítulo anterior evidenciam, inclusive, relações entre o julgamento de crimes e a cor da pele do réu (Adorno, 1996; Silva & Lima, no prelo). Tais estudos retratam um contexto de discriminação em que a cor da pele parece ter peso decisivo na tomada de decisão no âmbito da justiça, que nem sempre parece “justa”. Como a finalidade deste trabalho é investigar possíveis desigualdades, em função da cor e do estrato social, no julgamentos de adolescentes, a priori, é necessário contextualizar os principais marcos internacionais e a legislação brasileira nesse âmbito, abordaremos então: os adolescentes e a lei.

Os adolescentes e a lei

As discussões sobre o adolescente em conflito com a lei não estão restritas ao contexto brasileiro. Dada a dimensão da discussão, existem documentos internacionais importantes que abordam a relação entre adolescentes e a violência e refletem uma tendência à proteção e educação do adolescente, como as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude ou Regras Mínimas de Beijing (1985), a Convenção da ONU

sobre os Direitos da Criança (1989) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade (1990).

Dentre os objetivos das regras de Beijing há a noção de que a Justiça de jovens deve ser concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país, com a mobilização de recursos disponíveis, inclusão da família e comunidade, bem como escolas e demais instituições. Além disso, é dado ao jovem o direito de participar e se expressar livremente do processo, deve haver uma especialização dos serviços de polícia e as medidas de privação de liberdade são compreendidas como último recurso, sendo que a duração deve ser a mais curta possível e em estabelecimentos diferentes dos adultos.

Na mesma perspectiva, a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, reafirma os objetivos presentes nas regras de Beijing e enfatiza outros, como a garantia de que nenhuma criança (todo o ser humano menor de 18 anos), ainda que esteja colocada numa instituição pelas autoridades competentes, será submetida à tortura, penas ou tratamentos cruéis. São garantidos também a revisão periódica da colocação em instituição, proteção contra o trabalho infantil, o consumo e o tráfico de drogas, além da defesa de um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento, com acesso a saúde e serviços, educação e lazer.

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade (1990) são mais específicas, elaboradas com o propósito de reverter as condições e circunstâncias cruéis pelas quais ocorriam privações de liberdade de adolescentes em todo o mundo. De acordo com tais regras, não devem ser economizados esforços para abolir a prisão de jovens, visto que, quando se encontram privados de liberdade, são extremamente vulneráveis aos maus-tratos, à vitimização e à violência. Quando for a única alternativa possível, a internação de adolescentes deve seguir os princípios e procedimentos estabelecidos no documento, aplicadas imparcialmente, sem qualquer tipo de discriminação.

O Brasil é signatário dos referidos documentos internacionais e atualmente adota o ECA, lei que garante proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares. Contudo houve um longo percurso histórico até a sua promulgação. No Código Penal Brasileiro, promulgado em 1940 (Decreto-Lei n.º 2.848/40), já era consagrada a inimputabilidade criminal do menor de 18 anos. Entretanto, a legislação neste âmbito ainda era pautada na doutrina da situação irregular, representada pelo Código de Menores de 1927, que visava estabelecer diretrizes para o trato da infância e juventude excluídas, regulamentando questões como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, porém as crianças e adolescentes ocupavam a condição de objetos de direito e, quando consideradas pessoas em perigo material ou moral, ficavam sob a tutela do Estado (Espíndula & Santos, 2004).

Com o Golpe Militar de 1964 e a instauração da ditadura militar no Brasil, houve a elaboração de uma nova Constituição, que estabeleceu diferentes diretrizes para a vida civil. O período é marcado pela presença autoritária do Estado, restrição à liberdade de opinião e expressão, recuos no campo dos direitos sociais e instituição dos Atos Institucionais que permitiam punições, exclusões e marginalizações políticas. Para a área da infância, dois documentos foram significativos e indicadores da visão vigente: A lei que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Lei 4.513 de 01/12/1964) e o Código de Menores de 1979 (Lei 6697 de 10/10/1979). O Código de Menores de 1979 constituiu-se em uma revisão do Código de Menores de 1927, não rompendo com sua linha principal de arbitrariedade, assistencialismo e repressão (Lorenzi, 2007).

A doutrina da situação irregular destinava-se a uma infância específica, vista como desvalida e infratora. As crianças eram retiradas de suas casas, após a investigação da conduta pessoal, da família e abandono, em uma espécie de “controle da pobreza”. Pautada no discurso de proteção e recuperação, a legislação “menorista” brasileira adotou práticas de repressão típicas do sistema penal, desvelando seu caráter ambíguo (Ciarallo & Almeida, 2009).

Contudo, com o fim do regime militar, o consequente reordenamento jurídico do País e a promulgação da Constituição de 1988, os direitos humanos voltaram a ser tema de discussão e, em um contexto de extrema vulnerabilidade social do Brasil, houve uma movimentação da sociedade a fim de reconhecer crianças e adolescentes enquanto detentores de direitos. A situação de vulnerabilidade social passou a ser considerada, garantindo o atendimento às necessidades básicas, como educação, saúde, alimentação e lazer. Essa mudança na concepção culminou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, em 13 de julho de 1990 (Ciarallo & Almeida, 2009; Espíndula & Santos, 2004; Padovani, 2013).

A partir do ECA todas as prescrições dos códigos de menores de 1927 e 1979 foram reformuladas, crianças (até 12 anos) e adolescentes (até 18 anos) passaram a ser definidos como cidadãos, na condição peculiar de pessoas em fase de desenvolvimento sob a doutrina da proteção integral, eliminando termos como *menor*, *infrator*, *carente*, *abandonado* etc., e classificando todos como crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social (Espíndula & Santos, 2004). O sentido político desta mudança terminológica, cuja origem se deu no plano jurídico-normativo, foi reduzir a diferença entre segmentos sociais e atenuar as discriminações (Gonçalves & Garcia, 2007).

Com o ECA ocorreu uma transformação na forma de atender os adolescentes autores de ato infracional, com a introdução das chamadas medidas socioeducativas aplicadas nesses casos e descritas em sua segunda parte, capítulo IV. São elencadas das mais brandas, como a advertência, até a mais complexa: a internação. As medidas socioeducativas são disciplinadas pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e pela recente lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei 12.594/2012), SINASE.

Contudo, observa-se que a despeito do grande avanço político que o ECA representou, há no Brasil um conflito entre leis e práticas nesse âmbito, pois ainda existe um ranço menorista

nas práticas desenvolvidas e sustentadas socialmente (Ciarallo & Almeida, 2009; Zamora, 2008). Francischini e Campos (2005) afirmam que a observação da realidade das instituições impõe o questionamento sobre a distância entre o que é preconizado pela lei e o que é efetivamente desenvolvido, indicando a persistência em um modelo de atendimento que remete às ações desenvolvidas no contexto dos Códigos de Menores.

Um documento importante que aborda as condições da internação de adolescentes no Brasil, e evidencia o referido conflito entre leis e práticas, é o relatório publicado em 2007, com o título: “Um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei”. O relatório narra inspeções realizadas simultaneamente em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2006. Tais inspeções foram resultado de uma parceria entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e indicaram um trato desumanizante, em grandes números e espaços.

Em Sergipe, por exemplo, local de realização da presente pesquisa, foram visitadas em 2006 duas unidades socioeducativas, a masculina: Centro de atendimento ao Menor (CENAM) e a feminina: Unidade Feminina Socioeducativa Senadora Maria do Carmo Nascimento Alves. Na Unidade Feminina foram encontradas ótimas condições de habitabilidade, a unidade era recém construída, com capacidade para 20 adolescentes e naquele momento havia apenas três em cumprimento da medida. Por outro lado, na unidade Masculina foram verificadas condições como superlotação, trabalho socioeducativo insuficiente, alojamentos com poucos colchões, denúncias de espancamento (havia relatos de que o batalhão de choque da Polícia Militar era chamado durante os conflitos), prática de tranca ou isolamento como punição por descumprimento das normas, atenção à saúde insuficiente e assistência jurídica precária.

Diante do exposto, discute-se que o avanço político representado pelo ECA não parece ter sido incorporado nas práticas sociais, pois, em grande parte do País, as experiências de aplicação das medidas socioeducativas são incongruentes com a legislação. Somado a este

conflito entre leis e práticas, observa-se repetidas críticas ao ECA e um cíclico debate sobre propostas de redução da idade de responsabilidade penal. Tais críticas repousam em juízos de valor popularmente difundidos em torno da prática de infrações penais por adolescentes e sua capacidade de responder jurídica e penalmente por seus atos (Minahim & Sposato, 2011).

Contudo, as críticas desconsideram que a doutrina da proteção integral não se refere a capacidade ou incapacidade do adolescente em responder pelos atos e sim do reconhecimento internacional da adolescência enquanto um período peculiar do desenvolvimento humano. Por tal motivo, ações nesse âmbito devem visar não só responsabilização penal, mas a educação e proteção do adolescente. Nessa direção, é importante considerar que a responsabilidade por um ato infracional na adolescência não é apenas do indivíduo, mas compartilhada com toda a sociedade que não garante as necessárias condições de educação e proteção a este adolescente.

Sobre isso, a Teoria do Sujeito Responsável formulada por Bustos Ramirez e Hormazábal Malarée, citados por Sposato (2011), formula que o problema da responsabilidade não diz respeito unicamente ao indivíduo ao qual se atribui um ato, e sim ao Estado no que concerne à sua capacidade ou legitimação política para exigir responsabilidade. De acordo com essa teoria, o Estado só poderia exigir a observância de suas proibições ou mandatos, igualmente para todos, se oferecesse as mesmas condições a todas as pessoas. Ou seja, o Estado somente pode exigir responsabilidade pelo comportamento antinormativo se disponibilizou todos os elementos necessários para que a resposta fosse conforme a norma, o que não acontece no caso de adolescentes autores de atos infracionais no Brasil.

Além dessa incompreensão da doutrina de proteção integral, para Minahim e Sposato (2011), o não reconhecimento das medidas socioeducativas previstas no ECA enquanto sanções penais e que a justiça da infância e juventude, em matéria infracional, atribua responsabilidade penal aos adolescentes, contribui para as críticas ao ECA, para a compreensão distorcida do sistema, bem como para a ideia de “impunidade” que circula no senso comum.

Diante de tal contexto, não por acaso, atualmente vivenciamos no Brasil um retorno do debate sobre a redução da idade de responsabilização penal. Com forte influência midiática, há uma pressão popular pela modificação da Constituição a fim de que adolescentes sejam responsabilizados pelos atos infracionais da mesma forma que os adultos. As discussões sobre a redução dominaram os debates em 2015, sendo que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal aprovaram propostas ligadas ao tema. Assim, observa-se um cenário de retrocesso, pois tais propostas representam uma contestação de um importante direito social conquistado pelo ECA: a proteção e educação dos adolescentes.

Enquanto em alguns países os esforços são direcionados à prevenção da conduta infracional (com mobilização comunitária, criando uma rede de suporte na família, escola, mudanças comunitárias, etc.) no Brasil há um movimento de solicitação de medidas repressivas por parte da população, que desconhece as raízes do problema, bem como as formas de atenção e de prevenção para o enfrentamento da questão (Assis, 1999).

Desse modo, embora o ECA vigore no País há mais de 25 anos ele não parece ter sido completamente compreendido e assimilado pelo senso comum. O cenário de críticas e incongruências na aplicação do Estatuto gera reflexões sobre a forma como a questão é socialmente representada e, nesse sentido, a TRS pode ser uma importante auxiliar no estudo da questão. No capítulo seguinte, abordaremos representações sociais do adolescente em conflito com a lei.

CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÕES DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Neste capítulo apresentaremos estudos brasileiros que, assim como a presente pesquisa, exploraram a temática do adolescente em conflito com a lei utilizando o aporte teórico da Teoria das Representações Sociais. Realizamos uma revisão na literatura nacional e, inicialmente, apresentaremos os procedimentos de busca, seguidos de uma discussão sobre os trabalhos incluídos e seus principais resultados.

O adolescente em conflito com a lei na perspectiva da TRS

O adolescente em conflito com a lei é objeto de estudo de inúmeras pesquisas no contexto brasileiro, com diferentes enfoques e perspectivas teóricas. Diante disso, para compreender as representações sociais do adolescente em conflito com a lei e estabelecer comparações com nossos resultados, procedemos uma revisão da literatura com o objetivo de reunir pesquisas empíricas realizadas no Brasil e que empregaram a TRS no estudo da temática. Para esta revisão, foram consultas as seguintes bases de dados indexadas: SciELO, LILACS, PePSIC e Index Psi. A escolha se justifica na finalidade de contemplar o contexto socioeducativo brasileiro, pois essas são bases de referência no País. A busca foi realizada por dois juízes em outubro de 2015. Inicialmente, utilizamos os termos ‘Representações sociais’ e ‘Adolescente em conflito com a lei’. Contudo, não houve resultados satisfatórios. Na base SciELO, por exemplo, mesmo buscando em todos os índices, somente um trabalho foi recuperado com essa estratégia.

Presumimos que haja dois problemas que dificultam a sistematização nesse âmbito. O primeiro é que nem todos os trabalhos que utilizam o aporte teórico da TRS referem ou utilizam o termo “Representações Sociais”. Inclusive, ele não aparece entre os descritores da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), muitas vezes consultada para a escolha das palavras-chave de trabalhos. Além disso, há uma diversidade de termos utilizados para fazer referência a

adolescentes autores de atos infracionais, como ‘delinquente juvenil’, ‘adolescente infrator’, ‘menor infrator’ ou mesmo ‘adolescente em conflito com a lei’, utilizado neste estudo.

Tendo em vista tais dificuldades, referentes aos termos que são utilizados na literatura científica, optamos por uma estratégia de busca mais ampla. Como a maioria dos trabalhos sobre o tema faz referência ao contexto socioeducativo ou às medidas socioeducativas, o adjetivo “socioeducativo” pareceu ser um elemento importante de aproximação entre eles. Então, buscamos referências que apresentassem o adjetivo ‘socioeducativo’ (no gênero masculino e feminino, no plural e no singular, na atual grafia da língua portuguesa e em sua versão anterior – ‘sócio-educativo’), pois, assim, seria possível reunir o maior número de trabalhos sobre a temática para a posterior seleção daqueles que utilizavam a TRS.

Após essas deliberações, as buscas foram realizadas no dia 17 de outubro de 2015. Não foram estabelecidos recortes temporais para a seleção dos trabalhos, mas, encontramos somente referências publicadas a partir de 1992. A estratégia de busca utilizada foi “socioeducativ\$ OR sócio-educativ\$ [resumo]”, tendo-se encontrado, os seguintes quantitativos: 206 no SciELO, 213 no LILACS, 51 no PePSIC e 103 no Index Psi. Controlando-se as duplicações, as referências somaram-se em 338 trabalhos. Foram excluídos os estudos teóricos produzidos em outros países ou que se referiam a outras realidades que não a brasileira, restando 256 trabalhos.

Dos 256 foram excluídas aquelas referências que abordavam outros assuntos, que não adolescência em conflito com a lei, restando 172 artigos. Por fim, a partir da leitura dos resumos dos trabalhos restantes, encontramos 10 artigos que investigavam representações, imagens ou significados atribuídos a questão do adolescente em conflito com a lei. No entanto, desses apenas sete utilizavam e referiam o aporte teórico da TRS.

Com isso, após a conclusão do processo de busca nas bases de dados restaram sete artigos, entretanto, adicionamos a essa amostra outros dois (Ciarallo & Almeida, 2009; Nascimento, Howat-Rodrigues, Rosa, & Pompeu, 2012) que foram encontrados em buscas na

construção da presente pesquisa, contemplavam o objetivo da revisão, mas não foram recuperados nas bases de dados pesquisadas. Além disso, após a análise das listas de referências de todos os artigos restantes mais um trabalho foi incluído (Menin, 2000). Portanto, foram incluídas 10 pesquisas empíricas publicadas no Brasil sobre o adolescente em conflito com a lei na perspectiva da TRS.

Tais pesquisas se dividem em dois eixos principais. O primeiro reúne trabalhos cujo objetivo era descrever representações sociais construídas por adolescentes em conflito com a lei sobre determinados aspectos do contexto infracional. Nesse caso, os adolescentes são sujeitos da representação e o eixo, portanto, refere-se a “*Como adolescentes em conflito com a lei representam*”. Por outro lado, no segundo eixo os adolescentes em conflito com a lei são objetos da representação construída por outros atores envolvidos na questão, referem-se assim a: “*Como adolescentes em conflito com a lei são representados*”. A seguir abordaremos os trabalhos que compõem cada eixo.

Como adolescentes em conflito com a lei representam

Do total de 10 artigos, incluídos nesta revisão, cinco abordavam representações que adolescentes em conflito com a lei possuíam sobre as medidas socioeducativas que cumpriam, suas condições, experiências e planos de vida, bem como sobre si mesmos e suas concepções de justiça e lei (Coelho & Rosa, 2013; Coutinho, Estevam, Araújo, & Araújo, 2011; Estevam, Coutinho, & Araújo, 2009; Leal, Campelo, Araújo, & Lustosa, 2015; Menin, 2000).

O estudo de Coelho e Rosa (2013), por exemplo, analisou representações sociais do ato infracional e da medida socioeducativa em adolescentes em conflito com a lei que cumpriam a medida de Liberdade Assistida (LA). Para isso, foram entrevistados 46 adolescentes em um município de grande porte no Espírito Santo. O instrumento era formado por Testes de Associação Livre de Palavras, sobre os termos “ato infracional” e “medida socioeducativa”.

Quanto a caracterização dos adolescentes, foram identificadas: renda familiar baixa, grau de escolaridade não adequado às suas idades, local de residência precário e etnias afrodescendentes predominantes. As representações do ato infracional relacionaram-se aos tipos de atos, suas causas e consequências. No Núcleo Central (NC) foram identificadas as palavras cadeia, crime, drogas, homicídio, roubo e tráfico. Destaca-se que cadeia e crime são palavras carregadas de um valor jurídico referente aos delitos cometidos por adultos. Assim, essas evocações indicam que para os próprios adolescentes entrevistados o ato infracional não difere dos delitos praticados pelos adultos e suas consequências (Coelho & Rosa, 2013).

Já as representações da medida socioeducativa foram relacionadas a ações positivas em que, além da aprendizagem, houve a possibilidade de mudança do adolescente. As palavras mais significativas (NC) foram: aprendizagem, atividades, educação e mudança. Com isso, as pesquisadoras ressaltam o caráter positivo da medida em meio aberto, pois os adolescentes descrevem, em suas representações sociais, o desejado caráter socioeducativo defendido pelo ECA. Embora a medida atue como instrumento sancionatório, a palavra mais evocada é “educação”, evidenciando, o caráter socioeducativo da LA (Coelho & Rosa, 2013).

Outro estudo, desenvolvido por Estevam et al. (2009), objetivou identificar representações sociais da prática socioeducativa de privação de liberdade: a internação. Participaram 115 adolescentes institucionalizados em duas unidades masculinas no Estado da Paraíba, uma em João Pessoa e outra em Capina Grande. A faixa etária predominante entre os internos era de 17 a 19 anos e a maioria estudou apenas até o ensino fundamental. Assim como no estudo anterior, os adolescentes responderam a um Teste de Associação Livre de Palavras. Nos resultados, predominaram representações negativas da internação e da instituição.

Os adolescentes ancoraram suas representações nas dificuldades das relações interpessoais entre os internos e os profissionais, caracterizadas pela angústia e intriga. Na pesquisa, emergiu um conhecimento do senso comum acerca da instituição ressocializadora

pautado no sinônimo de “prisão”, evidenciando novamente a mesma lógica aplicada aos delitos praticados por adultos. Além disso, os participantes objetivaram suas representações em termos como ociosidade, tristeza, angústia, sofrimento, carência e raiva, bem como associando a instituição a um “inferno”. Assim, as autoras identificam que o caráter opressor é predominante nessas instituições à medida que está muito distante daquilo que é preconizado pelo ECA (Estevam et al., 2009).

Com o mesmo objetivo de apreender as representações sociais dos adolescentes em conflito com a lei acerca da prática socioeducativa com privação de liberdade, Coutinho et al. (2011) realizaram um estudo com adolescentes em conflito com a lei nas mesmas unidades destinadas ao cumprimento da medida no Estado da Paraíba citadas no estudo anterior. Contudo, nesse estudo, participaram apenas 50 adolescentes que tinham em comum o tipo de ato infracional: assalto seguido de homicídio.

Os adolescentes responderam a entrevistas em profundidade norteadas pela questão: *“Fale sobre a prática socioeducativa de privação de liberdade que você cumpre nesta instituição ressocializadora”*. Os resultados indicaram que as instituições são vistas como locais de expiação e castigo, com experiências de sofrimento e carência de atividades pedagógicas. Alguns adolescentes, remetem à lógica prisional, com a caracterização da unidade como um “presídio”. A instituição é caracterizada como desfavorável, refletindo uma esfera institucional tensa, suscetível de rebeliões e insegurança generalizada (Coutinho et al., 2011).

Além disso, sobre a percepção de si, essa pesquisa indica que coexistem nesses adolescentes uma autoimagem positiva (representada por elementos como tranquilidade, bondade, amizade) e uma autoimagem negativa (representada pelos elementos maldade, violência e inutilidade). Os participantes abordaram também a heteropercepção e, com base nessa perspectiva do “outro”, atribuem a si uma autoimagem negativa (Coutinho et al., 2011)

Outro artigo que refere o aporte Teórica da TRS, nesse âmbito, foi publicado por Leal et al. (2015). O objetivo da pesquisa era elencar as representações sociais sobre si mesmos construídas por adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa, tanto em regime semiaberto quanto em regime fechado. Para isso, participaram quatro adolescentes que cumpriam medida de semiliberdade e quatro que cumpriam medida de internação, em Teresina, Piauí.

Neste estudo, a apreensão dos sentidos foi realizada por meio de um recurso pouco convencional: a produção de *fanzines*. Segundo os autores, tal ferramenta é um recurso de mídia independente que estimula a expressão de temas pessoais e de interesse do criador. Para a produção dos *fanzines* da pesquisa, especificou-se o tema “liberdade”. Todos os adolescentes inseriram elementos referente à sua vida, retratando família, amigos, namoradas, etc. E surgiram elementos como a vontade de retorno para casa, a concepção de liberdade enquanto consumo, dentre outros aspectos. Além disso, os adolescentes internados relataram agressões físicas e verbais sofridas na instituição, indicando seu caráter repressivo (Leal et al., 2015).

Embora os pesquisadores não estabeleçam grandes conexões com a TRS na leitura dos resultados, emergem dos dados algumas conclusões que merecem destaque: a primeira é referente à identidade do adolescente privado de liberdade, pois nenhum deles declarou que poderia ser encontrado na instituição em que cumpre a medida, enquanto na Semiliberdade todos apresentaram tal informação. Para os autores, os adolescentes evitam, nas representações de si, o pertencimento a categoria de “infrator”, pois a ideia de que um jovem em privação de liberdade é marginalizado e perigoso é forte na sociedade (Leal et al., 2015)).

Por fim, a publicação mais antiga nesse eixo é de Menin (2000). Neste artigo, a pesquisadora descreve uma pesquisa realizada com 20 adolescentes do sexo masculino envolvidos em infrações na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. A pesquisa visava o estudo da moralidade em tais adolescentes, mas refere a TRS como uma abordagem que oferece

possibilidades de pesquisa à Psicologia da Moralidade. As entrevistas investigaram diversos aspectos referentes à moralidade, mas, nessa revisão, interessam-nos apenas as evocações dos adolescentes em conflito com a lei, associadas às palavras Justiça, Lei, Injustiça e Juiz.

Na pesquisa de Menin (2000), as idades dos adolescentes variaram entre 12 e 17 anos e a maioria não possuía o grau de escolaridade adequado a sua idade. Do mesmo modo, com relação à situação econômica, a maior parte dos participantes apresentava baixa renda familiar. Quanto aos resultados das evocações, a autora pontua que houve poucas associações para as quatro palavras: Justiça, Lei, Injustiça e Juiz. No total foram 47 associações à palavra Justiça, sendo que o conteúdo era referente a ocorrência de um crime e sua punição (punição, pena, acusação, cadeia). Quanto à palavra lei, houve 48 evocações com a ideia predominante de obrigação e/ou dever. Portanto, o caráter repressivo é a ideia predominante sobre esses termos.

Do mesmo modo, para a palavra injustiça ocorreram apenas 32 associações, relacionados a ideia de transgressão, pessoas de autoridade, falsa acusação, oposto de justiça, etc. Sendo que 30% dos participantes não emitiu nenhuma evocação, assim, o significado dessa palavra parece não estar claro para eles. Por fim, quanto à palavra juiz foram apenas 31 evocações, relacionadas a ideia de autoridade, o que manda, o que julga ou resolve e o que representa a lei. Com isso, a autora chama a atenção para a pobreza de significados emitidos, concluindo que o conceito de justiça não parece fazer parte do imaginário cotidiano desses adolescentes (Menin, 2000).

Como adolescentes em conflito com a lei são representados

Este segundo eixo também é composto por cinco artigos. Os trabalhos investigaram representações construídas por outros atores sociais implicados na questão do adolescente em conflito com a lei: operadores do Direito, funcionários de unidades socioeducativas, materiais jornalísticos e estudantes. Os objetivos variaram entre a descrição de representações sobre a adolescência, sobre as práticas socioeducativas e sobre o próprio adolescente em conflito com

a lei (Ciarallo & Almeida, 2009; Espíndula & Santos, 2004; Espíndula et al., 2006; Lima, 2006; Nascimento et al., 2012).

O trabalho de Ciarallo e Almeida (2009), por exemplo, objetivou investigar a forma como adolescente em conflito com a lei era retratado em processos judiciais na apuração de atos infracionais, pelos operadores do Direito. Para isso, foram analisados 12 processos infracionais de adolescentes, em fase de execução da medida em 2004, no Distrito Federal e, após a leitura e análise minuciosa, as autoras encontraram nos processos elementos típicos da doutrina da situação irregular (Código de Menores).

Os processos apresentavam elementos como culpabilização familiar, investigação da personalidade, “biografia infracional”, entre outras características presentes na lógica menorista. Além disso, o ato infracional ocupava posição privilegiada no processo em detrimento da condição de desenvolvimento do adolescente, sendo que foi observada a presença emblemática do Promotor e a posição praticamente nula do Defensor nos processos analisados (Ciarallo & Almeida, 2009).

Em síntese, foram encontrados ranços menoristas disfarçados entre máximas estatutárias. As autoras indicam que, nesses processos, o “menor em situação irregular” aparece travestido de “adolescente em conflito com a lei”. E, do mesmo modo, os “crimes” são travestidos de “atos infracionais”, pois as próprias referências se dão a partir do Código Penal, impedindo a compreensão e concretização do ECA. Assim, a pesquisa conclui que representações compartilhadas no âmbito da justiça ainda são ancoradas em um modelo tutelar que considera o adolescente como objeto e não sujeito de direito (Ciarallo & Almeida, 2009).

Em consonância, o artigo publicado por Espíndula e Santos (2004) evidencia que as representações sociais do adolescente em conflito com a lei permanecem ancoradas nas ideias de correção e punição que pautavam a doutrina da situação regular. O objetivo desse estudo foi apreender o conteúdo e estrutura das representações sociais sobre adolescência, sob a ótica dos

Assistentes de Desenvolvimento Social (ADS) de medidas socioeducativas de internação, na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco.

Os ADS (também chamados de educadores ou socioeducadores) são responsáveis pela assistência ao adolescente institucionalizado, assegurando, por exemplo, sua segurança, alimentação e higiene. E, para os autores, é fundamental compreender as representações desses profissionais, pois elas podem orientar suas práticas cotidianas. Assim, foram realizadas entrevistas com 40 EDS de três unidades socioeducativas, questionando o que era a adolescência e se para eles haveria alguma diferença entre os adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas e os adolescentes em geral (Espíndula & Santos, 2004).

Nos resultados, emergiram duas representações: a adolescência: a “normal”, descrita de forma positiva como uma fase de preparação para o futuro, um momento de transição que apresenta dificuldades no desenvolvimento. E a adolescência infratora, caracterizada como “diferente”. Os participantes afirmaram uma descrença quanto a recuperação do adolescente, justificada através da ideia de que são oriundos de uma família “desequilibrada”. Observa-se, assim, a mesma culpabilização familiar presente na lógica menorista e salientada no trabalho anterior (Espíndula & Santos, 2004).

Ademais, os autores concluem que as mudanças do ECA ainda não foram assimiladas pelo senso comum, pois a concepção menorista aparece não só nas representações dos EDS, mas na própria instituição, pois os cargos são preenchidos por uma empresa de vigilância e segurança de valores, ou seja, são vigilantes que assumem o papel de educadores, atuando como espécies de “agentes carcerários”, similarmente à lógica prisional (Espíndula & Santos, 2004).

Ainda sobre o contexto institucional, Lima (2006) descreve uma pesquisa cujo objetivo foi analisar representações sociais da mudança de práticas socioeducativas entre funcionários da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo (FEBEM-SP). Tal instituição foi criada 1976 sob a égide do governo militar e, desde o princípio, foi alvo de críticas devido a

seus métodos coercitivos e punitivos. Contudo, houve entre 1997 e 1999 uma proposta, de um diretor e antigo funcionário, de erradicar qualquer tipo de violência física contra o adolescente na instituição. Nesse contexto foi desenvolvida a pesquisa, visando investigar, com base nas representações dos funcionários, como estava acontecendo esse processo de mudança.

Embora o ECA já estivesse em vigor nesse período, segundo o autor a instituição silenciava os atos de violência. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 15 profissionais de diversas áreas em atuação na unidade, como assistentes sociais, professores e educadores. A entrevista abordava a forma como os profissionais percebiam a mudança na instituição, quais as dificuldades para se erradicar a violência física e como mudar as práticas institucionais (Lima, 2006).

Nos resultados foram identificados três temas-chave: “A proposta”, “FEBEM-SP” e “Mudança”. Quanto à “Proposta”, os discursos indicavam que apesar dos funcionários apresentarem uma intenção de mudança, as dificuldades de ruptura no âmbito institucional são grandes. Do mesmo modo, o tema “FEBEM-SP” refere-se a postura conservadora da instituição, sua ineficácia e resistência a mudanças. Por fim, o tema “Mudança” indicava a pressão sentida pelos profissionais para se situar dentro de uma ambiguidade: ou compactuavam com a violência física, legitimando métodos tradicionais da instituição, ou atuavam em busca das práticas socioeducativas do ECA, nem sempre vistas como possíveis. Portanto, o núcleo figurativo da representação social da mudança situava-se em torno da “violência física”, contra o adolescente, sendo que as ideias de punição e violência, presentes na instituição, dificultavam as mudanças nas práticas socioeducativas (Lima, 2006).

Outro trabalho que aborda a permanência de significados subjacentes ao antigo Código de Menores nas representações sociais construídas sobre o adolescente em conflito com a lei foi publicado por Espíndula et al. (2006). Nessa pesquisa, foram investigadas representações de adolescentes em conflito com a lei na imprensa escrita capixaba. Foram encontradas 325

matérias publicadas nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, entre agosto de 2003 e setembro de 2004, esses dados também foram analisados à luz do aporte teórico da TRS.

Os autores concluem, nessa pesquisa, que mesmo após anos da promulgação do ECA as representações do adolescente na mídia ainda são ancoradas em elementos do antigo Código de Menores, inclusive ainda são utilizados termos como: *menor*, *infrator* ou *adolescentes infratores*. Em síntese, foi identificada uma representação estigmatizante e perversa, presumindo que a prática do ato infracional é algo definitivo, incorrigível e associada à própria constituição do sujeito (Espíndula et al., 2006).

Tal representação é relacionada pelos pesquisadores com a frequência com que são divulgados atos infracionais violentos praticados por adolescentes e resumida da seguinte maneira: “*são perigosos porque roubam e matam; são vulneráveis à influência de criminosos adultos e por eles manipulados; são carentes de maior controle familiar e social; são maduros para decidir sobre atos delinquentes*”. Essa representação justifica práticas discriminatórias e reforça a ideia de impunidade. Dentre os significados encontrados, os autores destacam que normalmente são abordados aspectos negativos relacionados à adolescência, como a noção de um período naturalmente marcado por crises, imaturidade e ambiguidades. Além disso, a falta de limites é uma das explicações mais empregada, pressupondo que para reverter essa situação seria necessário um maior controle dos adolescentes (Espíndula et al., 2006).

O último trabalho deste eixo é de Nascimento et al. (2012) e objetivou analisar a representação social de adolescente em conflito com a lei entre universitários, em uma Universidade pública no Estado do Espírito Santo, bem como a motivação que estes atribuíam para a criminalidade e a punição que julgavam necessária para o autor do ato infracional. Participaram da pesquisa 53 estudantes dos cursos de Psicologia e Direito.

O instrumento da pesquisa continha um questionário estruturado a partir de uma história dilema com a manipulação da variável econômica bairro. Na história apresentada, um

adolescente de 16 anos (morador de um bairro pobre ou rico do município de Vitória- ES), é órfão de pai e passa por dificuldades financeiras quando é convidado por um amigo a participar de uma atividade ilícita. Após a apresentação deste cenário, os estudantes são solicitados a descrever características do amigo e da atividade ilícita, se o adolescente aceitaria a proposta e, caso aceitasse, qual punição mereceria (Nascimento et al., 2012)

Em síntese, quando o adolescente em questão era pobre os estudantes tenderam a responder que o amigo também era pobre e com baixa escolaridade. Do mesmo modo, quando o adolescente residia em um bairro rico, os participantes indicaram que o amigo também residia e tinha escolaridade mais alta. A média de idade atribuída ao amigo foi de 19 anos e a maioria indicou que o ato infracional seria o tráfico de drogas. 80% dos que avaliaram a história do adolescente pobre e 65% dos que avaliaram o rico acharam que ele aceitaria a proposta. Como punição, a maioria indicou o cumprimento de uma medida socioeducativa. Contudo, houve também participantes que consideraram a aplicação de punições mais severas, como a prisão (Nascimento et al., 2012).

Assim, na pesquisa supracitada, observou-se representações do adolescente em conflito com a lei ancoradas na baixa condição socioeconômica e objetivada no sujeito do sexo masculino envolvido com o tráfico de drogas. Foram identificadas representações distintas para o adolescente rico e pobre. Entre os motivos que levaram o adolescente a aceitar a atividade ilícita predominou a dificuldade financeira nos dois grupos, mas para o adolescente rico surgiram explicações como fragilidade emocional e imaturidade. Nesse sentido, os autores discutem a proximidade social entre julgadores e julgados visto que os participantes se localizam mais próximos do adolescente rico, refletindo que este fator que pode afetar o princípio de justiça que orienta o julgamento dos adolescentes.

A escolha dos sujeitos da representação, estudantes de Psicologia e Direito, é justificada no fato de que estes serão futuros profissionais que poderão trabalhar diretamente com

adolescentes em conflito com a lei. Diante disso, Nascimento et al. (2012) ressaltam a gravidade da percepção negativa e estereotipada do adolescente, pois a real implementação do ECA depende da prática desses profissionais.

Sumário e conclusões

Com esta revisão, foi possível observar que determinados conteúdos se repetem nos trabalhos sobre o adolescente em conflito a lei que utilizam o aporte teórico da TRS. Observa-se, por exemplo, um padrão na caracterização dos adolescentes que, em geral, apresentam renda familiar baixa e grau de escolaridade não adequado às idades. Um dos trabalhos (Coelho & Rosa, 2013), inclusive, descreve que a maior parte do grupo é composta por adolescentes negros. Essas características estão de acordo com informações de documentos oficiais apresentados no capítulo anterior.

Além disso, um tema recorrente nos trabalhos é a relação entre a prática de atos infracionais por adolescentes e os crimes praticados pelos adultos. Nos dois eixos, são empregados termos como “cadeia”, “prisão”, “pena” e “crime”, palavras que no âmbito jurídico são referentes aos delitos cometidos por adultos. Portanto, não é possível identificar nessas representações grandes diferenças entre a situação de conflito com a lei vivida por adolescentes ou por adultos, evidenciando que o ideário do Estatuto, de adolescentes integralmente protegidos, não faz parte do pensamento do senso comum.

Os trabalhos também têm em comum relatos, representações sociais e críticas acerca das condições a que são submetidos os adolescentes privados de liberdade. Os estudos descrevem a realidade da internação em diferentes estados do País (como Paraíba, Pernambuco, Piauí e São Paulo), salientando que a violência e a coerção fazem parte do cotidiano nas unidades socioeducativas brasileiras.

Cabe salientar também que a imagem do adolescente autor de atos infracionais é predominantemente negativa e ancorada em elementos como “perigoso”, “sem limites” e

“irrecuperável”. Tais representações podem impactar a autoimagem do adolescente e a construção da sua identidade (Coutinho et al., 2011; Leal et al., 2015).

Além disso, como já referimos, a representação social funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos, com seu meio físico e social, determinando comportamentos e práticas (Abric, 1998). Desse modo, tais representações negativas e estereotipadas podem impactar as práticas cotidianas desenvolvidas no contexto da justiça. Mais de 25 anos após a promulgação do ECA, observamos que a representação dos adolescentes ainda está ancorada em elementos do antigo Código de Menores. Assim, parece que as dificuldades na concretização da doutrina da proteção integral estão diretamente relacionadas às representações sociais.

Em suma, como um campo de pesquisa extenso e capaz de englobar os mais diferentes temas, observamos que o estudo das representações sociais pode apresentar importantes contribuições para a compreensão da temática do adolescente em conflito com a lei. Contudo, ainda há poucos trabalhos dessa natureza na literatura nacional. Nessa revisão, optamos por descrever os principais achados dos artigos encontrados sem reiterar aspectos da TRS (capítulo I). Enfatizamos a pertinência dessa perspectiva, dada a necessidade de entender como a questão é representada pelos mais diversos atores envolvidos na situação de conflito com a lei. No próximo capítulo, apresentaremos os aspectos metodológicos da presente pesquisa.

CAPÍTULO IV

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo contempla os aspectos metodológicos da pesquisa, apresentando inicialmente os objetivos e as principais hipóteses de trabalho e, em seguida, o método propriamente dito. O estudo visou investigar os julgamentos e representações sobre o adolescente em conflito com a lei através de um questionário aplicado a estudantes de direito de forma coletiva. Os questionários apresentavam um cenário experimental que manipulava as variáveis cor da pele e estrato social de um suposto adolescente em conflito com a lei. As hipóteses são referentes a esse delineamento experimental e foram formuladas com base nas discussões apresentadas nos capítulos anteriores.

Objetivos

Objetivo geral:

Investigar o impacto da cor da pele e do estrato social do adolescente em conflito com a lei sobre julgamentos e representações sociais de estudantes de direito.

Objetivos específicos:

1. Analisar representações sociais do adolescente em conflito com a lei
2. Investigar o impacto da cor da pele e do estrato social nas representações sociais do adolescente em conflito com a lei.
3. Investigar o impacto da cor da pele e do estrato social na aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente em conflito com a lei pelos participantes.
4. Investigar a influência das variáveis sociodemográficas “cor da pele” e “renda” dos participantes sobre o julgamento do adolescente em conflito com a lei.
5. Investigar como os participantes avaliam a redução da idade de responsabilidade penal.
6. Investigar as explicações para a conduta infracional na adolescência pelos participantes.

7. Investigar a representação social do futuro do adolescente em conflito com a lei.

Hipóteses:

- H1. A representação social do adolescente em conflito com a lei será objetivada por elementos negativos e essencialistas, relacionando a prática infracional a características internas do sujeito.
- H2. As representações sociais sobre o adolescente em conflito com a lei serão mais negativas nas condições de adolescente preto e de baixo estrato social.
- H3. Ao adolescente preto e de baixo estrato social serão aplicadas medidas mais severas que aquelas aplicadas ao branco e de estrato social mais alto.
- H4. As variáveis cor da pele e renda do participante terão efeito sobre os seus julgamentos: participantes brancos e de maior renda farão julgamentos mais severos que os participantes pretos e de menor renda.
- H5. Os participantes serão mais favoráveis à redução da idade de responsabilidade penal quando o adolescente avaliado for preto e de baixo estrato social.
- H6. Serão atribuídas motivações mais situacionais (externas) para o ato infracional do adolescente branco e de alto estrato social e mais pessoais (internas) para o ato infracional do adolescente preto e de baixo estrato social.
- H7. A Representação Social do futuro do adolescente preto e de baixo estrato social será mais objetivada por elementos que indicam a permanência na prática infracional quando comparado ao adolescente de cor branca e alto estrato social.

Método

Participantes

Participaram do estudo 102 estudantes universitários, entre o quinto e o décimo período do curso de direito em uma instituição particular de ensino, sendo que a maior parte cursava o 9º período ($n = 51$). As idades variaram entre 20 e 62 anos ($M = 27.9$; $DP = 8.06$) e desses participantes 54 era do sexo masculino (52,9 %). Com relação a cor da pele, 53 (52%) participantes se declararam pardos, 22 (21,6 %) pretos e 22 (21,6%) brancos. Quanto à renda familiar, 52,9 % ($n = 54$) autodeclarou viver com renda entre 1 e 5 salários mínimos enquanto 44, 1% ($n = 45$) declarou renda superior a 5 salários mínimos e 2,9% ($n = 3$) da amostra não respondeu a essa questão.

Delimitamos como critério para participação que o participante se encontrasse no mínimo na metade do curso de Direito, preferencialmente nos últimos períodos, a fim de garantir que já apresentassem algum conhecimento acerca do ECA e questões relativas à prática de ato infracional por adolescentes. Assim, quando questionados se a temática já havia sido apresentada em alguma disciplina específica, no total 78 estudantes (76, 5%) afirmaram que sim e 14 (13,7 %) que não, 10 (9,8%) não responderam. Sobre experiências específicas na área de atos infracionais, tais como emprego, estágio, etc. 41 estudantes (40,2 %) afirmaram que sim, já tiveram experiência, e 51 (50,0%) que não, 10 participantes (9,8 %) não responderam.

Desenho: manipulação experimental

O desenho experimental utilizado foi um inter-participantes com duas variáveis independentes do tipo 2 (cor da pele do adolescente alvo da avaliação: Preto vs. Branco) por 2 (Estrato social do alvo²: Alto estrato social vs. Baixo estrato social). Assim foram formados quatro grupos experimentais: no primeiro o adolescente é preto e com baixa renda; no segundo,

² Estratificação social é compreendida, neste estudo, enquanto indicativo de diferenças e desigualdades econômicas, políticas e profissionais entre pessoas de uma determinada sociedade. Assumimos aqui dois estratos sociais com base na profissão atribuída à mãe do suposto adolescente- baixo estrato social: empregada doméstica e alto estrato social: médica.

preto e com alta renda; no terceiro, branco e com baixa renda; por fim, no quarto cenário o adolescente é branco e com alta renda.

A variável cor da pele foi manipulada através da apresentação de uma fotografia dos membros de cada grupo. A fotografia dos pretos na condição de alto estrato social e na condição de baixo estrato social foi a mesma. Do mesmo modo, a fotografia dos brancos foi a mesma para as duas condições (ver Anexo C). Os 102 participantes foram distribuídos aleatoriamente pelas quatro condições experimentais, conforme se observa no quadro abaixo:

<u>Estrato Social do adolescente alvo</u>	<u>Cor da pele do adolescente alvo</u>		<u>Total</u>
	<u>Branco</u>	<u>Preto</u>	
<u>Alto Estrato</u>	25	26	51
<u>Baixo Estrato</u>	24	27	51
<u>Total</u>	49	53	102

Material

Os cenários experimentais foram compostos partir da construção de um inquérito com um caso de ato infracional atribuído a um adolescente. Neste inquérito, constavam dados do suposto adolescente, fotografia e posteriormente a descrição do caso.

Aos quatro grupos de participantes foram apresentados o mesmo inquérito (Ver instrumento completo no Anexo B), alterando entre os grupos apenas as variáveis cor da pele (com a variação das fotografias) e estrato social do adolescente em conflito com a lei, condição representada na profissão atribuída à mãe do adolescente em questão, para alto estrato social a mãe do adolescente é médica e para baixo estrato social a mãe do adolescente é empregada doméstica, conforme destacamos no quadro a seguir:

Dados pessoais do adolescente:

Consta que este é o primeiro ato infracional atribuído ao adolescente em questão, 16 anos, cursa o primeiro ano do ensino médio e reside apenas com a mãe que é separada e trabalha como **(Empregada doméstica ou médica)**.



OU

**Dos fatos**

Consta das Inclusas Peças de Informação, resultantes do auto de apreensão em flagrante de ato infracional nº 046/2014, fls.02, que no dia 27/02/2014 por volta das 21:30 horas, nesta capital, o adolescente J. S. S. abordou o senhor P. C. D. e exigiu a entrega de um aparelho celular que a vítima utilizava.

Consta que a vítima negou-se a entregar e, após a negativa, o adolescente direcionou uma arma de fogo, tipo revolver calibre 32, marca Taurus, para o senhor P.C.D que reagiu e tentou retirar a arma do adolescente. A arma disparou durante o conflito, atingindo o pé esquerdo da vítima. O adolescente evadiu-se correndo, mas no momento do fato havia uma viatura da Polícia Civil realizando diligências no local. O adolescente foi apreendido e encaminhado à Delegacia Especializada para a adoção das providências legais, conforme o auto de apreensão, fls. 07, além dos termos de declarações.

Instrumento

O questionário utilizado neste estudo inicia com a apresentação do inquérito (cenário experimental supracitado) e, em seguida, solicita que o estudante se coloque no lugar do juiz e decida qual ou quais medidas socioeducativas ele aplicaria nesta situação. Solicita-se, assim, o

julgamento do estudante de direito.

Além do inquérito, constavam no questionário itens sobre a representação social do adolescente em conflito com a lei, bem como a justificativa para a escolha da medida socioeducativa, causalidade atribuída à prática infracional na adolescência, avaliação sobre a redução da maioridade penal e a representação do futuro do adolescente em conflito com a lei. O instrumento contemplou também os principais dados sociodemográficos da amostra, como idade, sexo, renda familiar, cor da pele e também algumas questões mais específicas do estudante de direito como o período, formação ou profissão anterior e as pretensões no direito.

Procedimentos

Após a autorização da instituição para a realização da pesquisa, os participantes foram abordados em salas de aula e convidados a colaborar em um estudo na área de Psicologia Social sobre o adolescente em conflito com a lei. Em seguida, os questionários foram distribuídos entre os estudantes de cada turma. Durante a distribuição, tivemos o cuidado de alternar entre as fileiras o estrato social do adolescente avaliado: de um lado distribuímos o questionário com adolescente de alto estrato e de outro o de baixo estrato, alternando a ordem. Do mesmo modo, quanto às fotografias, distribuímos os questionários de modo que metade da turma fizesse parte do grupo que avaliava o adolescente de cor preta e a outra metade avaliasse o adolescente de cor branca, alternando a ordem de distribuição e garantindo condições para que um participante não tivesse contato com o conteúdo dos questionários dos demais.

Além disso, os instrumentos que eram dispostos em cinco páginas foram inseridos em pastas que simulavam o formato de um processo real (Ver Anexo E) e, durante a aplicação, os participantes foram orientados a realizar a tarefa individualmente, sem estabelecer contato com os colegas. A coleta de dados durava pouco mais de 30 minutos em cada sala e aconteceu entre abril e junho de 2015.

Pré-teste das fotografias

A fim de analisar a adequação das fotografias para o estudo, isto é, se não existiam diferenças entre as fotografias utilizadas para representar os grupos de adolescentes brancos e adolescentes pretos que pudessem interferir nos resultados, efetuamos um pré-teste. Para tanto, indagamos a um grupo de 30 estudantes universitários sobre aspectos de cada fotografia.

O pré-teste ocorreu num desenho inter-participantes (cada participante avaliava apenas uma das fotos), eles indicavam a cor da pele (Alternativas: Branca ou Preta), avaliavam a qualidade da imagem (a escala variava de 1, “Ótima”, a 7 “Péssima”) e a faixa etária do sujeito, dentre opções: 13 a 15 anos; 16 a 18 anos; 19 a 21 anos; mais 21 anos (anexo D).

Com relação a cor da pele do alvo realizamos uma análise de contingência (Teste X^2 - qui-quadrado) no qual foi encontrada associação estatisticamente significativa ($X^2(1) = 22,53$; $p = 0,000$), observou-se que 93,3% dentre os participantes que avaliaram o grupo do adolescente alvo preto atribuiu a ele a cor preta e, do mesmo modo, 93,3 % dos que avaliaram o alvo branco atribuiu a ele a cor branca. Quanto à qualidade da fotografia, realizamos uma Análise de Variância (ANOVA) e os resultados indicaram que não existem diferenças significativas na avaliação da qualidade das fotografias dos adolescentes branco e preto, sendo $F(1,28) = 2,67$, $p = .11$. A foto do alvo branco é percebida como tendo boa qualidade ($M = 3,33$; $DP = 1,17$) e, de igual maneira, a foto do alvo preto é bem avaliada ($M = 2,73$; $DP = 0,79$).

Quanto à faixa etária do alvo, os participantes escolheram de forma variada entre as opções elencadas (quatro pessoas atribuíram idade entre 13 e 15 anos para o alvo preto, enquanto duas atribuíram essa faixa etária ao branco; cinco pessoas atribuíram faixa etária entre 16 e 18 anos ao alvo preto e sete ao branco, por fim, seis pessoas atribuíram idade entre 19 a 21 anos para o alvo preto e seis ao alvo branco). Realizamos um teste do qui-quadrado que indicou que tal variação não apresentou diferença significativa entre os grupos ($X^2(2) = 1,0$; p

= 0,607), ou seja, a atribuição da faixa etária ao adolescente preto e ao adolescente branco variou igualmente, sendo, portanto, comparáveis.

Pré-teste do instrumento

Após o pré-teste das fotografias e desenvolvimento do instrumento completo realizamos uma aplicação com 37 estudantes de uma instituição pública, também entre o quinto e o décimo período do curso de Direito, a fim de avaliar possíveis problemas de compreensão do instrumento ou nos procedimentos de coleta de dados. Nesta aplicação participaram 21 homens (56,8%) e 16 mulheres (43,2%) com idades entre 20 e 67 anos ($M= 29.05$; $DP= 11.12$). Os 37 participantes desse pré-teste responderam ao instrumento normalmente, sem apresentar dúvidas ou identificar falhas no questionário.

Aspectos éticos

Os aspectos éticos apresentados na resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, diretrizes e normas que regulamentam a pesquisa com seres humanos, foram assegurados neste estudo. Os procedimentos foram descritos aos participantes, bem como o caráter voluntário de sua participação e a possibilidade de desistência a qualquer momento.

Ressaltamos que não houve identificação dos respondentes e as respostas foram avaliadas em conjunto. Os participantes receberam um termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com tais informações e também com os dados para contato com a pesquisadora responsável (ver Anexo A). A pesquisa passou por avaliação e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), segundo Parecer Consubstanciado, nº. 915.971 (CAAE: 36974814.0.0000.5546) (Anexo F).

Procedimentos para análise de dados

1) Questões fechadas

As questões fechadas do roteiro foram analisadas por meio do *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS for Windows, versão 20)*. As análises contemplaram estatísticas

descritivas, observando-se frequências, médias e desvios-padrão. Além disso, foram realizados Testes de Contingência e Análises de Variância que relacionaram as variáveis a fim de testar cada uma das hipóteses desenvolvidas neste estudo. O nível de significância adotado nesta pesquisa foi de $p < 0.05$.

2) Evocações

As evocações, do item que investigou a associação livre de palavras ao termo “Adolescente em conflito com a lei”, foram analisadas com auxílio do *SPSS* e adotando pressupostos da Abordagem Estrutural das Representações Sociais, mais especificamente a Teoria do Núcleo Central. A TNC tem um papel descritivo e explicativo complementar à grande teoria (Sá, 2002) e foi abordada com mais profundidade no primeiro capítulo deste trabalho. Cabe salientar que a organização do conteúdo é essencial para o estudo das representações sociais, sendo avaliada a partir da interação entre os critérios de frequência e ordem, pois a centralidade de um elemento não pode ser atribuída somente por critérios quantitativos, mas sim pelo fato de que ele dá significado à representação (Abric, 1998).

Para compreensão dos dados, ressalta-se que a organização interna de uma representação é apresentada em quatro quadrantes organizados da seguinte forma: 1) É o Núcleo Central, que possui elementos muito citados e com baixa ordem de evocação; diz respeito a representações hegemônicas e estáveis, que servem de base para as restantes. 2) Primeira Periferia, tem elementos muito citados, mas com maior ordem de evocação; carrega representações individuais, menos consensuais, mas ainda importantes. 3) Zona de Contraste, com elementos menos citados porém com baixa ordem de evocação; reúne elementos que, embora não tenham passado por amplo processo de difusão, podem vir a ser uma ameaça para o núcleo central por terem grande importância para alguns indivíduos. 4) Segunda periferia, que traz elementos pouco citados e com alta ordem de evocação, correspondendo a expressões individuais da representação (Vieira, 2013).

3) Questões abertas

Quanto à análise das questões abertas, que investigaram a causalidade atribuída ao ato infracional e a representação do futuro do adolescente em conflito com a lei, utilizamos o *software* ALCESTE (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto). Este programa informático foi introduzido no Brasil em 1998 e possibilita a análise quantitativa de dados textuais. Tal análise visa descobrir a informação essencial de um texto e fornece critérios provenientes do próprio material para a consideração do mesmo como indicador de um fenômeno de interesse científico (Camargo, 2005).

Para a análise de um *corpus*, isto é, discursos, entrevistas, dentre outras fontes de dados textuais, o ALCESTE classifica os enunciados do texto em função das palavras nesses enunciados. Na análise lexical realizada pelo programa é possível associar o léxico (palavra) e o contexto (posição da palavra), traduzindo assim a mensagem. A noção de contexto está relacionada com o meio ambiente da palavra no texto e com os vocábulos específicos, eleitos pelas palavras mais significativamente presentes e pelo coeficiente de associação (X^2) da palavra a sua posição do texto (Espíndula & Santos, 2004). A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) é o método utilizado pelo ALCESTE, ele realiza sucessivas divisões do texto, identifica as oposições mais evidentes entre as palavras e, em seguida, extrai as classes de enunciados representativos (IMAGE, 1998). Segundo Camargo (2005), em estudos sobre representações sociais, estas classes ou contextos semânticos que emergem da análise podem ser compreendidos como campos de imagens sobre um dado objeto, representações sociais ou somente aspectos de uma mesma representação.

O ALCESTE trabalha com um único arquivo, preparado segundo certas regras. Neste arquivo, o pesquisador deve indicar as Unidades de Contextos Iniciais (UCIs), ou seja, o conjunto de textos que compõe o *corpus* de análise. As UCIs de um conjunto de entrevistas, por exemplo, são compostas por cada entrevista, uma em cada linha de comando. Já em uma

pesquisa que apresente “n” respostas de participantes a uma mesma pergunta, cada resposta será uma UCI e teremos “n” Unidades de Contexto Iniciais. Além disso, o *corpus* adequado à análise do ALCESTE deve ser monotemático, pois a análise de textos sobre vários itens previamente estruturados ou diversos temas resulta na reprodução da estrutura prévia dos mesmos. Caso as questões abordem temas ou aspectos diferentes é necessário realizar uma análise para cada questão (Camargo, 2005). Nesta pesquisa, dois arquivos foram analisados separadamente, pois abordavam temas distintos. Um arquivo continha as respostas dos participantes sobre as explicações para a conduta do adolescente, constituindo 101 UCIs. E, do mesmo modo, o segundo continha 100 UCIs que correspondiam às respostas dos participantes sobre o futuro do adolescente em conflito com a lei.

O ALCESTE fornece uma lista de Unidades de Contexto Elementar (UCEs), segmentos de textos dimensionados pelo programa e que indicam enunciações típicas de cada classe. Cada UCE é precedida do seu número de ordem no *corpus* e de um índice que indica o coeficiente de associação dela a classe em questão. Este coeficiente é o mesmo utilizado para as palavras, o qui- quadrado. A CDH visa obter classes de UCEs que, ao mesmo tempo, apresentem vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCEs das outras classes. Assim, o programa apresenta a posição de cada classe da CHD sob a forma de dendrograma, que permite verificar a relação entre as classes e a representatividade de cada uma, a partir do seu percentil no *corpus* avaliado (Camargo, 2005; Espíndula & Santos, 2004).

O programa realiza também análises de classificação cruzada em que o texto analisado é cruzado com variáveis que são importantes para o delineamento da pesquisa e, por isso, compõem as linhas de comando de cada UCI (IMAGE, 1998). Nesta pesquisa, realizamos o cruzamento do texto com a variável “grupo”, referente aos cenários experimentais criados com a manipulação das variáveis cor da pele e estrato social do adolescente em conflito com a lei, a fim de testar as hipóteses desenvolvidas no trabalho.

CAPÍTULO V

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados e a discussão da presente pesquisa, cujo objetivo foi investigar o impacto da cor da pele e do estrato social do adolescente em conflito com a lei sobre representações e julgamentos de estudantes de direito. A estrutura do capítulo respeita a análise dos objetivos específicos e testes das hipóteses correspondentes. Assim, abordaremos inicialmente as imagens associadas ao termo “Adolescente em conflito com a lei”. Em seguida, serão apresentados dados sobre a aplicação das medidas socioeducativas e sua severidade, bem como a relação entre variáveis sociodemográficas dos participantes e a aplicação das medidas. Apresentaremos também os resultados relativos às atitudes dos participantes frente à redução da idade de responsabilidade penal, explicações para a conduta infracional e as representações do futuro do adolescente em conflito com a lei.

Representações sociais do adolescente em conflito com a lei

Para investigação das representações sociais construídas pelos estudantes de Direito utilizamos a seguinte pergunta: “Quando você pensa no termo ‘Adolescente em conflito com a lei’, quais as três primeiras ideias - palavras, sentimentos, pensamentos, etc. - que lhe vêm à cabeça?”. Além disso, solicitamos a indicação da ordem de importância das palavras evocadas (quanto menor a ordem mais importante).

Procedemos, primeiramente, uma análise descritiva que indicou a produção de 134 respostas distintas, num total de 300 evocações. A evocação mais frequente, aparecendo 40 vezes, refere-se à “Educação”. Em seguida, com 20 evocações, a segunda mais frequente é “Impunidade”. A terceira é “Rebeldia/Revolta”, com 10 evocações, seguida das palavras “Família” e “Infratores”, com cinco evocações cada. Essas palavras respondem por 26,7 % da representação formada e são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. As 5 enunciações mais frequentes a partir do termo indutor “Adolescente em conflito com a lei”

Resposta	Frequência	% do total
Educação (problemas na educação/ escolaridade)	40	13.3%
Impunidade	20	6.7 %
Rebeldia/ revolta	10	3.3 %
Família	5	1.7 %
Infratores	5	1.7 %
Total	80	26.7 %

Observa-se que a evocação mais frequente: “Educação” possui significados ambíguos na língua portuguesa, sendo relacionada à educação adquirida na escola e à educação que considera também valores morais conservadores (Coelho & Rosa, 2013). Compreendemos essas duas possibilidades semânticas, mas considerando que problemas como baixa escolaridade e evasão estão reconhecidamente entre os maiores fatores de risco para adolescentes brasileiros (Gallo & Williams, 2005; Nunes et al., 2013; Zamora, 2008), presumimos que as palavras evocadas sejam referentes ao primeiro sentido. Assim, aglutinamos nessa categoria as palavras: educação, problemas na educação e escolaridade.

Os termos mais frequentes, expostos na Tabela 1, ilustram as imagens associadas ao termo adolescente em conflito com a lei. Contudo, como vimos, para entender o conteúdo de uma representação apenas a frequência não é suficiente, precisamos conhecer como esse conteúdo se organiza (Sá, 1996). Adotando pressupostos da TNC, organizamos as palavras evocadas em quatro quadrantes onde são dispostas a partir dos critérios de frequência e ordem de importância. A quantidade mínima de evocações para uma resposta entrar na análise foi de 3, o ponto de corte das médias da ordem de evocação e da frequência absoluta foi 2.0. A Tabela 2 exibe a organização dos quatro quadrantes.

Tabela 2. Estrutura do Núcleo Central, Periferias e Zona de Contraste das Representações Sociais associadas ao termo “Adolescente em conflito com a lei”

Núcleo central		
Frequência ≥ 10 e Classificação média < 2.0		
Enunciações	Freq.	Ordem
Educação (problemas na educação/ escolaridade)	40	1.96
Rebeldia/Revolta	10	1.97
1ª Periferia		
Frequência ≥ 10 e Classificação média ≥ 2.0		
Enunciações	Freq.	Ordem
Impunidade	20	2.0
Zona de Contraste		
Frequência < 10 e Classificação média < 2.0		
Enunciações	Freq.	Ordem
Família	5	1.83
Infratores	5	1.96
Limites	4	1.50
Família desestruturada/Desestrutura familiar	4	1.75
Ressocialização/Reinserção social	4	1.77
Reeducação	4	1.88
Sociedade	3	1.66
Desemprego	3	1.66
Políticas públicas	3	1.75
2ª Periferia		
Frequência < 10 e Classificação média $\geq 2,0$		
Enunciações	Freq.	Ordem
Ato infracional/ infração	6	2.0
Marginal	6	2.0
Abandono/ desamparo	6	2.0
Drogas	5	2.0
Oportunidades	4	2.0
Indisciplina	4	2.0
Desigualdade Social	4	2.0
Descaso	4	2.08
Imaturidade	3	2.0
Criminoso	3	2.0
Pena	3	2.0
Justiça	3	2.0
Crimes	3	2.0
Tristeza	3	2.08

Nota. ¹ Frequência absoluta; ² Ordem de Classificação

* Respostas com frequência inferior a 3 foram desconsideradas

Assim, de acordo com a Tabela 2, o Núcleo Central ou estruturante (formado por elementos muito citados e com baixa ordem de evocação) é objetivado pelas categorias “Educação” e “Rebeldia/Revolta”. Tais elementos são aqueles que dão significado à representação, os mais hegemônicos e estáveis. Como destacamos, a temática da educação é recorrente tanto nos trabalhos que abordam fatores de risco para a conduta infracional quanto em documentos importantes como o relatório do UNICEF, “*Situação da Adolescência Brasileira 2011*”, que indica que no Brasil, em 2009, quase metade dos adolescentes não possuía o grau de escolaridade adequado às suas idades.

Além disso, documentos internacionais nesse âmbito (como a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança de 1989) refletem uma tendência à proteção e educação. O próprio ECA, no capítulo IV, Art. 53. Assegura à criança e ao adolescente o direito à educação, sendo que a ausência desse direito gera uma condição de vulnerabilidade prejudicial ao desenvolvimento. Assim, é coerente que a educação seja um elemento central na representação do adolescente em conflito com a lei.

Sobre o segundo elemento “Rebeldia/Revolta”, observa-se que há uma associação com a imagem difundida na nossa cultura da adolescência como um período de crise, marcado por elementos como a rebeldia. Outros estudos também indicam que nas representações do adolescente em conflito com a lei, ou nas explicações sobre o ato infracional, os sujeitos remetem apenas às características negativas da adolescência, compreendendo-a enquanto o período naturalmente conflituoso. Por outro lado, em representações sobre a adolescência dita “normal” e não “Infratora”, há também elementos positivos como uma “preparação para o futuro” (Espíndula & Santos, 2004; Espíndula et al, 2006).

Já a primeira periferia (elementos também muito citados, mas com maior ordem de evocação) é objetivada apenas pelo elemento “Impunidade”. Ainda que as periferias sejam formadas por elementos menos consensuais, com maior grau de variação e menor resistência,

são importantes na medida em que fazem a interface com as circunstâncias em que a representação se elabora (Marques, 2006).

O termo “Impunidade”, por exemplo, reflete o argumento de muitos dos que defendem mudanças na legislação, pois acreditam que o ECA e as práticas atuais, adotadas na ocorrência de ilícitos, não valham como sanções penais ou responsabilizem o adolescente como deveriam. Como a periferia traz elementos mais atuais da representação, é natural que emergjam termos como esse em um contexto de efervescência das discussões sobre a redução da idade de responsabilidade penal no Brasil.

No entanto, ressaltamos que críticas à Doutrina da Proteção Integral, como tal noção de “impunidade”, entre futuros operadores do Direito são perigosas, pois podem impactar as práticas cotidianas desenvolvidas no contexto da justiça. Como afirmam Ciarallo e Almeida (2009), o conflito do adolescente não é somente com a lei, mas também com a subjetividade de quem o julga.

A Zona de Contraste (elementos menos citados, porém com baixa ordem de evocação) é composta por elementos que embora não sejam consensuais e tão frequentes quanto aqueles que compõem o NC podem ameaçar sua estrutura, visto que são avaliados como importantes pelos sujeitos. A Zona de contraste, nesta pesquisa, é sustentada pelas evocações “Família”, “Infratores”, “Limites”, “Família desestruturada/desestrutura familiar”, “Ressocialização/Reinserção social”, “Reeducação”, “Sociedade”, “Desemprego” e “Políticas Públicas”.

Termos relacionados à família do adolescente em conflito com a lei, abordando uma “desestrutura” familiar, certa culpabilização, ausência de imposição de limites ou uma socialização que não deu certo aparecem também em outras pesquisas (Assis, 1999; Ciarallo & Almeida, 2009; Espíndula & Santos, 2004; Espíndula et al., 2006) Nelas, os autores discutem a multicausalidade do ato infracional na adolescência e o fato de que a colocação do problema apenas no âmbito familiar remete às ações sustentadas pelos antigos Códigos de Menores.

Na lógica menorista crianças e adolescentes eram objetos de direito e, nesse contexto, características como “biografia infracional”, personalidade e suas famílias eram investigadas, sustentando um discurso de proteção e recuperação. Quando alguma irregularidade era encontrada, como uma determinada “desestrutura familiar”, crianças e adolescentes poderiam ser retirados de suas casas e ficavam sob a tutela do Estado, em instituições onde eram adotadas práticas de repressão típicas do sistema penal (Ciarallo & Almeida, 2009). Destacamos que a evocação de termos como esses corroboram os achados anteriores, indicando a permanência de elementos menoristas no pensamento do senso comum.

Do mesmo modo, a palavra “Infratores” também indica tal reminiscência da lógica menorista. O termo é um sinônimo essencialista que indica a noção da prática infracional como algo definitivo, incorrigível e associado à própria constituição do sujeito. Nesse sentido, o adolescente não cometeu um ato infracional, ele é “Infrator”, assim, mudanças não são concebíveis (Espíndula et al., 2006). Além disso, nesse quadrante, emergiram também evocações referentes a características do contexto que podem ser responsáveis pela condição do adolescentes em conflito com a lei, como “Sociedade” e “Desemprego”.

A segunda periferia (elementos pouco citados e com alta ordem de evocação) é sustentada pelos elementos “Ato infracional/Infração”, “Marginal”, “Abandono/Desamparo”, “Drogas”, “Oportunidades”, “Indisciplina”, “Desigualdade Social”, “Descaso”, “Imaturidade”, “Criminoso”, “Pena”, “Justiça”, “Crimes” e “Tristeza”. Este quadrante corresponde a expressões mais individuais da representação e, assim como a primeira periferia, é mais flexível e aberto a mudanças.

Com a evocação “Ato infracional/ Infração”, por exemplo, observamos uma posição privilegiada do ato infracional em detrimento da condição de desenvolvimento do adolescente. Essa posição também é constatada em outros estudos, como o de Ciarallo e Almeida (2009)

que conclui um protagonismo do ato infracional e não do adolescente nos processos infracionais avaliados na pesquisa.

Além disso, nessa segunda periferia observamos imagens negativas, objetivadas por termos pejorativos, que culpabilizam o indivíduo como: “Marginal” e “Criminoso”. “Marginal”, por exemplo, refere-se a adjetivos evocados pelos participantes, como “Vagabundo”, “Marginal”, e “Meliante”, que foram aglutinadas na categoria. Tais elementos estão em consonância com a literatura que indica a existência de representações eminentemente negativas e estigmatizantes do adolescente em conflito com a lei (Espíndula et al., 2006).

Ressaltamos também a presença de termos relacionados à prática de delitos por adultos, tais como “crime” e “criminoso”. Outros trabalhos abordam tal relação, como o de Estevam et al. (2009) em que os próprios adolescentes em conflito com a lei utilizam termos como “cadeia”, “crime” e “prisão” para fazer referência a sua realidade. Segundo Coelho e Rosa (2013), tais elementos indicam que o ato infracional ainda está condicionado ao crime adulto e que não estamos preparados para considerações acerca dos direitos e deveres de adolescentes como pessoas em desenvolvimento.

Por fim, assim como no NC, na segunda periferia emergem também características negativas relacionados à adolescência, tais como “Indisciplina” e “Imaturidade”. Em síntese, emergiram nesses quadrantes representações em consonância com a H1 deste trabalho, que previa: “A representação social do adolescente em conflito com a lei será objetivada por elementos negativos e essencialistas, relacionando à prática infracional a características internas do sujeito”.

Além disso, surgiram muitas condições contextuais relacionadas ao ato infracional, como “Abandono/Desamparo”, “Drogas”, “Desigualdade Social” e “Descaso”. Tais elementos abordam explicações mais sociais para o ato infracional e foram comuns nas evocações. Eles serão abordados no tópico seguinte, quando descrevemos a valência das representações sociais.

Valência das Representações Sociais

A segunda hipótese deste trabalho sustentava que as representações sociais construídas pelos estudantes de direito sobre o adolescente em conflito com a lei seriam mais negativas nas condições de adolescente preto e de baixo estrato social. Assim, para testar a H2 realizamos uma análise sobre a valência das representações. Para isso, as 134 evocações foram categorizadas como “Neutras”, “Negativas” ou “Positivas”. A categoria de evocações neutras contemplava elementos que analisavam a questão a partir de elementos situacionais, ou seja, palavras que abordavam o contexto em que o adolescente normalmente está inserido. Alguns exemplos são: “Políticas Públicas”, “Pobreza”, “Desigualdade Social”, “Estado Ausente”, “Falta de assistência”, “Desemprego”, “Sociedade corrupta”, etc.

Por outro lado, as evocações consideradas negativas são relativas a fatores internos, atribuindo características pessoais ao termo indutor “adolescente em conflito com a lei”. As palavras nessa categoria apresentavam um teor negativo relacionado ao indivíduo autor de atos infracionais, como: “Bandido”, “Marginal”, “Sem Caráter”, “Meliante”, “Desobediente”, “Sem Princípios Espirituais” e “Vagabundo”.

Por fim, foram consideradas evocações positivas aquelas que também atribuísem características pessoais ao termo indutor “adolescente em conflito com a lei”, mas que apresentassem um teor positivo relacionado ao adolescente. Contudo, nenhuma das palavras evocadas preencheram os critérios para o pertencimento a essa categoria.

Solicitamos três evocações aos 102 participantes e emergiram 300 respostas: 101 na primeira evocação, 100 na segunda e 99 na terceira. Na primeira evocação 73,5% ($n=75$) das palavras foram neutras, 25,5 % ($n=26$) negativas e 1% não respondeu. Na segunda, 78,4% ($n=80$) foram neutras, 19,6% ($n=20$) negativas e 2% não respondeu. Por fim, na terceira evocação, 78,4% ($n=80$) foram neutras, 18,6% ($n=19$) negativas e 3 pessoas (2,9%) não responderam.

Os resultados foram submetidos a uma análise de contingência (Teste X²-qui-quadrado) entre a Variável Independente “Grupo”, que diz respeito aos contextos de avaliação que criamos (Adolescente Preto e de Baixo estrato social; Preto e Alto estrato social; Branco e de Baixo estrato social e Branco e de Alto estrato social) e a Valência das Representações (Negativas e Neutras). Também foram relacionadas as variáveis: Cor da pele e Estrato social, separadas a fim de testar o efeito isolado de cada variável. Para facilitar a compreensão e reduzir as tabelas, utilizaremos os termos “Pobre” para baixo estrato social e “Rico” para alto estrato social. Tais associações, na primeira evocação, são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Valência das representações na primeira evocação

	Valência da 1ª Evocação		X² (p-valor)
	Negativas	Neutras	
<hr/>			
Grupos			
Preto e Pobre	4,0%	22,8%	3.136 (<i>p</i> = .371)
Preto e Rico	6,9%	17,8%	
Branco e Pobre	5,9%	17,8%	
Branco e Rico	8,9%	15,8%	
Total	25,7 %	74,3%	
<hr/>			
Cor da Pele			
Preto	10,9%	40,6%	0.181 (<i>p</i> = .277)
Branco	14,9%	33,7%	
Total	25,7%	74,3%	
<hr/>			
Estrato Social			
Pobre	9,9%	40,6%	2.028 (<i>p</i> = .154)
Rico	15,8%	33,7%	
Total	25,7%	74,3%	

Observa-se que nessa primeira evocação os dados vão na direção contrária ao que previa nossa hipótese. As representações negativas são mais evocadas nas condições de adolescentes brancos e ricos. Do total de 25,7% que atribuiu evocações negativas 8,9% avaliou o grupo de adolescente branco e rico, sendo esse o maior percentual entre os grupos. Quanto às variáveis isoladas, observa-se que as evocações negativas são mais frequentes para o adolescente branco (14,9%) e para o rico (15,8%). Apesar das diferenças observadas, as respostas dos participantes

não variaram significativamente em função do grupo avaliado ($X^2 = 3.136$, $p = .371$). Tampouco em função da cor da pele ($X^2 = 0.181$, $p = .277$) e do estrato social ($X^2 = 2.028$, $p = .154$), analisados separadamente.

Ressaltamos que houve condições de sub-representação de respostas, ou seja, em que há um número de respostas menor que 5 no grupo avaliado, o que afeta negativamente o poder de generalização do teste para a população em geral. Nessa primeira evocação, por exemplo, apenas quatro participantes evocaram palavras negativas para o adolescente preto e pobre. Na Tabela 4 apresentamos os dados relativos à segunda evocação.

Tabela 4. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Valência das representações na segunda evocação

	Valência da 2ª Evocação		X² (p-valor)
	Negativas	Neutras	
Grupos			
Preto e Pobre	6,0%	20,0%	0.806 (p = .848)
Preto e Rico	5,0%	20,0%	
Branco e Pobre	3,0%	21,0%	
Branco e Rico	6,0%	19,0%	
Total	20,0 %	80,0%	
Cor da Pele			
Preto	11,0%	40,0%	0.160 (p = .689)
Branco	9,0%	40,0%	
Total	20,0%	80,0%	
Estrato Social			
Pobre	9,0%	41,0%	0.250 (p = .617)
Rico	11,0%	39,0%	
Total	20,0%	80,0%	

Diferentemente da Tabela 3, na segunda evocação observamos que as palavras negativas são igualmente atribuídas aos grupos de adolescente Preto e Pobre (6,0%) e Branco e Rico (6,0%). Mas, avaliando as variáveis isoladas, há uma maior atribuição ao adolescente preto (11%) e ao pobre (9%). Ainda que esses dados se aproximem mais da nossa hipótese, as diferenças observadas também não foram estatisticamente significativas em função do grupo

avaliado ($X^2 = .806$, $p = .848$), nem quanto à cor da pele ($X^2 = 0.160$, $p = .689$) e ao estrato social ($X^2 = .250$, $p = .617$).

Nesta segunda evocação, novamente há uma sub-representação das respostas negativas, por exemplo, nos grupos de adolescente Preto e Rico e Branco e Pobre, são apenas 5 e 3 respostas, respectivamente. Como pontuamos, essa condição impacta a confiabilidade do teste. E, provavelmente, uma amostra maior geraria dados de maior qualidade para a análise do fenômeno. Na Tabela 5 são apresentados os dados relativos aos testes de contingência na terceira evocação.

Tabela 5. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a valência das representações na terceira evocação

		Valência da 3ª Evocação		X² (p-valor)
		Negativas	Neutras	
Grupos				
Preto e Pobre		4,0%	22,2%	1.831 (<i>p</i> = .608)
Preto e Rico		6,1%	18,2%	
Branco e Pobre		3,0%	21,2%	
Branco e Rico		6,1%	19,2%	
Total		19,2 %	80,8%	
Cor da Pele				
Preto		10,1%	40,4%	0.043 (<i>p</i> = .837)
Branco		9,1%	40,4%	
Total		19,2%	80,8%	
Estrato Social				
Pobre		7,1%	43,4%	1.756 (<i>p</i> = .185)
Rico		12,1%	37,4%	
Total		19,2%	80,8%	

Observamos que, na terceira evocação, os grupos de adolescente Preto e Rico e Branco e Rico receberam igualmente mais evocações negativas (6,1%). Isoladamente, temos mais atribuições negativas ao preto (10,1%) e ao rico (12,1%). Não é possível observar um padrão nessas diferenças, que também não foram estatisticamente significativas quanto ao grupo avaliado ($X^2 = 1.831$, $p = .608$), tampouco quanto à cor da pele ($X^2 = 0.043$, $p = .837$) e ao

estrato social ($X^2 = 1.756$, $p = .185$). Houve também uma sub-representação das respostas negativas, nos grupos de adolescente Preto e Pobre (4 respostas) e Branco e Pobre (3 respostas).

Em síntese, com relação a *Valência das Representações Sociais*, constatamos que as palavras consideradas “Neutras” são predominantes e que as “Negativas” aparecem sub-representadas. Quanto ao teste da H2, embora a literatura evidencie desigualdades em função da cor da pele e estrato social inclusive no âmbito da justiça (Adorno, 1996; Silva & Lima, no prelo), não observamos efeito significativo das variáveis cor da pele e estrato social do adolescente em conflito com a lei nas representações construídas por estudantes de Direito. Assim, os dados não corroboram a predição da H2 de que as representações seriam mais negativas nas condições de adolescente preto e de baixo estrato social.

Discute-se também que parece haver algo de essencialista nessa representação, pois tanto as evocações que compõem a categoria “Neutras” quanto as “Negativas” são similares no caráter estável da maior parte das evocações. Palavras como “Pobreza” e “Desigualdade Social” (neutras), “Marginal” e “Bandido” (negativas) indicam condições essencialistas que não contemplam muitas possibilidades de mudança na condição do sujeito. Talvez essa estabilidade esteja relacionada a uma representação fechada do adolescente em conflito com a lei e, com isso, variáveis importantes como cor da pele e estrato social não parecem ter impactado tal representação.

Aplicação das medidas socioeducativas

Os participantes foram questionados sobre qual ou quais das seis medidas socioeducativas previstas pelo ECA (Advertência; Obrigação de Reparar o Dano; Prestação de Serviços à Comunidade; Liberdade Assistida; Regime de Semiliberdade e Internação) aplicariam ao suposto adolescente em conflito com a lei se estivessem na condição de juízes.

Assim, como no contexto real, mantivemos a possibilidade de aplicação de mais de uma medida e, inicialmente, apresentaremos frequências absolutas sobre a aplicação de cada uma.

Após a avaliação do caso, entre os 102 participantes, apenas 5,9 % ($n = 6$) optou pela primeira medida, a Advertência (Art. 115). A Obrigação de reparar o dano (Art. 116) também foi pouco aplicada, sendo escolhida por 27,5% ($n = 28$) dos participantes. Com relação à terceira medida há uma aplicação maior, pois 38, 2% ($n = 39$) optou pela Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (Art. 117). A Liberdade Assistida (LA) (Art. 118 e 119) foi escolhida somente por 13,7% ($n=14$). Do mesmo modo, o Regime de Semiliberdade (Art.120) é pouco aplicado, sendo uma opção apenas para 10,8% ($n = 11$). E, por fim, a Internação é aplicada por 44,1% ($n = 45$) dos participantes. Com isso, as mais aplicadas foram a PSC e a Internação.

Observa-se que essas medidas parecem ser também aquelas mais divulgadas pela mídia e debatidas no senso comum. Assim, talvez a maior aplicação da PSC e da Internação tenha relação com um menor conhecimento sobre as demais medidas. Houve, inclusive, casos em que um mesmo participante optou, por exemplo, pela LA e a Internação, sendo que essas duas medidas não podem coexistir visto que a internação pressupõe a privação da condição de liberdade que a LA pretende assistir.

Além disso, é importante discutir o caráter de excepcionalidade da internação e a maior aplicação dessa medida no presente estudo. Como vimos na literatura e nos principais documentos internacionais, a internação é considerada a medida mais danosa ao desenvolvimento humano e capaz de potencializar condições de vulnerabilidade, isolando o adolescente em uma instituição total. Por esse motivo, as medidas de meio aberto (PSC e LA) são prioridade visto que garantem o convívio familiar e comunitário (Coelho & Rosa, 2013).

Nesse sentido, em um trabalho que analisa os principais argumentos utilizados como fundamentação das decisões sobre a internação, Sposato e Minahim (2011) identificaram uma dupla crise: na interpretação e na implementação do ECA. Após a análise de processos, as

autoras concluem um automatismo na aplicação da medida de internação, bem como o fato de que essa aplicação ocorre normalmente fundamentada em um caráter “educacional” na tentativa de afastar sua verdadeira lógica penal. Há, portanto, uma desconsideração das regras expressamente indicadas pela legislação.

Segundo o art. 122 do ECA, a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I. tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;
- II. por reiteração no cometimento de outras infrações graves; e
- III. por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

No caso descrito neste trabalho não há reiteração no cometimento de outras infrações graves e também não há medidas anteriormente impostas e descumpridas, pois o instrumento deixa claro que aquele é o primeiro ato atribuído ao adolescente. No entanto, a medida de internação é a mais aplicada pelos estudantes de Direito. O único fator que o participante poderia utilizar para escolha da internação seria a gravidade do ilícito, mas sozinho esse fator não é suficiente para aplicação da medida (Sposato & Minahim, 2011).

Diante disso, temos nesta pesquisa uma ilustração das referidas crises de interpretação e implementação do ECA, pois, em consonância com achados do estudo de Nascimento et al. (2012), os estudantes e futuros operadores do Direito, em geral, optam por uma medida sancionatória que afasta os adolescentes do convívio social ao invés de primarem pelo convívio familiar e comunitário garantido pela legislação.

Aplicação das medidas socioeducativas: Hipóteses

Retomando ao teste das hipóteses, para testar a H3 que fazia predição sobre a aplicação das medidas socioeducativas ao adolescente em conflito com a lei, realizamos análises de contingência (Teste X^2 - qui-quadrado) entre as Variáveis Independentes: “Grupo”, “Cor da pele” e “Estrato social” e, como Variável Dependente, a condição de aplicação ou não de cada

medida socioeducativa. Na Tabela 6 é possível observar associações entre a advertência e as variáveis “Grupo”, “Cor da Pele” e “Estrato Social”.

Tabela 6. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Advertência.

	Aplicam a advertência?		X² (p-valor)
	Sim	Não	
Grupos			
Preto e Pobre	1,0%	25,5%	0.806 (<i>p</i> = .848)
Preto e Rico	2,0%	23,5%	
Branco e Pobre	2,0%	21,6%	
Branco e Rico	1,0%	23,5%	
Total	5,9 %	94,1%	
Cor da Pele			
Preto	2,9%	49,0%	0.10 (<i>p</i> = .921)
Branco	2,9%	45,1%	
Total	5,9%	94,1%	
Estrato Social			
Pobre	2,9%	47,1%	0.000 (<i>p</i> = .100)
Rico	2,9%	47,1%	
Total	5,9%	94,1%	

De acordo com a Tabela 6, o maior percentual entre os participantes que não aplicam a advertência pertence àqueles que avaliam o adolescente Preto e Pobre (25,5%), ou seja, essa medida poderia ser pensada como menos “aplicável” nessa condição. Como ela é considerada a mais branda entre as elencadas pelo ECA, esse resultado está na direção da H3 que prevê a aplicação de medidas mais severas ao adolescente preto e de baixo estrato social.

Contudo, as respostas foram sub-representadas entre os que aplicariam essa medida, pois apenas seis participantes optaram pela advertência, e as variações identificadas não foram estatisticamente significativas em função do grupo avaliado ($X^2 = 0.806$, $p = .848$), nem em função da cor da pele ($X^2 = 0.10$, $p = .921$) e do estrato social ($X^2 = 0.000$, $p = .100$), analisados separadamente. Na tabela 7 apresentamos os resultados relativos à Obrigação de reparar o dano.

Tabela 7. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Obrigação de Reparar o Dano

	Aplicam a Obrigação de Reparar o dano?		X² (p-valor)
	Sim	Não	
<hr/>			
Grupos			
Preto e Pobre	3,9%	22,5%	2.985 (<i>p</i> = .394)
Preto e Rico	7,8 %	17,6%	
Branco e Pobre	7,8%	15,7%	
Branco e Rico	7,8%	16,7%	
Total	27,5 %	72,5%	
<hr/>			
Cor da Pele			
Preto	11,8%	40,2%	1.281 (<i>p</i> = .258)
Branco	15,7%	32,4%	
Total	27,5%	72,5%	
<hr/>			
Estrato Social			
Pobre	11,8%	38,2%	0.788 (<i>p</i> = .375)
Rico	15,7%	34,3%	
Total	27,5%	72,5%	

Quanto à Obrigação de reparar o dano, observamos novamente que os dados vão na direção da nossa hipótese, pois essa medida branda é menos aplicada na condição de adolescente Preto e Pobre (3,9%), porém a condição de aplicação dessa medida é sub-representada nesse grupo, sendo formada apenas por quatro participantes. A medida é mais aplicada ao adolescente de cor branca (15,7%) e de alto estrato social (15,7%). Todavia, os resultados também não foram estatisticamente significativos em função das variáveis grupo ($X^2 = 2.985$, $p = .394$), cor da pele ($X^2 = 1.281$, $p = .258$) e estrato social ($X^2 = 0.788$, $p = .375$). Na tabela 8 apresentamos dados relativos à PSC.

Tabela 8. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Prestação de Serviços à Comunidade

	Aplicam a Prestação de Serviços à Comunidade?		X² (p-valor)
	Sim	Não	
<hr/>			
Grupos			
Preto e Pobre	8,8%	17,6%	1.023 (<i>p</i> = .796)
Preto e Rico	11,8%	13,7%	
Branco e Pobre	8,8%	14,7%	
Branco e Rico	8,8%	15,7%	
Total	38,2 %)	61,8%	
<hr/>			
Cor da Pele			
Preto	20,6%	31,4%	0.090 (<i>p</i> = .764)
Branco	17,6%	30,4%	
Total	38,2%	61,8%	
<hr/>			
Estrato Social			
Pobre	17,6%	32,4%	0.374 (<i>p</i> = .541)
Rico	20,6%	29,4%	
Total	38,2%	61,8%	

Ao contrário das medidas anteriores, na PSC, segunda medida mais aplicada pelos participantes, não houve sub-representação de nenhuma resposta, indicando que uma amostra maior poderia fornecer dados de mais qualidade. A PSC é mais aplicada ao adolescente Preto e Rico (11,8%) e, do mesmo modo, separadamente é mais aplicada ao Preto (20,6%) e ao Rico (20,6%). Contudo, tais diferenças observadas não foram estatisticamente significativas em função do grupo avaliado ($X^2 = 1.023$, $p = .796$). Tampouco quanto à cor da pele ($X^2 = 0.090$, $p = .764$) e ao estrato social ($X^2 = 0.374$, $p = .541$). Na Tabela 9 apresentamos as análises de contingência referentes à LA.

Tabela 9. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Liberdade Assistida

	Aplicam a Liberdade Assistida?		X² (p-valor)
	Sim	Não	
Grupos			
Preto e Pobre	3,9%	22,5%	4.809 (<i>p</i> = .186)
Preto e Rico	1,0%	24,5%	
Branco e Pobre	5,9%	17,6%	
Branco e Rico	2,9%	21,6%	
Total	13,7 %	86,3%	
Cor da Pele			
Preto	4,9%	47,1%	1.716 (<i>p</i> = .190)
Branco	8,8%	39,2%	
Total	13,7%	86,3%	
Estrato Social			
Pobre	9,8%	40,2%	2.981 (<i>p</i> =.084)
Rico	3,9%	46,1%	
Total	13,7%	86,3%	

Na Tabela 9, observamos que apenas 13,7% ($n = 14$) dos participantes aplicaria a medida de LA. Assim, houve também sub-representação de algumas respostas nessa questão: nas condições de adolescente Preto e Pobre (4 respostas), Preto e Rico (1 resposta), Branco e Rico (3 respostas) e, quanto ao estrato social apenas, na condição de adolescente Rico (4 respostas).

A baixa aplicação dessa medida ao adolescente rico pode estar relacionada a própria definição da Liberdade Assistida. De acordo com o ECA, a medida tem como finalidade acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, com a designação de uma pessoa capacitada para acompanhar o caso. A LA visa a promoção social do adolescente, inserindo-o em programas de assistência social, promoção da frequência e aproveitamento escolar, bem como atividades de profissionalização e inserção no mercado de trabalho. Desse modo, a medida carrega um caráter assistencial mais compatível com a realidade de adolescentes de baixo estrato social.

Nesse sentido, identificamos um efeito tendencial da variável estrato social na aplicação dessa medida ($X^2 = 2.981$, $p = .084$), mais aplicada ao adolescente Pobre (9,8%). Quanto ao grupo, vimos que a medida é mais aplicada ao adolescente Branco e Pobre (5,9%), e analisando apenas a cor, é mais aplicada ao Branco (8,8%), porém em função do grupo ($X^2 = 4.809$, $p =$

.186) e da cor ($X^2 = 1.716$, $p = .190$) os efeitos não foram estatisticamente significativos e nem tendenciais. Os resultados relativos à Semiliberdade são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10. Relação entre as variáveis grupos, cor da pele e estrato social e a aplicação da Semiliberdade

	Aplicam a Semiliberdade?		X² (p-valor)
	Sim	Não	
Grupos			
Preto e Pobre	2,9%	23,5%	4.716 (<i>p</i> = .194)
Preto e Rico	0,0%	25,5%	
Branco e Pobre	3,9%	19,6%	
Branco e Rico	3,9%	20,6%	
Total	10,8 %	89,2%	
Cor da Pele			
Preto	2,9%	49,0%	3,011 (<i>p</i> = .083)
Branco	7,8%	40,2%	
Total	10,8%	89,2%	
Estrato Social			
Pobre	2,9%	43,1%	0,917 (<i>p</i> = 0,338)
Rico	2,9%	46,1%	
Total	10,8%	89,2%	

A Semiliberdade foi uma medida pouco aplicada e, por isso, também houve sub-representação de respostas positivas em todos os níveis da variável grupo, sendo que na condição de adolescente Preto e Rico, por exemplo, nenhum dos participantes aplicou tal medida. A semiliberdade é igualmente mais aplicada ao adolescente Branco e Pobre (3,9%) e ao Branco e Rico (3,9%) e, separando as variáveis, temos que ela é mais aplicada ao Branco (7,8%) e não se diferencia quanto ao estrato social (2,9%).

As diferenças observadas não foram estatisticamente significativas em função do grupo avaliado ($X^2 = 4.716$, $p = .194$), nem quanto ao estrato social ($X^2 = 0.917$, $p = .338$). Porém, é tendencial em relação à cor da pele ($X^2 = 3.011$, $p = .083$), sendo mais aplicada ao adolescente Branco. Como há poucos participantes nessa resposta não discutiremos tal efeito. Na Tabela 11 apresentamos as análises de contingência referentes à Internação.

Tabela 11. Relação entre as variáveis grupo, cor da pele e estrato social e a Internação

	Aplicam a Internação?		X² (p-valor)
	Sim	Não	
Grupos			
Preto e Pobre	12,7%	13,7%	1.270 (<i>p</i> = .736)
Preto e Rico	12,7%	12,7%	
Branco e Pobre	9,8%	13,7%	
Branco e Rico	8,8%	15,7%	
Total	44,1 %	55,9%	
Cor da Pele			
Preto	25,5%	26,5%	1.092 (<i>p</i> = .296)
Branco	18,6%	29,4%	
Total	44,1%	55,9%	
Estrato Social			
Pobre	22,5%	27,5%	0.040 (<i>p</i> = .842)
Rico	21,6%	28,4%	
Total	44,1%	55,9%	

Como destacamos, a internação foi a medida mais aplicada, correspondendo à escolha de 44,1% dos participantes. Não houve sub-representação das respostas e, assim, o teste tem maior confiabilidade. A medida foi igualmente mais aplicada aos grupos de adolescente Preto e Pobre e Preto e Rico (12,7%). Especificamente, houve maior aplicação ao adolescente Preto (25,5%) e ao Pobre (22,5%). Esse resultado, caso significativo, corroboraria a nossa hipótese, pois a medida mais severa foi mais aplicada ao adolescente Preto e Pobre. Contudo, o efeito encontrado não foi estatisticamente significativo em função do grupo ($X^2 = 1.270$, $p = .736$), cor da pele ($X^2 = 1.092$, $p = .296$), e nem estrato social ($X^2 = 0.040$, $p = .842$).

Severidade das medidas socioeducativas

As análises descritas acima apresentam os testes e a distribuição da aplicação das medidas socioeducativas entre os grupos em cada uma das medidas. Porém a H3 refere-se especificamente à severidade da medida aplicada, prevendo que ao adolescente preto e de baixo estrato social seriam aplicadas medidas mais severas que aquelas aplicadas ao branco e de estrato social mais alto.

Para analisar melhor o construto “severidade”, consideramos que as medidas são elencadas no ECA em uma ordem crescente, sendo advertência a mais branda e a internação a mais severa, com isso, construímos uma escala que variava de 0 a 6, sendo a não aplicação de medida igual a 0, aplicação da Advertência igual a 1, Obrigação de Repara o Dano 2, Prestação de Serviços à Comunidade 3, Liberdade Assistida 4, Semiliberdade 5 e Internação 6.

Assim, para o teste geral da H3 definimos a variável “Severidade da Medida” que consiste na soma das medidas aplicadas ao adolescente por cada participante, o valor poderia variar de 0 (aplicação de nenhuma medida) a 21 pontos (aplicação de todas). Os dados foram submetidos a uma Análise de Variância Fatorial de medidas independentes (ANOVA), na qual foram relacionadas duas Variáveis Independentes, ou fatores, “Cor” e “Estrato Social” e a Variável Dependente “Severidade da Medida”.

Os resultados revelaram que o adolescente preto e pobre recebe uma medida um pouco mais severa ($M= 5.37$; $DP= 2.11$) que o adolescente preto e rico ($M= 5.23$ $DP= 2.35$). Do mesmo modo, o adolescente branco e pobre ($M= 6.20$; $DP= 3.50$) recebe uma medida mais severa que o adolescente branco e rico ($M= 5.20$; $DP= 2.16$). Assim, observamos que o adolescente branco e pobre foi avaliado com maior severidade, seguido do preto e pobre.

Contudo, as diferenças entre as condições podem ter se originada em virtude do erro amostral, pois a análise não indicou efeitos significativos para Cor do alvo $F(1,98) = 0.626$, $p < 0.43$. Também não houve efeitos significativos para o Estrato Social $F(1,98) = 1.266$, $p < 0.26$, tampouco para a interação entre cor do alvo e estrato social $F(1,98) = 0.725$, $p < 0.39$. Desse modo, ainda que ao adolescente preto e de baixo estrato social tenham sido aplicadas medidas mais severas que ao branco e de estrato social mais alto, como previa a H3, a diferença entre as condições não foi estatisticamente significativa.

Portanto, avaliando as diferenças encontradas tanto na aplicação de cada medida isoladamente quanto na análise geral sobre a severidade, não é possível rejeitar a hipótese nula:

de que não há diferenças na severidade da medida em função da cor da pele e do estrato social do adolescente. No entanto, as diferenças encontradas sugerem que a variável estrato social parece ser mais forte que a cor da pele nesse contexto, pois a severidade em geral é maior para o adolescente pobre.

Essa tendência está em consonância com o estudo de Nascimento et al. (2012), pois, ao analisar a representação social de adolescente em conflito com a lei entre estudantes do curso de Direito e de Psicologia, os autores encontraram um efeito significativo do estrato social na avaliação do adolescente, as representações identificadas foram distintas para o adolescente rico e pobre, sendo mais negativas para o pobre. Portanto, concluem que o estrato social é uma variável que pode afetar o julgamento do adolescente em conflito com a lei.

Variáveis sociodemográficas dos participantes e a aplicação das medidas

A cor da pele dos participantes foi autodeclarada no questionário, 52% da amostra ($n= 53$) se autodeclarou parda, 21,6 % ($n= 22$) preta e 21,6 % ($n= 22$) branca, 4,9% ($n=5$) não respondeu a essa questão. Quanto à variável renda, 52,9 % ($n= 54$) autodeclarou renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos enquanto 44, 1% ($n= 45$) declarou renda superior a 5 salários mínimos, 2,9% ($n= 3$) da amostra não respondeu a essa questão.

Analizamos então o efeito dessas características dos participantes sobre os seus julgamentos, a fim de responder à hipótese quatro desse estudo. A H4 sustentava que participantes brancos e de maior renda fariam julgamentos mais severos que os pretos e de menor renda. Sendo assim, realizamos uma Análise de Variância Fatorial de medidas independentes, relacionando as Variáveis Independentes Cor da pele e Renda, autodeclaradas pelo participante, e a Variável Dependente “Severidade da Medida”.

Os resultados indicam que não há efeito significativo da variável Cor do participante $F(2,88) = 0.209$, $p < 0.81$. Do mesmo modo, não houve efeitos significativos com relação à

renda $F(1,88) = 2.392$, $p < 0.12$, nem para a interação entre cor e renda $F(2,88) = 1.339$, $p < 0.26$. Sobre as médias de cada grupo, o participante Preto que recebe até 5 salários ($M = 5.15$; $DP = 1.46$), aplica uma medida um pouco mais severa que o Preto que recebe mais de 5 salários ($M = 5.0$; $DP = 1.93$). Do mesmo modo, o Pardo que recebe até 5 salários ($M = 5.51$; $DP = 3.40$) apresenta um pouco mais severidade que o Pardo que recebe mais de 5 salários ($M = 5.28$; $DP = 1.73$). Por fim, o Branco que recebe até 5 salários ($M = 6.63$; $DP = 2.69$) aplica medidas mais severas que o Branco com mais de 5 salários ($M = 4.45$; $DP = 1.50$). Sendo assim, os resultados indicam que, ao contrário do que previa nossa hipótese, as características ou variáveis sociodemográficas dos participantes não impactaram seus julgamentos.

Atitude frente à redução da idade de responsabilidade penal

Quando questionamos se o adolescente em questão deveria responder pelo ato infracional com alguma medida mais severa que as previstas pelo ECA, 53,9% ($n = 55$) afirmou que sim e 46,1% ($n = 47$) que não. Especificamente sobre a redução da idade de responsabilidade penal, 34,3% ($n = 35$) apresentou uma posição favorável, 46,1% ($n = 47$) posição contrária, 19,6% ($n = 20$) não tinha posição definida.

No contexto brasileiro, segundo informações do Instituto Datafolha (2015), o percentual de favoráveis à redução da idade de responsabilidade penal de 18 para 16 anos atualmente é de 87%, sendo 11% contrários à mudança, 1% indiferentes e 1% não soube opinar. A pesquisa foi realizada entre 9 e 10 de abril de 2015 e entrevistou 2.834 pessoas em 171 municípios, a margem de erro assumida é de dois pontos percentuais.

Desse modo, comparando os dados do Datafolha com os da presente pesquisa parece que nesse grupo de estudantes de Direito a atitude frente à redução é diferente da assumida pela população em geral, pois a posição contrária é a maior entre as condições (46,1%). Contudo, somando a posição dos favoráveis com a dos que não tinham posição definida a situação se inverte, pois mais da metade dos participantes está entre essas duas opções (65,7%).

Além disso, quanto à primeira pergunta referente ao tema, observamos também que mais da metade (53,9%) acredita que, no caso avaliado, caberia uma medida mais severa que aquelas previstas pelo ECA. Embora as posições ainda estejam equilibradas, salientamos a gravidade dessa atitude visto que, com tal posicionamento, mais da metade dos participantes da pesquisa discorda da legislação quanto aos direitos dos adolescentes enquanto pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Dentre outros fatores, as justificativas dos participantes favoráveis à redução abordavam, principalmente, a capacidade do adolescente em responder pelos seus atos, como nos seguintes trechos:

“Com 16 anos existe maturidade já reconhecida como legislado ao conceder o voto, portanto já consegue discernir sobre o certo e o errado e pagar pelos erros” (Participante nº27) e

“Porque o adolescente com 16 anos já é capaz o suficiente para discernir sobre os seus atos” (Participante nº 50).

Uma suposta impunidade também foi argumentada, como observamos no trecho:

“Os menores infratores atualmente praticam crimes mais severos e sem qualquer tipo de punição. Aquele que tem discernimento para praticar o ato infracional deve pagar por ele” (Participante nº 42).

Além de justificativas que desconsideram a adolescência nesse grupo:

“Para não beneficiar esses marginais que só tem a idade de adolescente quando na verdade são homens de extrema periculosidade” (Participante nº 12).

Os trechos chamam atenção, pois não diferem dos argumentos amplamente divulgados pela mídia e debatidos no senso comum. A confusão entre inimputabilidade e impunidade, quando afirmam não haver qualquer tipo de responsabilização na ocorrência de ilícitos, ou

ainda a compreensão de que proteção ao adolescente está relacionada com uma “incapacidade”, evidenciam o desconhecimento do ECA e seus fundamentos.

Atitude frente à redução da idade de responsabilidade penal: Hipóteses

Quanto ao teste das hipóteses nesse âmbito, a H5 previa que os participantes seriam mais favoráveis à redução da idade de responsabilidade penal quando o adolescente avaliado fosse preto e de baixo estrato social. Para testar essa hipótese também realizamos uma análise de contingência (Teste X^2 - qui-quadrado) entre a posição frente à redução e as variáveis cor da pele e estrato social, apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12. Relação entre posição frente a redução da maioridade penal e variáveis cor da pele e estrato social.

Redução da maioria penal				X² (p-valor)
Favorável	Contrário	Sem posição		
Grupos				
Preto e Pobre	9,8%	10,8%	5,9%	2.62 (p = .85)
Preto e Rico	7,8%	12,7%	4,9%	
Branco e Pobre	8,8%	8,8%	5,9%	
Branco e Rico	7,8%	13,7%	2,9%	
Total	34,3%	46,1%	19,6%	
Cor da Pele				
Preto	17,6%	23,5%	10,8%	0.09 (p=.95)
Branco	16,7%	22,5%	8,8%	
Total	34,3%	46,1%	19,6%	
Estrato social				
Pobre	18,6%	19,6%	11,8%	2.10 (p = .35)
Rico	15,7%	26,5%	7,8%	
Total	34,3%	46,1%	19,6%	

Nota. * $p < 0,05$.

Na Tabela, podemos observar que, na direção da nossa hipótese, os participantes são mais favoráveis à redução na condição de adolescente Preto e Pobre. Mas, o efeito encontrado não foi estatisticamente significativo em função do grupo avaliado ($X^2 = 2.62$, $p = .85$), nem quanto à cor da pele ($X^2 = 0.09$, $p = .95$) e ao estrato social ($X^2 = 2.10$, $p = .35$), separadamente.

Assim, ainda que a posição favorável seja mais presente na condição de adolescente Preto e de Baixo estrato social, como previa a H5, não é possível afirmar que as variáveis cor

da pele e estrato social impactem significativamente a atitude frente à redução da idade de responsabilidade penal. Salientamos também que entre os participantes “Sem posição” aconteceram sub- representações de respostas nas condições de adolescente Preto e Rico (5 respostas) e Branco e Rico (3 respostas).

Explicações para a conduta infracional

Para investigação das explicações dos participantes para a conduta do adolescente em conflito com a lei, utilizamos a seguinte pergunta: “Na sua opinião, qual foi a principal motivação para o envolvimento do adolescente no ato infracional acima?”. Essa questão foi analisada com auxílio do *software* ALCESTE.

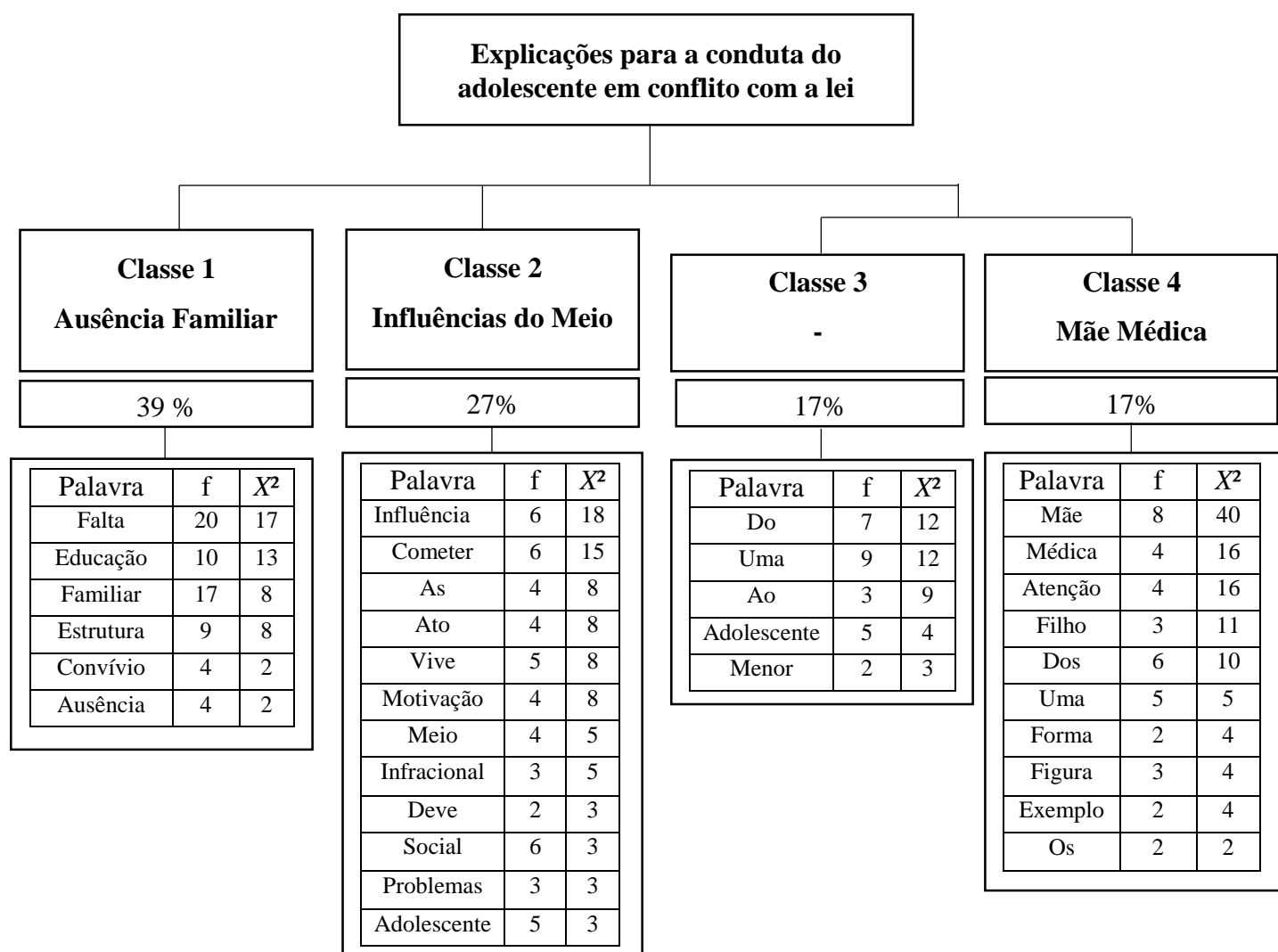
Nas 101 respostas dadas pelos participantes, foram utilizadas 485 formas (palavras) distintas, em um total de 1309 e, após a redução das palavras às suas raízes, obtiveram-se 47 unidades analisáveis (com frequência maior ou igual a 4). A análise do *corpus* efetuada pelo programa considerou relevante 66% do material. As raízes “falt” e “famili” foram as mais frequentes em todo o *corpus*, aparecendo 40 e 37 vezes, respectivamente, seguidas de “pai” e “soci”, sendo que ambas apareceram 16 vezes.

O programa realizou uma análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), organizando o conteúdo em um dendograma composto por quatro classes. Na figura 1 são apresentadas as classes, o percentual de representatividade e os conteúdos relacionados a cada uma delas. O ALCESTE apresenta as raízes das palavras e, para a descrição no dendograma, utilizamos as formas mais frequentes em que cada uma aparece no texto.

A classe I teve maior frequência (39%), seguida das classes II (27%), III (17%) e IV (17%). A caracterização das classes deu-se da seguinte maneira: Classe I: Ausência Familiar; Classe II: Influências do Meio; Classe III: - (por motivos explicados adiante essa classe não foi

nomeada); e Classe IV: Mãe Médica. O dendograma a seguir apresenta em ordem decrescente as palavras mais representativas, o número de vezes em que aparecem (f) e a força interna de associação com cada classe, evidenciada pelo cálculo do qui-quadrado (X^2):

Figura 1. Dendograma e Classes Léxicas das explicações para a conduta do adolescente em conflito com a lei.



Como é possível observar na Figura 1, preposições e artigos compõem as palavras mais representativas em algumas classes, mas, sozinhas elas não expressam nenhum significado. Na classe III, por exemplo, o conteúdo da classe não é esclarecido pelo dendograma, pois ela é formada por tais palavras. Para resolver essa questão fizemos uma análise retirando as

preposições e artigos. Contudo, a retirada empobreceu os resultados e optamos por mantê-las na apresentação. Assim, a classe três será descrita e explicada com base nas suas Unidades de Contexto Elementar (UCEs) mais significativas, mas não foi nomeada. A seguir abordaremos o conteúdo da Classe I: Ausência Familiar.

Classe I: Ausência Familiar

A classe I foi a mais representativa do conjunto de segmentos de texto, contém 26 enunciados dos 67 incluídos na análise, representando 39% do total. Denominada “Ausência familiar” essa classe foi povoada, sobretudo, por radicais que indicam explicações para a conduta infracional baseadas na família do adolescente. As respostas típicas denotam representações objetivadas pelos termos de “Falta”, “Educação” “Familiar”, “Estrutura”, “Convívio” e “Ausência”.

Os fragmentos apresentados a seguir mostram a configuração textual com as palavras selecionadas pelo *software* como as mais representativas da classe. Optamos pela apresentação das UCEs com maior coeficiente de associação (X^2). Assim, quando questionados: qual foi a principal motivação para o envolvimento do adolescente no ato infracional acima? As respostas dessa classe foram:

“A falta de estrutura familiar, bem como pouco suporte” ($X^2= 9$, Participante 13, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social)

“A falta de estrutura familiar adequada” ($X^2= 9$, Participante 67, avaliou a condição de adolescente branco e de baixo estrato social)

“Falta de estrutura familiar” ($X^2= 9$, Participante 100, avaliou a condição de adolescente preto e de alto estrato social).

Além disso, na classe também surgiram referências à ausência de convívio familiar, ausência paterna (nos dados do suposto adolescente havia a informação de que ele residia

apenas com a mãe) e também uma falta de estrutura governamental, mas ainda assim associada à condição da família, como no seguinte trecho:

“Falta de estrutura do Estado que não oferece educação e família sem estrutura” ($X^2=8$, Participante 95, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social).

Como referimos na discussão sobre as representações sociais, essa culpabilização da família remete ao contexto menorista em que o Estado buscava justificar a “situação irregular do menor” a partir do descaso dos pais, da situação das mães solteiras e outros fatores que de acordo com essa lógica, isoladamente, seriam capazes de conduzir os adolescentes à ilegalidade (Ciarallo & Almeida, 2009).

Nesse sentido, é importante reforçar que os motivos que levam um adolescente a cometer um ato infracional são complexos e de várias ordens (Castro, 2002). E, ainda que questões familiares estejam entre os fatores de risco para a conduta infracional, é preciso considerar que a família faz parte de uma rede social mais ampla, recebe influência de outros sistemas e não é a única instituição responsável pela educação dos jovens (Santos, 2007; Zappe & Dias, 2012).

Tal perspectiva que explica a conduta infracional com base apenas em uma “Ausência familiar” não considera que existem contextos específicos em que as famílias apresentam dificuldades em exercer seu papel. Existem eventos externos de risco que se relacionam às condições adversas do ambiente e, em função disso, muitas delas acabam perdendo sua capacidade de oferecer proteção, suporte afetivo e regulação social adequada (Koller, De Antoni, & Carpena, 2012; Nardi & Dell’Aglia, 2012).

Classe II: Influências do Meio

A segunda classe mais representativa, denominada “Influências do Meio”, contém 18 enunciados dos 67 incluídos na análise, representando 27% do total. As respostas típicas denotam representações objetivadas pelos termos de “Influência”, “Cometer” “Ato”, “Vive”,

“Motivação”, “Meio”, “Infracional”, “Deve”, “Social”, “Problemas” e “Adolescente”. Para ilustrar essa classe também apresentaremos as UCEs mais significativas, explicando seu conteúdo. As respostas foram referentes ao meio social ou contexto em que o adolescente vive. Algumas explicações mais amplas e diretas, como nos seguintes trechos:

“Deve ser o meio em que vive, as coisas que vivencia” ($X^2= 8$, Participante 10, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social) e

“Contexto social em que vive” ($X^2= 8$, Participante 39, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social)

Além disso, a influência de fatores pessoais e dos pares nas explicações para a conduta infracional também foram citados, como no fragmentos:

“Algum conflito interno, problemas pessoais ou influência” ($X^2= 8$, Participante 42, avaliou a condição de adolescente preto e de alto estrato social) e

“Irresponsabilidade ou às vezes má influência de amigos” ($X^2= 8$, Participante 54, avaliou a condição de adolescente branco e de alto estrato social)

Esses fatores estão em consonância com as pesquisas sobre fatores de risco que destacam os fatores ambientais, a influência dos pares na iniciativa do ato infracional, bem como a existência de algumas características psicológicas, como impulsividade e precário controle diante de frustrações (Gallo & Williams, 2005; Nunes et al., 2013; Zamora, 2008).

Assim, parece que nessa classe, de forma geral, os participantes contemplaram mais a noção de que o ato infracional é um fenômeno multicausal e, especificamente, que as “Influências do Meio”, como exclusão social e determinadas vulnerabilidades são possíveis explicações para a conduta infracional (Castro, 2002; Feijó & Assis, 2004).

Classe III

O conteúdo desta terceira classe não está claro no dendograma, formada apenas pelas palavras “Do”, “Uma”, “Ao”, “Adolescente” e “Menor”. A classe contém 12 enunciados dos

67 incluídos na análise, representando 17% do total. Ela reúne mais de uma fonte de causa para o fenômeno, contemplando diferentes explicações, por tal motivo não foi denominada. Com base no maior coeficiente de associação, apresentaremos as UCES que melhor explicam a classe, como no seguinte trecho:

“Fatores sociais e familiares, uma família desestruturada, diante de uma sociedade violenta.... É visível uma família desestruturada o que contribui fortemente para um comportamento transgressor do adolescente” ($X^2= 14$, Participante 98, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social)

No trecho em destaque acima observamos uma explicação que aborda a problemática da sociedade violenta na qual o adolescente está inserido, mas, por outro lado, enfatiza também a “culpa” familiar que abordamos na Classe I. O Fragmento a seguir também refere mais de um fator na explicação da conduta:

“Uma sociedade corrupta que possui valores invertidos e uma família desestruturada, berço dos valores morais. Destarte, vem a imposição ao indivíduo do ter para ser, para se manter em seu ambiente” ($X^2= 12$, Participante 63, avaliou a condição de adolescente branco e de baixo estrato social)

Desse modo, na resposta acima observamos dois fatores apresentados pelo participante: uma família desestruturada e uma sociedade corrupta, com valores invertidos, na qual há uma imposição ao consumo. Esses fatores gerariam as condutas ilícitas do adolescente para “se manter em seu ambiente”. Além disso, essa classe também contempla a falta de projetos sociais e também a ausência de controle familiar, como nos trechos apresentados a seguir:

“Falta de projeto do governo que lhe desse uma base para o mercado de trabalho, aos 16 já está habilitado a ser menor aprendiz” ($X^2= 8$, Participante 60, avaliou a condição de adolescente branco e de baixo estrato social) e

“Ausência da família, uma vez que o sujeito menor chega a ponto de possuir uma arma e não haver um controle da família” ($X^2= 6$, Participante 54, avaliou a condição de adolescente branco e de alto estrato social).

Embora o conteúdo da classe não seja claro e novamente emergja a noção de culpa da família, ela é importante na medida em que retoma a ideia de que existem muitos fatores relacionados ao cometimento de um ato infracional, pois não é possível explicar tal conduta pela presença isolada de um fator adverso (Gallo & Williams, 2005).

Classe IV: Mãe Médica

Por fim, a classe IV contém 11 enunciados dos 67 incluídos na análise, representando 17% do total. Esta classe difere das demais porque é referente quase que exclusivamente à condição de adolescente de alto estrato social, indicada, nesta pesquisa, pela profissão da mãe: Médica. As respostas típicas denotam representações objetivadas pelos termos de “Mãe”, “Médica” “Atenção”, “Filho”, “Forma”, “Figura” e “Exemplo”.

Com isso, as respostas individualizam o caso e abordam explicações para o ato infracional com base em características positivas ou negativas normalmente atribuídas a profissão da mãe. A seguir apresentamos as UCES de maior coeficiente de associação:

“Depende muito dos fatores sociais, todavia, a mãe por ser médica, não ter tanto tempo para educar... assim seria uma forma de chamar atenção, o mesmo precisa de educadores” ($X^2= 19$, Participante 48, avaliou a condição de adolescente preto e de alto estrato social)

A resposta acima evidencia uma representação negativa atribuída à profissão, alguém que não consegue dar atenção aos filhos devido à demasiada carga de trabalho. Nesse sentido, a conduta infracional desses adolescentes é entendida como uma tentativa de chamar a atenção. No trecho a seguir essa imagem de trabalho excessivo também aparece, somada a constatação da suposta ausência paterna:

“A falta de uma figura paterna, divórcio dos pais. A mãe trabalha muito e não tem tempo para o filho” ($X^2= 13$, Participante 79, avaliou a condição de adolescente branco e de alto estrato social).

Além disso, como pontuamos, a classe é ambígua e contempla tanto aspectos negativos associados à profissão, como essa noção de falta de atenção ao filho, quanto aspectos positivos com é possível observar nos seguintes trechos:

“Para mim, não há motivos, pois a figura materna no mínimo já preencheu a figura paterna. Ele tem uma mãe médica, há um exemplo a ser seguido” ($X^2= 16$, Participante 49, avaliou a condição de adolescente preto e de alto estrato social) e

“Facilidade em conquistar os objetos de forma honesta, pois o maior exemplo que ele deveria seguir era o da mãe” ($X^2= 10$, Participante 9, avaliou a condição de adolescente preto e de alto estrato social)

Nas respostas acima há uma idealização dessa “Mãe Médica”, pois apenas por tal característica os participantes assumem que ela é um exemplo a ser seguido pelo adolescente ou ainda que seria capaz de suprir uma suposta ausência paterna. Assim, parece que tal condição experimental trouxe algo não esperado e discrepante da representação ou do perfil normalmente atribuído ao adolescente em conflito com a lei, o que leva, inclusive, a respostas que indicam a ausência de motivos ou explicações para a conduta do adolescente em questão.

Explicações para a conduta infracional: Hipóteses

Retomando as hipóteses desse trabalho, cabe pontuar que a H6 fazia a seguinte previsão “Serão atribuídas motivações mais situacionais (externas) para o ato infracional do adolescente branco e de alto estrato social e mais pessoais (internas) para o ato infracional do adolescente preto e de baixo estrato social”. Em resposta a essa hipótese, concluímos que não houve

diferenças significativas entre o vocabulário empregado pelos participantes e os cenários experimentais, pois as variáveis cor e estrato social não apareceram no dendograma.

Em síntese, podemos observar que as explicações para conduta infracional contemplaram alguns aspectos discutidos na literatura como influência dos pares, do contexto de inserção, fatores pessoais e, especialmente características da família do adolescente. Esses discursos indicam a importância assumida pela noção de “desestrutura familiar” nas representações do adolescente em conflito com a lei.

Ainda que não apareçam diferenças significativas, as UCEs que explicam cada classe indicam alguma variação no conteúdo das respostas em função do grupo avaliado. A Classe IV, por exemplo, representa o grupo que avaliou o adolescente de alto estrato social e, nessa classe, surgem respostas relativas à uma falta de motivos, atribuindo o ato a imaturidade ou irresponsabilidade do sujeito, fatores mais internos. A seguir discutiremos o última hipótese deste trabalho referente às representações do futuro do adolescente em conflito com a lei.

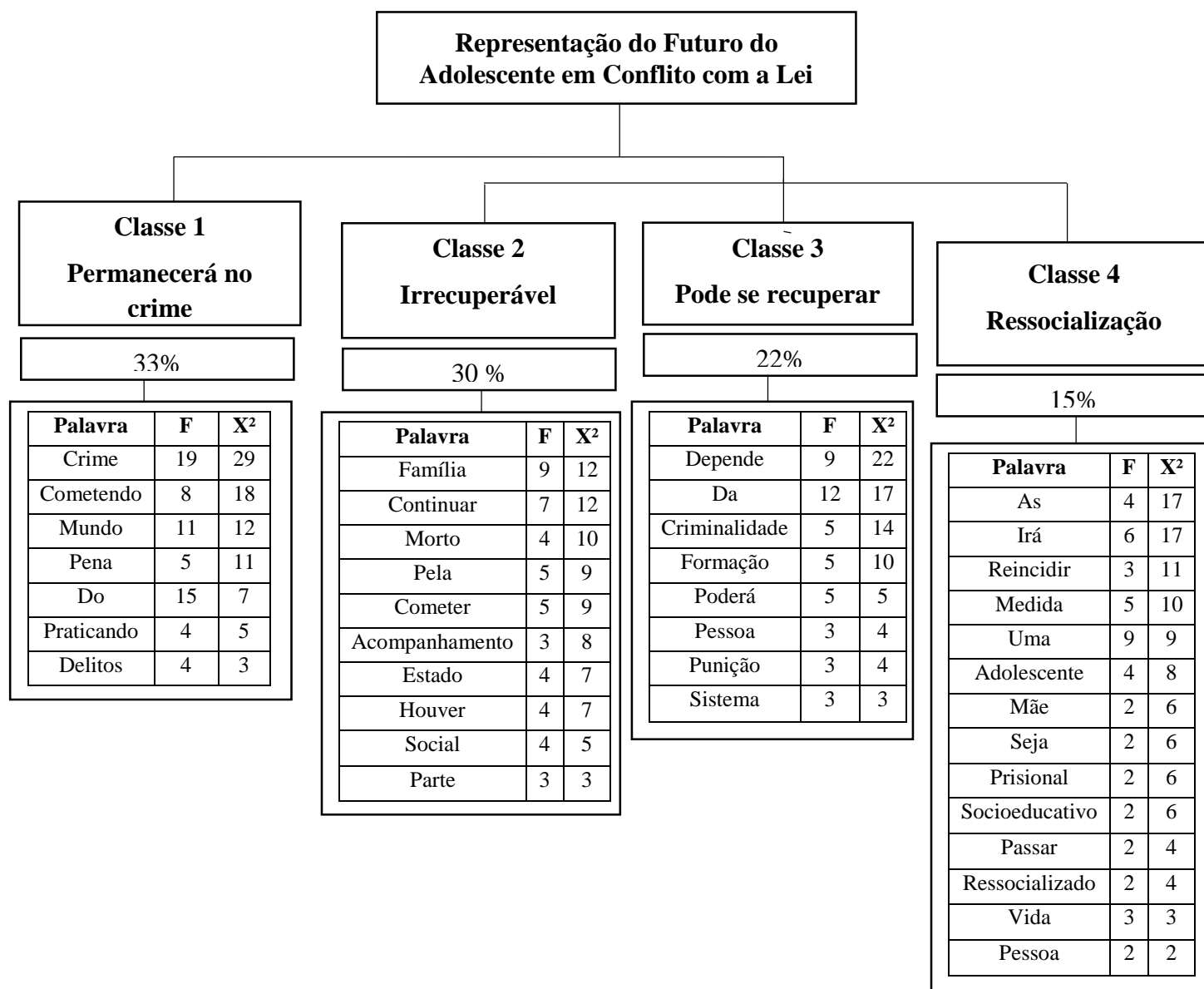
Futuro do adolescente em conflito com a lei

Para investigação da representação social do futuro adolescente em conflito com a lei, realizamos o seguinte questionamento: “Em sua opinião, como estará o adolescente descrito acima nos próximos 10 anos? O que ele estará fazendo?”. E, assim como na questão anterior, para analisar as respostas dadas pelos participantes, novamente utilizamos o ALCESTE.

Nessa questão, foram produzidas 100 respostas, ou seja, 100 UCIs, utilizando 675 palavras distintas, em um total de 1837. Após a redução das palavras às suas raízes, 61 foram consideradas analisáveis pelo programa (com frequência maior ou igual a 4). O percentual do *corpus* que foi analisado corresponde a 71 %. As raízes mais frequentes e que possuem significado (excluindo artigos, preposições, etc.), foram “crime”, que aparece 29 vezes, seguida de “morto” e “mundo”, ambos com 15 aparições.

Também foi realizada uma análise de CHD e o dendograma (Figura 2) demonstra a divisão das quatro classes construídas nessa questão. A classe I apresentou a maior frequência (33%), seguida das classes II (30%), III (22%) e IV (15%). A caracterização das classes deu-se da seguinte maneira: Classe I: Permanecerá no crime; Classe II: Irrecuperável; Classe III: Pode se recuperar; e Classe IV: Ressocialização. No dendograma são apresentadas as palavras, o número de vezes em que aparecem na classe (f) e o coeficiente de associação entre a palavra (X^2) e a classe:

Figura 2. Dendograma e Classes Léxicas da Representação do Futuro do Adolescente em Conflito com a Lei.



Como é possível constatar na Figura 2, a representação sobre o futuro do adolescente em conflito com a lei é formada por elementos relacionados à prática delitiva. Assim, o ato infracional é o protagonista, seja para indicar a permanência no “mundo do crime” ou a possibilidade de recuperação/ressocialização do adolescente. A seguir discutiremos brevemente o conteúdo de cada uma das quatro classes indicadas pela análise do *software*.

Classe I: Permanecerá no crime

A classe I foi a mais representativa do conjunto de segmentos de texto, contém 25 enunciados dos 76 incluídos na análise, representando 33% do total. Denominada “Permanecerá no crime”, as respostas típicas da classe denotam representações objetivadas pelos termos de “Crime”, “Cometendo”, “Mundo”, “Pena”, “Praticando” e “Delitos”, indicando que, para tais participantes, nos próximos 10 anos o adolescente em questão ainda estará praticando ou cometendo delitos.

As UCEs com maior coeficiente de associação (X^2) explicam bem o conteúdo da classe, como observamos nos trechos a seguir:

“Provavelmente estará no mundo do crime, cometendo diversos tipos de delitos” ($X^2= 19$, Participante 67, avaliou a condição de adolescente branco e de baixo estrato social) e
“Provavelmente ainda estará no mundo do crime” ($X^2= 11$, Participante 13, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social)

As respostas acima evidenciam a maior probabilidade de permanência na conduta infracional nas representações dos participantes, houve também discursos que contemplam ainda a noção de educação, como no seguinte fragmento:

“Caso não aprenda o que é certo e errado vai se pós-graduar no mundo do crime” ($X^2= 11$, Participante 22, avaliou a condição de adolescente branco e de baixo estrato social)

Ademais, uma das respostas com maior coeficiente de associação, nessa classe, contempla também o impacto que as variáveis cor da pele e estrato social, investigados nesta pesquisa, podem ter no futuro dos adolescentes em conflito com a lei:

“Existe grande possibilidade de estar inserido no mundo do crime, ou cumprindo pena, pois somando o ato praticado, ele é negro e pobre” ($X^2= 11$, Participante 98, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social).

Classe II: Irrecuperável

A segunda classe contém 22 enunciados dos 76 incluídos na análise, representando 30% do total. É povoada, sobretudo, pelas palavras “Família”, “Continuar”, “Morto” “Cometer”, “Acompanhamento”, “Estado” e “Social”. A classe se diferencia da anterior, pois os discursos aqui parecem mais concretos ao definir que, caso mudanças não aconteçam, a situação do adolescente será ainda pior nos próximos 10 anos. Assim, foi denominada de “Irrecuperável”.

Dentre as UCEs mais significativas, o fragmento abaixo exemplifica bem o conteúdo da classe:

“Se o menor continuar sem uma punição devida e se não houver uma assistência de família com certeza se tornará um criminoso eventual podendo até cometer ilícitos maiores” ($X^2= 10$, Participante 38, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social).

Assim, há um destaque para necessidade de punição do adolescente e novamente a temática da família. A classe também reuniu discursos que abordavam o contexto de aplicação das medidas socioeducativas, indicando uma descrença nas práticas atuais, bem como a necessidade de amparo para evitar situações piores, como nos seguintes trechos:

“Pelas medidas que atualmente estão sendo aplicadas, ele vai continuar na mesma, porque não é atingido o objetivo de reintegração social como deveria ocorrer” ($X^2= 5$, Participante 8, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social). E ainda,

“Se não tiver amparo social será mais um marginal, presidiário ou estará morto.” ($X^2=5$, Participante 53, avaliou a condição de adolescente preto e de alto estrato social).

Nesta classe, identificamos também que quando solicitados a prever o futuro do adolescente em conflito com a lei alguns participantes não tiveram problemas em emitir opiniões como *“Espero que morto”*. Essa representação do futuro parece relacionada a representação do adolescente em conflito com a lei, que segundo Espíndula et al. (2006) é estigmatizante e perversa, entendendo a prática infracional como algo definitivo, incorrigível e associada à própria constituição do sujeito. Nesse sentido, parece que tal representação negativa permite previsões como:

“Será um chefe de boca de fumo; com alguns homicídios e duas passagens pela penitenciária” ($X^2=10$, Participante 63, avaliou a condição de adolescente branco e de baixo estrato social).

Classe III: Pode se recuperar

Por outro lado, com 17 enunciados dos 76 incluídos na análise, representado 22% do total, a classe três é denominada “Pode se recuperar”. Assim, ao contrário das duas anteriores, tal classe foi povoada, sobretudo, por radicais que indicam possibilidades de mudança e recuperação do adolescente. As respostas típicas denotam representações objetivadas pelos termos de “Depende”, “Criminalidade”, “Formação”, “Poderá”, “Pessoa”, “Punição” e “Sistema”. Apresentamos a seguir as UCEs com maior coeficiente de associação:

“Se servir como exemplo essa punição, se ele quiser poderá se regenerar, se tornando uma pessoa sociável, podendo estar no seio da liberdade” ($X^2=14$, Participante 29, avaliou a condição de adolescente branco e de alto estrato social) ou

“É muito relativo, poderia estar na criminalidade ou não” ($X^2=10$, Participante 91, avaliou a condição de adolescente branco e de baixo estrato social)

As respostas em destaque acima apresentam então elementos como a imprecisão sobre o futuro e a necessária “vontade de mudar” do adolescente, fator mais interno. Houve também respostas que indicam que o futuro do adolescente depende das resoluções tomadas no âmbito da justiça, como as que apresentamos a seguir:

“Depende, se for mandado pra cadeia pode se transformar em um bandido muito perigoso, se tentarem socializar ainda dá tempo de ser uma pessoa melhor” ($X^2= 7$, Participante 36, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social) ou

“Dependerá das políticas públicas sociais defendidas pelos órgãos governamentais, visto que essas dependem da inserção intergovernamental para a formação de programas na área específica” ($X^2= 11$, Participante 97, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social).

Desse modo, destacamos que embora a classe contemple possibilidades de mudanças, observa-se que a “Punição” está entre suas palavras mais representativas. Nesse contexto, cabe ressaltar que ações pautadas no ECA não visam punir ou penalizar. O objetivo dessa Lei é responsabilizar o adolescente pelo ato infracional, e, sobretudo, assisti-los de modo a minimizar situações de vulnerabilidades e riscos sociais (Nunes et al., 2013).

Classe IV: Ressocialização

A última classe sobre as representações do futuro do adolescente em conflito com a lei é denominada “Ressocialização” e aborda tanto expectativas positivas quanto negativas, indicadas basicamente pela crença ou descrença na ressocialização do adolescente. A classe contém 12 enunciados dos 76 incluídos na análise, representado 15% do total. As representações são objetivadas principalmente pelos termos de “Irá”, “Reincidir”, “Medida”, “Adolescente”, “Mãe”, “Prisional”, “Socioeducativo”, “Ressocializado”, “Vida” e “Pessoa”.

Essa classe difere das demais, pois é a primeira que traz algumas projeções positivas, ainda que ligadas a temática do ato infracional. A seguir apresentamos as UCEs mais significativas nesse âmbito:

“Caso a medida socioeducativa seja bem encaminhada o adolescente terá uma vida normal” ($X^2= 21$, Participante 47, avaliou a condição de adolescente preto e de alto estrato social). Ou ainda:

“Provavelmente irá estar ressocializado, já que, por sua mãe ter uma boa qualidade financeira, essa fase adolescente irá passar e ele irá retornar a uma vida normal” ($X^2= 20$, Participante 78, avaliou a condição de adolescente branco e de alto estrato social).

Como é possível observar, as duas UCEs como maior coeficiente de associação, nessa classe, apresentam perspectivas de uma vida normal e afastado da prática delitiva para o adolescente. Cabe destacar que ambas são respostas dadas por participantes que avaliaram o adolescente de alto estrato social, assim parece que representações mais positivas são mais facilmente evocadas nessa condição. Na classe há também discursos que evidenciam a descrença ou imprecisão sobre a ressocialização, como vemos a seguir:

“Com certeza o nosso sistema prisional não irá ressocializar, porém o Estado tem que promover uma reforma ampla e radical no referido sistema” ($X^2= 12$, Participante 7, avaliou a condição de adolescente preto e de baixo estrato social) e

“Se realmente tiver medidas socioeducativas e não reincidência no crime, talvez daqui a 10 anos seja uma pessoa diferente, melhor” ($X^2= 10$, Participante 99, avaliou a condição de adolescente preto e de alto estrato social).

A seguir discutiremos o “Futuro do adolescente em conflito com a lei” retomando as hipóteses sustentadas no presente trabalho.

Futuro do adolescente em conflito com a lei: Hipóteses

Quanto ao futuro do adolescente em conflito com a lei, a H7 previa: “A representação social do futuro do adolescente preto e de baixo estrato social será mais objetivada por elementos que indicam a permanência na prática infracional quando comparado ao adolescente de cor branca e alto estrato social”. Em resposta a essa hipótese podemos dizer que não houve diferenças significativas, pois as condições experimentais não aparecem no dendograma, indicando diferenças entre o vocabulário empregado pelos que analisaram adolescentes com diferentes estratos sociais e cores da pele.

Todas as classes nessa questão giram em torno da permanência ou não do adolescente na prática de ilícitos, sendo que as classes mais representativas (I e II) evidenciam a expectativa de reincidência. Nesse sentido, ao contrário do que previa a H7, os elementos que indicam a permanência são atribuídos a todos os grupos, indiscriminadamente. Ainda que em algumas UCEs seja possível identificar o conteúdo sobre a mãe médica, que representa apenas a condição de alto estrato social, essa variação não é considerada significativa.

Em suma, os dados reforçam a ideia de que há uma representação fechada do adolescente em conflito com a lei e, assim, as variáveis cor da pele e estrato social não parecem impactar as respostas dos participantes. Além disso, reforçamos que, em estudos sobre representações sociais, as classes ou contextos semânticos podem ser compreendidos como diferentes representações ou somente aspectos de uma mesma representação social (Camargo, 2005). Nesse sentido, o conteúdo das classes sobre o “Futuro do adolescente em conflito com a lei”, por exemplo, parece consistir em aspectos de uma mesma representação objetivada pela perspectiva de permanência do adolescente no “mundo do crime”. No capítulo seguinte apresentaremos as considerações finais referentes ao presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar o impacto da cor da pele e do estrato social do adolescente em conflito com a lei sobre julgamentos e representações sociais de estudantes de Direito. Para isso, desenvolvemos uma pesquisa com delineamento experimental, manipulamos cor da pele e estrato social de um suposto adolescente e solicitamos o julgamento dos futuros operadores do Direito. Nossas hipóteses previam que seriam feitas avaliações mais negativas nas condições em que o sujeito alvo tivesse cor preta e baixo estrato social.

À luz dos resultados, salientamos que a pesquisa não encontrou o efeito esperado quanto ao impacto da cor da pele e estrato social nos julgamentos e representações. Em geral, as medidas socioeducativas mais brandas foram mais aplicadas nas condições de adolescente branco e de alto estrato social e as mais severas ao adolescente preto e de baixo estrato. Do mesmo modo, a posição mais favorável à redução da idade de responsabilidade penal foi mais frequente na condição de adolescente Preto e de Baixo estrato social. Porém, tais diferenças não foram estatisticamente significativas e os resultados não corroboram as hipóteses sustentadas no presente trabalho.

Sobre o conteúdo da representação social há resultados que merecem destaque, por exemplo, foi possível constatar ambiguidades: no Núcleo Central há uma constatação de que problemas na educação estão relacionados às práticas delitivas, mas, em contrapartida, o termo “Impunidade” compõe a 1ª periferia, indicando um desacordo com a legislação e as práticas atuais. Sendo que o ECA visa não só a responsabilização do adolescente, mas, sobretudo, sua proteção e a garantia do elemento mais referido pelos participantes: a educação. Ambiguidades como essa são explicadas pela própria teoria, pois as representações são ao mesmo tempo consensuais e marcadas por fortes diferenças individuais (Abric, 1998). Desse modo, podem coexistir em uma mesma representação significados ou conteúdos que parecem opostos.

Além disso, a representação é objetivada por muitos elementos do contexto como

“Políticas Públicas”, “Desemprego” e “Pobreza” e houve uma ênfase nas características negativas da adolescência, como “Rebeldia/ revolta”. Em consonância com os achados da literatura, observamos que as representações compartilhadas sobre os adolescentes em conflito com a lei ainda estão ancoradas na lógica menorista, com referências a uma “desestrutura familiar”, concepções punitivas e o uso de termos relativos à prática infracional por adultos, indicando que as diferenças estabelecidas pelo ECA não estão claras nem mesmo para os estudantes de Direito.

Sobre a primeira hipótese deste trabalho, prevíamos que representação social do adolescente em conflito com a lei seria objetivada por elementos negativos e essencialistas, relacionando à prática infracional a características internas no sujeito. Nessa direção, identificamos representações objetivadas por elementos essencialistas como “Infrator” e “criminoso”, além de termos pejorativos como “marginal”, “meliante” e “vagabundo”. Tais elementos indicam uma visão da prática infracional enquanto condição definitiva para esses adolescentes e, como prevíamos, também relacionadas a características internas do sujeito, como a personalidade ou caráter.

Ademais, nas explicações sobre a conduta infracional e nas representações sobre o futuro do adolescente alguns conteúdos se repetem, como a culpabilização familiar e a descrença na possibilidade de mudança do adolescente. Salientamos ainda que o ato infracional parece ser protagonista dessas representações, condição indicada, inclusive, no uso recorrente dos termos “ato infracional”, “infração” e “crime”.

Sobre a valência das representações, vimos que a maior parte das palavras evocadas (aproximadamente 80%) é referente a elementos do contexto em que o adolescente normalmente está inserido. As consideradas negativas, referentes a atribuições de causalidade interna, são minoria e, ao contrário do que previa nossa hipótese, não há diferença entre as palavras evocadas em função da cor da pele e estrato social do adolescente. Contudo, as

evocações negativas e neutras são similares em um caráter “estável” da representação, pois não contemplam possibilidades de mudança do sujeito. Além disso, ressalta-se que não houve evocações positivas nessa pesquisa, indicando uma visão nada favorável dos adolescentes em conflito com a lei.

Assim, parece haver um processo de categorização social e a percepção do grupo “adolescente em conflito com a lei” é caracterizada em termos de estereótipos e é eminentemente negativa. Nesse sentido, Allport (1954), ao analisar as características do processo de categorização, refere que a categoria satura tudo que ela contém num mesmo conteúdo ideativo e emocional. Nesta pesquisa, consideramos que uma evidência de tal saturação foi o estranhamento causado pela condição de alto estrato social, pois a “mãe médica” ao contrário da “mãe empregada doméstica” recebe destaque, compondo muitas das respostas dos participantes. Assim, parece que a condição de alto estrato não convenceu os participantes, visto que está em dissonância com a categoria do adolescente em conflito com a lei, ou do “menor infrator”, ancorada nos antigos códigos de menores, normalmente caracterizado enquanto alguém de baixo estrato social, ao qual incidem fatores estáveis do contexto como a “Pobreza” e a “Desigualdade Social”.

Desse modo, sustentamos que uma possível explicação para a não identificação do impacto da cor da pele e do estrato social, nas representações e julgamentos, é a força da categoria “adolescente em conflito com a lei”, especificamente da categoria do “menor” que permanece no senso comum e seu caráter negativo, pois uma categoria pode ser tão poderosa que faz desaparecer tudo em volta dela. No caso dessa pesquisa, faz desaparecer variáveis importantes como cor da pele e estrato social e todos os adolescentes são avaliados, igualmente, de forma negativa.

Sobre a ausência de efeito significativo dessas variáveis, cabe pontuar também que, ainda que tenham sido realizados procedimentos para que as diferenças entre os questionários

não fossem identificadas, os participantes podem ter compreendido o delineamento do estudo e respondido de acordo com a norma do “politicamente correto”. Como há no Brasil uma lei contra injúria racial e racismo, e estudantes de Direito estão cotidianamente em contato com leis e normas jurídicas, pode haver um efeito da desejabilidade social nesses resultados.

Somado a isso, a própria situação de pesquisa que gera uma sensação de avaliação, e faz com que os participantes procurem pelas respostas mais “corretas” naquele contexto, pode ser responsável pela não identificação do fenômeno do preconceito nesta pesquisa ainda que a literatura apresente evidências da força das variáveis cor e estrato social, inclusive no âmbito jurídico (Adorno, 1996; Silva, 2009; Sposato et al., 2007).

Contudo, ressaltamos que se houve efeito da desejabilidade social, a norma foi aplicada apenas em relação às variáveis cor e estrato. Quanto a categoria “adolescente em conflito com a lei”, foi possível observar representações negativas e “indesejáveis”, especialmente para futuros operadores do Direito, como o uso de expressões como “bandido”, “vagabundo” e “marginal” ou mesmo a previsão para o futuro do adolescente: “*Espero que morto*”, reforçando nosso argumento quanto à força dessa categoria.

Sugerimos que estudos posteriores investiguem as representações do “adolescente em conflito com a lei” e essa hipótese de saturação, pois mais evidências nesse sentido podem fundamentar discussões necessárias sobre a imagem desse grupo social. O pertencimento à categoria de “menor infrator”, parece implicar na atribuição de estereótipos que podem estar relacionados com as práticas punitivas identificadas na realidade social. Nessa direção, os resultados desta pesquisa indicam, por exemplo, para todas as condições avaliadas, uma excessiva e inadequada aplicação da medida de internação, a mais severa e prejudicial dentre as previstas pelo ECA.

Sugerimos ainda que estudos posteriores empreguem outras estratégias mais eficientes no objetivo de “driblar” o efeito das normas e da desejabilidade social, como o uso de medidas

implícitas ou de instrumentos que contemplem aspectos já identificados na literatura sobre a expressão do racismo no Brasil. Uma alternativa, por exemplo, poderia ser a inserção de um discurso justificador como no estudo de Pereira et al. (2003) no qual os participantes expressaram mais seus conteúdos discriminatórios quando apresentados a um discurso que justificava a discriminação afirmando que o preconceito não era do indivíduo, mas da sociedade brasileira enquanto uma abstração.

Por fim, consideramos também que os estudantes de Direito não compõem um grupo homogêneo, nem mesmo considerando apenas os participantes desta pesquisa. Eles apresentam características muito distintas, por exemplo, quanto ao perfil etário (as idades variaram 20 e 62 anos, ainda que a variável idade tenha sido utilizada na análise dos resultados sem haver efeito significativo da mesma sobre as repostas dos participantes) e às pretensões no direito, que variaram desde interesses mais gerais, como a aprovação em qualquer concurso, até àqueles mais específicos, como os cargos públicos de defensor e delegado. Tais diferenças podem explicar ambiguidades como a coexistência da ênfase na educação e da noção de impunidade.

É importante considerar, inclusive, diferenças na formação desses estudantes e a dos operadores investigados na pesquisa de Ciarallo e Almeida (2009). Como o ECA vigora no Brasil há mais de 25 anos é provável que haja diferenças na própria compreensão da Lei e nas características das referidas crises na sua interpretação e aplicação (Sposato & Minahim, 2011). Novos estudos que investiguem tais diferenças e as representações sociais do ECA são pertinentes, pois, as representações da lei podem impactar as práticas por ela fundamentadas.

Sobre o estudo das representações sociais, ao fim do questionário, perguntamos aos participantes qual era o objetivo da presente pesquisa. Com isso, objetivávamos identificar se a manipulação experimental foi identificada e apenas um participante relatou a variação entre as condições e foi retirado da amostra final. Nas demais opiniões, observamos muitos objetivos distintos, dentre eles, uma participante concluiu que investigávamos a “*Carga de senso comum*

que todos carregamos sobre a esfera criminal”. Tal resposta chama a atenção, pois uma pesquisa sobre representações sociais nada mais é do que o estudo do pensamento do senso comum e de como o homem constrói sua realidade (Cabecinhas, 2004).

Como vimos, a “*carga de senso comum*” referida pela participante possui uma função de orientação, pois a representação constitui o sistema de pré-codificação capaz de guiar comportamentos e práticas desenvolvidas socialmente (Abric, 1998). Portanto, ressaltamos a importância de estudos dessa natureza, e especificamente sobre o adolescente em conflito com a lei, dada a sua relevância na compreensão da problemática.

Sobre as variáveis manipuladas, reiteramos que a cor da pele preta e o baixo estrato social são marcas grupais socialmente desvalorizadas no contexto brasileiro e aqueles que possuem tais características são vítimas de preconceito e discriminação nos mais diversos âmbitos, como na saúde, educação e, inclusive, na justiça. Investigações dessa natureza são necessárias, pois permitem uma maior compreensão dos fenômenos, fornecendo subsídios para estratégias de intervenção que possibilitem mudanças.

Portanto, embora os resultados não confirmem nossas hipóteses, consideramos, com base na literatura, que características como a cor da pele e estrato social estão relacionados às “sentenças” e às práticas desenvolvidas na justiça da infância e juventude. Os resultados indicam que ainda há muito a discutir sobre a complexa questão dos adolescentes em conflito com a lei, e que o estudo das representações sociais pode auxiliar na compreensão do conflito entre leis e práticas, bem como na avaliação do atual contexto político que prevê retrocessos nos direitos das crianças e adolescentes conquistados pela legislação brasileira.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-46). Goiânia: AB.
- Adorno, S. (1996). Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: Réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Revista Estudos Históricos*, 9 (18), 283-300.
- Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 713-737. doi: 10.1590/S0102-69922009000300005
- Almeida, A. M. O., & Santos, M. F. S. A. (2011). Teoria das Representações Sociais. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Ed.), *Psicologia Social: Principais Temas e Vertentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. 3ª Ed. Wokingham: Addison Wesley.
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). A pesquisa sobre os processos de atribuição causal. Em J. L. Álvaro & A. Garrido (Orgs.), *Psicologia Social* (pp. 239- 260). São Paulo: McGraw-Hill.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147. doi: 10.1590/S0100-15742002000300007
- Assis, S. (1999). *Traçando caminhos numa sociedade violenta. A vida dos jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Augoustinos, M., & Walker, I. (1995). *Social Cognition. An integrated introduction*. London: SAGE Publications.
- Bairros, F. S., Meneghel, S. N., Dias-da-Costa, J. S., Bassani, D. G., Menezes, A. M. B. Gigante, D. P., & Olinto, M. T. A. (2011). Racial inequalities in access to women's health

- care in southern Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(12), 2364-2372. doi: 10.1590/S0102-311X2011001200008
- Bayma, F. (2012). Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades públicas no Brasil: Referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 20(75), 325-346. doi: 10.1590/S0104-40362012000200006
- Benedict, R. (2000). *Padrões de cultura*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Bodenhause, G. V., & Morales, J. R. (2013). Social cognition and perception. In *Handbook of Psychology* (pp. 225-246). Hoboken, NJ: Wiley.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei nº 8.069/90.
- Brasil (2006). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Brasília: Conanda.
- Brasil (2015). Presidência da República. Secretaria Geral. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil* / Secretaria- Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paideia*, 14(28), 125-137. doi: 10.1590/S0103-863X2004000200003
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno & S. M. Nóbrega (Eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociologia. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.

- Castro, A. L. S. (2002). Os adolescentes em conflito com a lei. Em S. H. Koller (Ed.), *Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 122-129). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Ciarallo, C. R. C. A., & Almeida, A. M. O. (2009). Conflito entre práticas e leis: A adolescência no processo judicial. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21, 613-630. doi: 10.1590/S1984-02922009000300014
- CNJ. (2012). Panorama Nacional A execução da medida socioeducativa de internação. *Programa Justiça ao Jovem*. Conselho Nacional de Justiça.
- Coelho, B. I., & Rosa, E. M. (2013). Ato infracional e medida socioeducativa: Representações de adolescentes em L.A. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 163-173. doi: 10.1590/S0102-71822013000100018
- Costa, C. R. B. S. F., & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18, 74-81. doi: 10.1590/S0102-71822006000300011
- Coutinho, M. P. L., Estevam, I. D., Araújo, L. F., & Araújo, L. S. (2011). Prática de privação de liberdade em adolescentes: Um enfoque psicossociológico. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 101-109. doi: 10.1590/S1413-73722011000100012
- De Antoni, C., Hoppe, M. W., Medeiros, F., & Koller, S. H. (1999). Uma família em situação de risco: Resiliência e vulnerabilidade. *Interfaces: Revista de Psicologia*, 2(1), 81-85.
- Espíndula, D. H. P., Arenzede, A. C., Trindade, Z. A., Menandro, M. C. S., Bertollo, M., & Rolke, R. K. (2006). "Perigoso e violento": Representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico. *PSIC*, 7(2), 11-20.
- Espíndula, D. H. P., & Santos, M. F. S. (2004). Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo*, 9(3), 357-367. doi: 10.1590/S1413-73722004000300004

- Estevam, I. D., Coutinho, M. P. L., & Araújo, L. F. (2009). Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: Ressocialização ou exclusão social? *Psico*, 40(1), 64-72.
- Feijó, M. C., & Assis, S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9, 157-166. doi: 10.1590/S1413-294X2004000100017
- Francischini, R., & Campos, H. R. (2005). Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im) possibilidades. *Psico*, 36, 267-273.
- França, D. X. (no prelo). *Discriminação de crianças negras na escola*.
- Frota, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: A importância da historicidade para sua construção. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 7(1), 147-160.
- Fundação Abrinq. (2015). *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil*. Recuperado de http://sistemas.fundabrinq.org.br/biblioteca/acervo/CenarioBrasil_LivroDeBolso_2015.pdf
- Gallo, A. E. (2008). Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: A experiência do Canadá. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 327-334. doi: 10.1590/S1413-73722008000200015
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7, 81-95.
- Gonçalves, H. S., & Garcia, J. (2007). Juventude e sistema de direitos no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27 (3), 538- 553. doi: 10.1590/S1414-8932007000300013
- Gomes, J. B. B. (2002). Ações afirmativas: aspectos jurídicos. Em R. F. Borges & N. Brocanelli (Eds.), *Racismo no Brasil* (pp. 123-142). São Paulo: Fundação Peirópolis.
- Hein, A. (2004). Factores de riesgo y delincuencia juvenil: Revisión de la literatura nacional e internacional. *Fundación Paz e Ciudadana*. Recuperado de

<http://www.pazciudadana.cl/wp-content/uploads/2013/09/factores-de-riesgo-y-delincuencia-juvenil.pdf>

Hewstone, M., & Augoustinos, M. (1998). Social attributions and social representations. Em U. Flick (Ed.), *The Psychology of the Social* (pp. 60-77). United Kingdom: Cambridge University Press.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto de Pesquisa Datafolha. (2015). *Maioridade Penal*. Recuperado de http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/06/22/maioridade_penal.pdf

IMAGE. (1998). Alceste: Análise de dados textuais. Toulouse: *manual do usuário*.

Jodelet, D. (1984). La representación social: Fenômenos, concepto y teoría. Em S. Moscovici (Ed.), *Psicologia social* (pp.470-494). Paris: Press Universitaires de France.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. Em D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.

Koller, S. H., De Antoni, C., & Carpena, M. E. F. (2012). Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social. Em M. N. Baptista, & M. L. M. Teodoro (Orgs.), *Psicologia de família – teoria, avaliação e intervenção* (pp. 156-167). Porto Alegre: ARTMED.

Koller, S. H., Morais, N. A., & Cerqueira-Santos, E. (2009). Adolescentes e jovens brasileiros: Levantando fatores de risco e proteção. Em R. M. C. Libório, & S. H. Koller (Orgs.), *Adolescência e juventude- Risco e proteção na realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Leal, C. F. S., Campelo, H. T. M., Araújo, M. A., & Lustosa, P. R. (2015). Representações sociais do adolescente em conflito com a lei: Análise do programa de semiliberdade e privação de liberdade através de fanzines. *Revista SOMMA*, 1(1), 31-53.

- Leal, M. C., Gama, S. G. N., & Cunha, C. B. (2005). Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001. *Revista de Saúde Pública*, 39(1), 100-107. doi:10.1590/S0034-89102005000100013
- Lima, M. E. O. (2002). *Normas sociais e racismo: Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. (Tese de Doutorado). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004a). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(1), 11-19. doi: 10.1590/S0102-37722004000100003
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004b). Racismo e Democracia Racial no Brasil. *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional* (pp. 233-253). Lisboa: Edições Colibri.
- Lima, M. E. O. (2011). Preconceito. Em L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 589-640). Brasília: Technopolitik.
- Lima, R. C. P. (2006). Mudança das práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: As representações sociais de funcionários. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 56-62. doi: 10.1590/S0102-71822006000100008
- Lorenzi, G. W. (2007). *Causos do ECA: Histórias de todos nós - O Estatuto da Criança e do Adolescente no cotidiano*. 3. Ed.
- Maciel, C., Brito, S., & Camino, L. (1998). Explicações das desigualdades sociais: Um estudo com meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 209-232. doi:10.1590/S0102-79721998000200004
- Marques, M. C. (2006). *Da adolescência à vida adulta: um estudo em representações sociais*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Minahim, M. A., & Sposato, K.B. (2011). A internação de adolescentes pela lente dos

- tribunais. *Revista Direito GV*, 7(1), 277-298. doi: 10.1590/S1808-24322011000100014
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais – Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Mendonça, A. P., & Lima, M. E. O. (2014). Representações Sociais e cognição social. *Psicologia e Saber social*, 3(2), 191-206.
- Nardi, F.L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a lei: Percepções sobre La família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 181-191. doi: 10.4013/ctc.2013.62.07
- Nascimento, D. B., Howat-Rodrigues, A. B. C., Rosa, E. M., & Pompeu, J. C. (2012). Adolescente em conflito com a lei: Representações, motivações e punições. *Psicologia Argumento*, 30 (70), 453-461.
- Nunes, M. C. A., Andrade, A. G. S., & Moraes, N. A. (2013). Adolescentes em conflito com a lei e família: Um estudo de revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 6, 144-156. doi: 10.4013/ctc.2013.62.07
- Menin, M. S. D. S. (2000). Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: Discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 59-71. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000100008>
- OMS. (2013). Organização Mundial de Saúde. *Adolescent development*. Recuperado de http://www.who.int/maternal_child_adolescent/topics/adolescence/dev/en/index.html.
- ONU. *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude*. (REGRAS DE BEIJING). Recuperado de http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm
- ONU. *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados De Liberdade*. Recuperado de www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c.../lex46.htm
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. Em S. H. Koller (Ed.), *Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 16-24). Rio de Janeiro:

Conselho Federal de Psicologia.

- Padovani, A. S. (2013). *Vozes aprisionadas: Sentidos e significados da internação para adolescentes autores de ato infracional*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Palmonari, A., & Cerrato, J. (2011). Representações sociais e psicologia social. Em A. O. Almeida, M. F. Santos & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 305-334). Brasília: Technopolitik.
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107. doi: 10.1590/S0102-79722003000100010
- Rocha, C. S. (2016). *Adolescentes em conflito com a lei em Aracaju-SE: subsídios para políticas públicas de prevenção à violência* (Monografia de Conclusão de Graduação). Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.
- Rodrigues, F. (1995) Racismo cordial. Em C. Turra & G. Venturi (Orgs.), *Racismo cordial. A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil* (pp. 11-57). São Paulo: Editora Ática.
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings. Distortions in the attribution process. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 174-221). New York: Academic Press.
- Rouquette, M. L. (2005). As Representações Sociais no quadro geral do pensamento social. Em A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno & S. M. Nóbrega (Eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 189-201). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba.

- Sá, C. P. (1996). Representações sociais: Teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em Psicologia*, 4(3), 19-33.
- Santos, F. V. G. (2007). *Família: Peça fundamental na ressocialização do adolescente em conflito com a lei?* (Dissertação de mestrado). Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco.
- Silva, R. F., & Lima, M. E. O. (no prelo). *Crime and punishment: The impact of skin color and social class of defendants and victims in jury trials*.
- Silva, J. O. (2009). *Produção de sentidos em adolescentes privados de liberdade*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Silva, R. F. (2009). *Julgamentos sociais dos crimes de homicídio e suas variáveis impactantes: Uma análise dos julgamentos no Tribunal do Júri de Aracaju de 2003 a 2007*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.
- Sobral, M. F. C. (2011). *Representações das práticas e práticas das representações: um estudo com psicólogos e usuários dos CRAS de Sergipe*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.
- Sposato, K. B., Ditticio, M. H., Figueiredo, I., & Queiróz, R. M. R. (2007). Questões Raciais na Justiça Penal e Segurança Pública. *Pesquisa ILANUD*. Recuperado de www.ilanud.org.br
- Sposato, K. B. (2011). *Elementos para uma teoria da responsabilidade penal de adolescentes*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Direito, Doutorado em Direito Público, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Torres, A. R. R., Martignoni, T. V. L., & Oliveira, T. M. (2011). Contato, sentimentos

- intergrupais, identidade social, preconceito e dívidas históricas: O caso dos indígenas em Goiás. Em E. M. Techio & M. E. O. Lima (Orgs.), *Cultura e Produção das Diferenças: estereótipos e preconceito* (pp. 275-311). Brasília: Technopolitik.
- Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial. A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Editora Ática.
- UNICEF. (2011). Situação da adolescência brasileira. *O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*. Brasília: UNICEF. Recuperado de http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf
- UNICEF. (2004). *A Convenção Sobre os Direitos da Criança*. Recuperado de http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf
- UNICEF. (2011). *Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2009-2010*. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Recuperado de http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf
- Um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei*. (2006). Brasília: Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/08/relatoriocaravanas.pdf>
- Vermeiren, R. (2003). Psychopathology and delinquency in adolescents: a descriptive and developmental perspective. *Clinical Psychology Review*, 23(2), 277–318.
- Vieira, R. S. S. (2013). *Estereótipos e preconceito contra idosos*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.
- Waiselfisz, J. (2015). *Mortes matadas por armas de fogo*. Brasília: UNESCO. Recuperado de <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>
- Willis, G. B., & Rodríguez- Bailón, R. (2011). Cognición social. Em M. Moya & R. Rodríguez- Bailón (Eds.), *Fundamentos de Psicología Social* (pp. 67-90). Madrid: Ediciones

Pirâmide.

- Zamora, M. H. (2008). Adolescentes em conflito com a lei: Uma breve revisão da produção recente em psicologia. *Polêmica Revista eletrônica*. Recuperado de http://www.polemica.uerj.br/pol24/artigos/lipis_1.pdf
- Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2012). Violência e fragilidades nas relações familiares: Refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos em Psicologia*, 17 (3), 389-395. doi: 10.1590/S1413-294X2012000300006

ANEXOS

Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) participante,

Agradecemos a sua participação voluntária nesta pesquisa que objetiva investigar as representações sociais do adolescente em conflito com a lei. Este trabalho está sendo realizado por mim, Luiza Lins Araújo Costa, estudante de mestrado em Psicologia Social, e orientada pelo Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima, ambos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os dados serão coletados através de questionários e sua forma de participação será responder de forma sincera. A pesquisa é sigilosa e sua privacidade será mantida. A meta final da pesquisa é voltada para a investigação do fenômeno e publicação científica.

É importante que você saiba:

- A sua participação não é obrigatória;
- A qualquer momento você pode desistir de participar, não havendo problemas quanto a isso;
- Não é necessário se identificar;
- Esta pesquisa não trará nenhum benefício financeiro ou privilégios particulares por estar participando;
- É fornecido o endereço de e-mail (luizaalins@gmail.com) para que você possa entrar em contato conosco

Obrigado(a) pela participação.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Anexo B: Questionário

Prezado participante, esta pesquisa aborda a temática do adolescente em conflito com a lei e, sobre tal temática, gostaríamos apenas de saber sua opinião. Ressaltamos que não haverá identificação dos respondentes e as respostas serão avaliadas em conjunto. No trecho abaixo temos um fragmento de documento emitido pelo Ministério Público acerca de um ato infracional. É importante que você leia o mesmo com atenção para que possa responder aos questionamentos seguintes. Agradecemos antecipadamente sua participação.

Dados pessoais do adolescente:

Consta que este é o primeiro ato infracional atribuído ao adolescente em questão, 16 anos, cursa o primeiro ano do ensino médio e reside apenas com a mãe que é separada e trabalha como empregada doméstica (ou médica).



Foto 3x4

Dos fatos

Consta das Inclusas Peças de Informação, resultantes do auto de apreensão em flagrante de ato infracional nº 046/2014, fls.02, que no dia 27/02/2014 por volta das 21:30 horas, nesta capital, o adolescente J. S. S. abordou o senhor P. C. D. e exigiu a entrega de um aparelho celular que a vítima utilizava.

Consta que a vítima negou-se a entregar e, após a negativa, o adolescente direcionou uma arma de fogo, tipo revolver calibre 32, marca Taurus, para o senhor P.C.D que reagiu e tentou retirar a arma do adolescente. A arma disparou durante o conflito, atingindo o pé esquerdo da vítima. O adolescente evadiu-se correndo, mas no momento do fato havia uma viatura da Polícia Civil realizando diligências no local. O adolescente foi apreendido e encaminhado à Delegacia Especializada para a adoção das providências legais, conforme o auto de apreensão, fls. 07, além dos termos de declarações.

1. **Coloque-se no lugar do juiz ao avaliar este ato infracional, qual ou quais medidas socioeducativas em ordem de severidade você aplicaria ao adolescente? Marque um X naquela (s) que julgar mais apropriada.**

() **Advertência**- advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

() **Obrigação de reparar o dano**- Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

() **Prestação de serviços à comunidade**- A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

() **Liberdade assistida**- A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

() **Inserção em regime de semiliberdade**- O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

() **Internação em estabelecimento educacional**- A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

2. **Explique o motivo da escolha acima:**

- 3. Na sua opinião, quanto tempo o adolescente deveria passar cumprindo a medida socioeducativa?**

☐ 1 a 6 meses
☐ 6 meses a 1 ano
☐ 1 a 2 anos
☐ Mais de 2 anos

- 4. Quando você pensa no termo “Adolescente em conflito com a lei”, quais as três primeiras ideias que lhe vêm à cabeça (palavras, sentimentos, pensamentos, etc.)?**

1º _____; 2º _____;
3º _____;

Destes qual o mais importante para você? ☐ 1º ☐ 2º ☐ 3º
E o menos importante? ☐ 1º ☐ 2º ☐ 3º

- 5. O adolescente descrito acima tem 16 anos, na sua opinião ele deveria responder por este ato infracional com alguma medida mais severa que as medidas previstas pelo ECA?**

☐ Sim ☐ Não

- 6. Na sua opinião, qual foi a principal motivação para o envolvimento do adolescente no ato infracional acima?**

- 7. Como você avalia a redução da maioridade penal?**

☐ Posição favorável ☐ Posição contrária ☐ Ainda não tenho uma posição definida.

8. Justifique sua resposta:

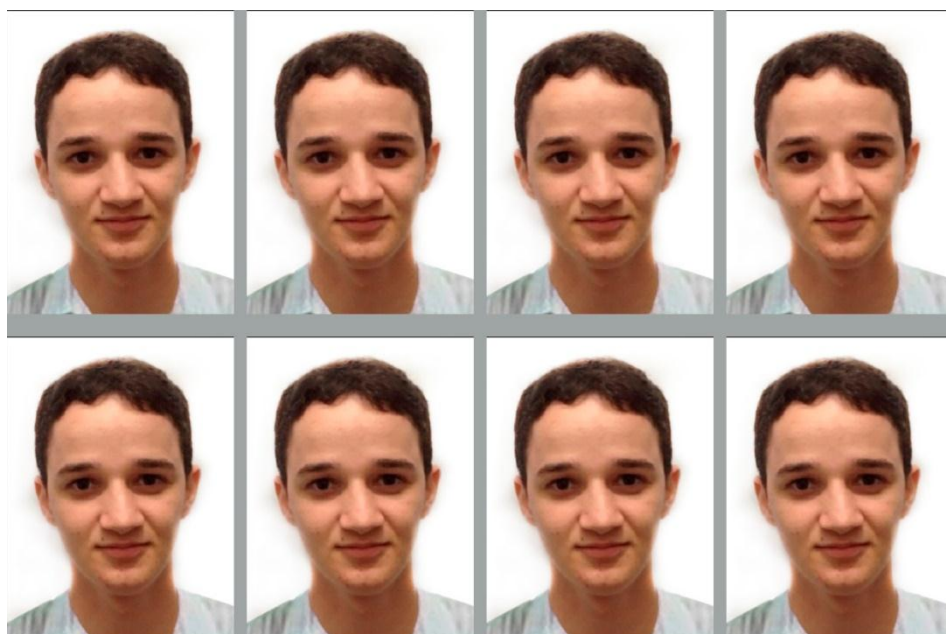
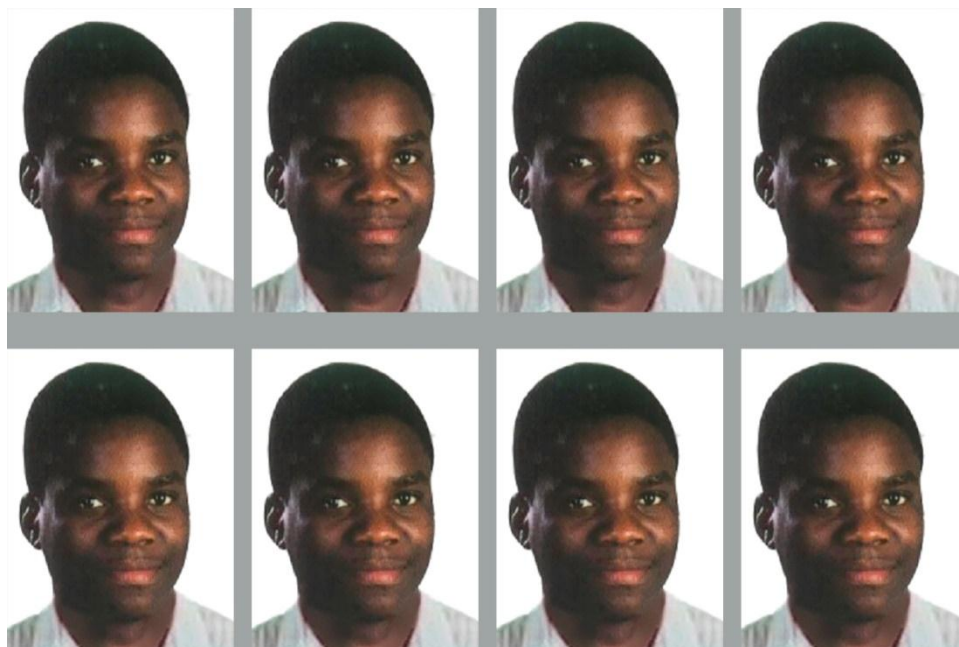
9. Se favorável à redução, para que idade? Por que?

**10. Em sua opinião, como estará o adolescente descrito acima nos próximos 10 anos?
O que ele estará fazendo?**

Dados do Participante**Sexo:**☐ Masculino ☐ Feminino**Idade:** _____**Período:** _____**Renda familiar aproximada:**☐ Até 2 salários ☐ Até 3 salários ☐ Até 5 salários ☐ Mais de 5 salários**Cor da pele:** _____**Formação/ profissão anterior:** _____**Pretensões no direito:** _____**Você já teve alguma experiência na área de atos infracionais (emprego, estágio, etc.)?**☐ Sim ☐ Não**A temática já foi apresentada em alguma disciplina específica?**☐ Sim ☐ Não**Para você, qual o objetivo dessa pesquisa?**

Obrigada pela participação!

Anexo C: Fotos dos adolescentes
(FORMATO 3X4 UTILIZADO NA PESQUISA)



Anexo D: Questionário para validação das fotos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL



Sobre a foto acima, por favor responda:

1. Qual a cor da pele do sujeito?

☐ Preta ☐ Branca

2. Quanto à qualidade gráfica da foto, você avalia como:

Ótima ☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Muito ruim ☐ Péssima ☐

3. Na sua opinião, qual a faixa etária dele?

13 a 15 anos ☐

16 a 18 anos ☐

19 a 21 anos ☐

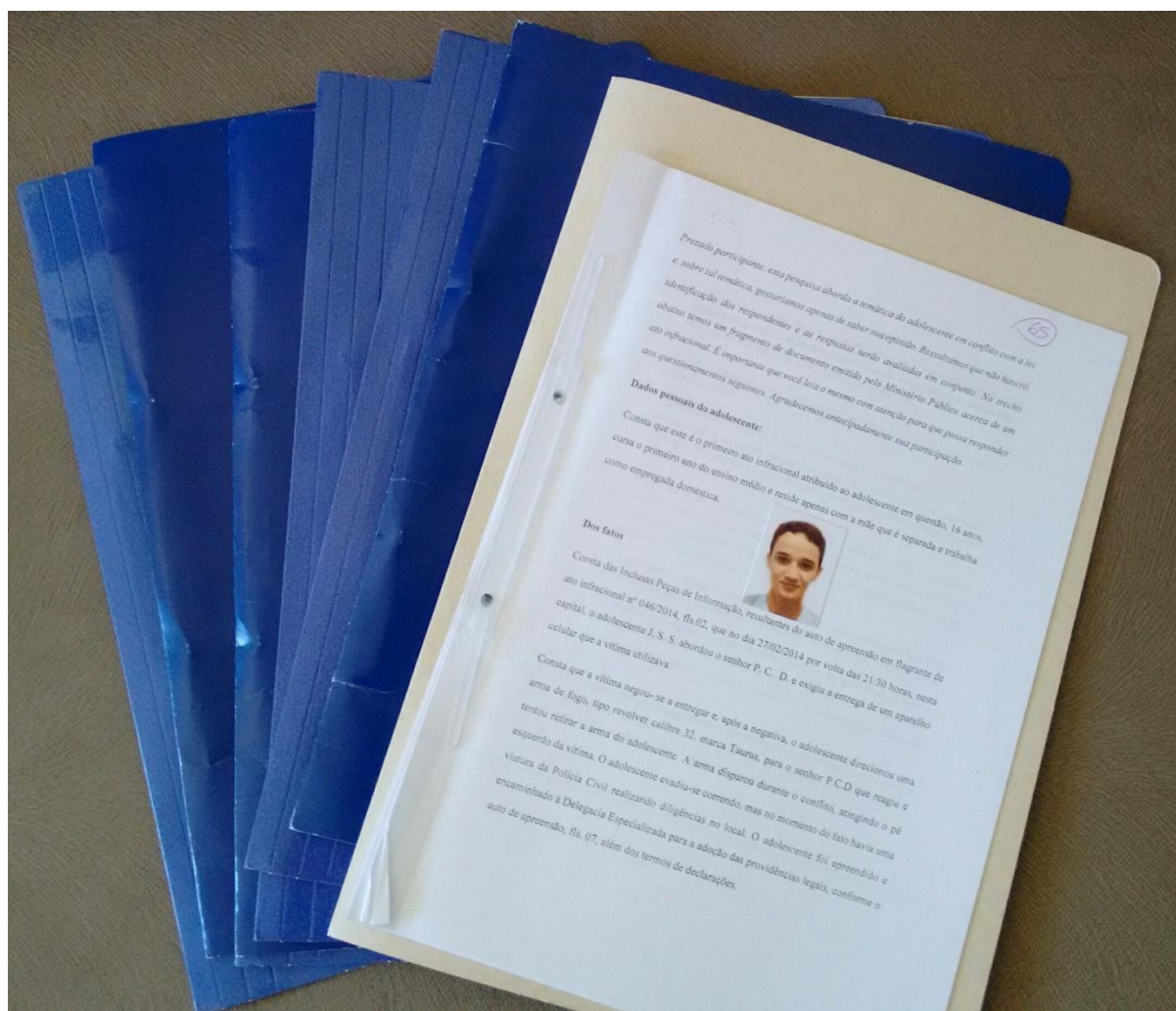
Mais 21 anos ☐

Dados sociodemográficos

- Sexo: _____
- Idade: _____
- Cor da pele: _____
- Escolaridade/curso: _____

Obrigada!

Anexo E: Fotografia do instrumento



Anexo F: Parecer do CEP

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O IMPACTO DA COR DA PELE E DO ESTRATO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS POR ESTUDANTES DE DIREITO

Pesquisador: Luiza Lins Araújo Costa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 36974814.0.0000.5546

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 915.971

Data da Relatoria: 10/10/2014

Apresentação do Projeto:

A pesquisa pretende investigar o impacto cor da pele e do estrato social do adolescente em conflito com a lei nas representações e nos julgamentos sociais que os estudantes de direito constroem acerca destes adolescentes. A escolha de estudantes como unidade de análise foi baseada no entendimento de que estes serão os futuros operadores de Direito, tendo em suas mãos decisões de grande impacto social que podem estar fundamentadas em seus próprios valores, crenças e preconceitos. O método consistirá em um delineamento experimental com aplicação de questionário. Um mesmo caso de ato infracional será apresentado aos estudantes alterando apenas as variáveis com da pele e estrato social do adolescente em conflito com a lei e posteriormente serão feitas algumas perguntas a fim de investigar as representações e julgamentos dos participantes. Participarão 80 estudantes universitários nos últimos períodos do curso de direito, em uma Universidade localizada em Sergipe.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar o impacto cor da pele e do estrato social do adolescente em conflito com a lei nas representações e nos julgamentos sociais que estudantes de direito constroem acerca destes adolescentes.

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

CEP: 49.060-110

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 915.971

Objetivo Secundário:

1. Investigar as possíveis motivações para a prática infracional por adolescentes, na opinião dos estudantes de direito.
2. Investigar como os estudantes de direito avaliam a temática de redução da maioridade penal.
3. Identificar como representam o futuro dos adolescentes em conflito com a lei quanto a inserção social, educação, profissionalização e reincidência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos serão os mínimos possíveis, sendo o mais grave o de constrangimento.

Os benefícios serão o de contribuir para estudos e discussões acerca das peculiaridades e consequências do racismo e do preconceito de classe no Brasil e, especificamente, na temática do adolescente em conflito com a lei, podendo fundamentar intervenções que modifiquem o atual contexto de discriminação e conflito entre leis e práticas no qual se insere a adolescência no processo judicial brasileiro.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é socialmente relevante

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de apresentação obrigatória estão adequados

Recomendações:

Recomendo a aprovação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomendo a aprovação

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJU/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 915.971

ARACAJU, 16 de Dezembro de 2014

Assinado por:
Anita Herminia Oliveira Souza
(Coordenador)

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br